



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 72, de 2015

(Nº 419/2015, NA ORIGEM)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.

Os méritos do Senhor Carlos Alfonso Iglesias Puente que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 16 de outubro de 2015.

Brasília, 3 de Setembro de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *Carlos Alfonso Iglesias Puente*

CPF.: 281.088.091-34

ID.: 9064 MRE

1963 Filho de José Alfonso Iglesias Puente e de Dirce Carvalho de Iglesias Puente, nasce em Poços de Caldas/MG

Dados Acadêmicos:

1984 Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
1985 CPCD - IRBr
1994 CAD - IRBr
1994 Mestrado em Ciência Política pela University of Toronto, Canadá
2008 CAE - IRBr, A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento - CTPD - no período 1995-2005.

Cargos:

1986 Terceiro-Secretário
1991 Segundo-Secretário
1999 Primeiro-Secretário, por merecimento
2005 Conselheiro, por merecimento
2009 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

Funções:

1986-91 Secretaria Especial de Imprensa, assistente e assessor
1991-95 Consulado-Geral em Toronto, Vice-Cônsul e Cônsul-Adjunto
1995-97 Embaixada em Bonn, Segundo-Secretário
1997-2001 Embaixada em La Paz, Segundo-Secretário e Primeiro-Secretário
2001-06 Agência Brasileira de Cooperação, Coordenação-Geral de Acompanhamento Administrativo e Organizacional, e Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos e de Planejamento Administrativo, Coordenador-Geral substituto
2005 Missão brasileira de cooperação técnica a Timor-Leste, nas áreas de Justiça, Legislativo, Educação, Saúde e Agricultura, Díli, Chefe de delegação
2005-06 Consulado-Geral em Toronto, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
2006-10 Consulado-Geral em Barcelona, Cônsul-Geral Adjunto
2010-12 Embaixada em Luanda, Ministro-Conselheiro
2012- Embaixada em Pretória, Ministro-Conselheiro
2013 III Forum de Cooperação de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS, Durban, chefe da delegação
2013 II Forum de Urbanização do BRICS, Durban, chefe da delegação

Condecorações:

2013 Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador

Publicações:

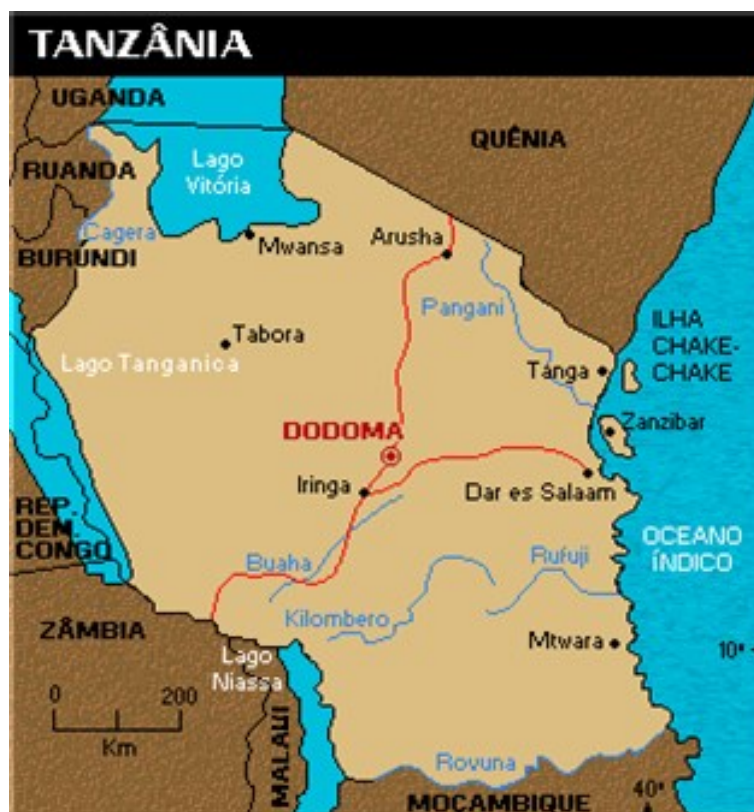
2010 A Cooperação Técnica Horizontal brasileira como Instrumento da Política Externa, FUNAG, Brasília

MARIA-THERESA LAZARO

Subsecretária-Geral do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

TANZÂNIA



Informação Ostensiva

Maio de 2015

Dados Básicos

NOME OFICIAL:	República Unida da Tanzânia
CAPITAL:	Dodoma (capital oficial e sede do Legislativo); Dar es Salaam (sede do Executivo e Judiciário)
ÁREA:	885.800 km²
POPULAÇÃO:	47,6 milhões (2014 est.)
IDIOMAS OFICIAIS:	Suaíli e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (35%); Cristianismo (30%); religiões nativas/tradicionais (35%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral (<i>Bunge</i>), composto por 357 membros com mandatos de cinco anos. Do total, 239 são eleitos diretamente, 102 mulheres são eleitas diretamente por votos de representação proporcional, 5 são eleitos pela Casa dos Representantes de Zanzibar, 10 são indicados pelo Presidente e 1 assento é reservado para o Procurador-Geral.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Jakaya Mrisho Kikwete (desde 21 de dezembro de 2005)
CHANCELER:	Bernard Kamillius Membe (desde 12 de janeiro de 2007)
PIB NOMINAL	US\$ 47,9 bilhões (2014, FMI)*
PIB (PPP):	US\$ 127,1 bilhões (2014, FMI)*
PIB PER CAPITA:	US\$ 1005,6 (2014, FMI)*
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 2666,7 (2014, FMI)*
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	7,2% (2014)*; 7,3% (2013)*; 5,1% (2012); 7,9% (2011); 6,3% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,476 – 152º no ranking (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA:	59,9 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	73,2% (PNUD, 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	Não disponível
UNIDADE MONETÁRIA:	Shiling tanzaniano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Francis Ambakisye Malambugi
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	85 cidadãos

*Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados desde o ano de 2012.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-TANZÂNIA (US\$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)

Brasil→ Tanzânia	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	19,1	17,91	18,69	31,32	52,12	66,11	67,11	24,18	25,00
Exportações	18,8	17,91	18,69	31,28	51,84	66,1	67,04	24,18	24,93
Importações	0,3	-	0,005	0,03	0,23	0,008	0,07	0,001	0,07
Saldo	18,5	17,91	18,69	31,25	51,57	66,09	66,97	24,18	24,86

Informação elaborada em 8 de maio de 2015, pelo Secretário Artur Andrade da Silva Machado (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

JAKAYA MRISHO KIKWETE

Presidente da República



Nasceu em 7 de outubro de 1950, na cidade de Msoga, leste da Tanzânia. Ingressou nas Forças Armadas da Tanzânia em 1972. Em 1976, foi promovido ao posto de Tenente e, em 1991, a Tenente-Coronel do Exército.

Graduou-se em Economia pela Universidade de Dar Es Salaam em 1975, ano em que se afiliou ao partido União Nacional Africana da Tanganica (TANU, da sigla em inglês), atual “Chama Cha Mapinduzi” (CCM – “Partido da Revolução”, em suaíli). Trabalhou como membro do partido em diversas comunidades rurais da Tanzânia.

Em 1982, Kikwete foi eleito membro do Comitê Executivo Nacional do CCM, a mais alta instância decisória do partido. Em 1988, foi eleito Membro do Parlamento pelo Distrito de Chalinze e designado para o cargo de Vice-Ministro de Minas e Energia. Em 1990, foi nomeado Ministro de Recursos Hídricos, Energéticos e Minerais pelo Presidente Ally Hassan Mwinyi.

Entre 1994 e 1995 ocupou o cargo de Ministro das Finanças. Em 1995, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional pelo Presidente Benjamin Mkapa, cargo que ocupou por dez anos seguidos.

Em 2005, Jakaya Kikwete foi eleito Presidente da Tanzânia, com cerca de 80% dos votos. Em 2008, ocupou a Presidência de turno da União Africana. Foi reeleito Presidente da Tanzânia em outubro de 2010, com 61% dos votos.

Visitou o Brasil em abril de 2012, ocasião em que participou da Reunião da Parceria para o Governo Aberto (OGP) e manteve breve encontro com a Senhora Presidente da República.

MIZENGO KAYANZA PETER PINDA
Primeiro-Ministro



Mizengo Kayanza Peter Pinda nasceu em 12 de agosto de 1948, na região de Rukwa, oeste da Tanzânia. Graduou-se em Direito pela Universidade de Dar es Salaam, em 1974. De 1974 a 1978, exerceu o cargo de Procurador do Estado. Foi Secretário Particular Assistente do Presidente da Tanzânia, de 1982 a 1992, e Tesoureiro do Gabinete da Presidência da República, de 1996 a 2000. Em 2000, foi eleito membro do Parlamento pelo distrito de Mpanda Mashariki. Entre 2006 e 2008, foi Ministro de Estado para a Administração Regional e Governo Local. Em fevereiro de 2008, Pinda foi designado para o cargo de Primeiro Ministro pelo Presidente Jakaya Kikwete, após renúncia do seu antecessor, Edward Lowassa, acusado de envolvimento em escândalo de corrupção.

Embora constitucionalmente seja chamado de Chefe de Governo, o Primeiro Ministro tanzaniano possui atribuições de coordenação das atividades de Governo, inclusive dos grandes programas implementados pelo Executivo, assemelhando-se, no Brasil, ao cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil.

Visitou o Brasil em outubro de 2011.

BERNARD KAMILLIUS MEMBE
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional



Bernard Kamilius Membe nasceu em 11 de novembro de 1953, na cidade de Rondo, Tanzânia. É Bacharel em Ciência Política pela Universidade de Dar es Salaam (1984) e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Johns Hopkins, de Washington D.C. (1992).

De 1978 a 1980, trabalhou como Analista de Segurança Nacional no Gabinete de Defesa e Segurança Nacional da Presidência da República tanzaniana, cargo que desempenharia novamente entre 1984 e 1989. De 1992 a 2000, ocupou o cargo de Ministro Conselheiro do Alto Comissariado da Tanzânia em Ottawa. No ano 2000, foi eleito membro do Parlamento, cargo para o qual seria reeleito consecutivamente em 2005 e 2010. De dezembro de 2005 a outubro de 2006, exerceu a função de Vice-Ministro de Assuntos Internos. De outubro de 2006 a janeiro de 2007, serviu como Vice-Ministro de Minas e Energia. Naquele mês, foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional em substituição a Asha-Rose Migiro, nomeada Vice-Secretária-Geral da ONU.

Membe visitou o Brasil em setembro de 2010, em seguimento à visita do Presidente Lula a Dar es Salaam. Representou, ainda, a Tanzânia na cerimônia de posse da Senhora Presidenta da República, em 1º de janeiro de 2011.

RELAÇÕES BILATERAIS

Introdução

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a Tanzânia em 1970. Em 1979, foi criada a Embaixada residente na capital tanzaniana, desativada em 1991 por motivo de contingência orçamentária. Em março de 2005, a Embaixada brasileira em Dar es Salaam foi reaberta. O Governo tanzaniano estabeleceu sua Representação Diplomática em Brasília dois anos depois, em agosto de 2007.

A partir de então, teve início movimento de intensificação sem precedentes das relações entre Brasil e Tanzânia, impulsionado pelo incremento de visitas e missões de parte a parte. A Tanzânia prestou apoio às candidaturas brasileiras aos cargos de direção-geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), da Organização Internacional do Café (OICAFE) e da Organização Mundial do Comércio (OMC).

No campo econômico, a aproximação entre os dois países refletiu-se em um aumento significativo no fluxo de comércio, que atingiu seu ápice em 2012. Foram também identificados projetos de investimentos brasileiros na Tanzânia, nas áreas de exploração de petróleo e de obras de infraestrutura, os quais, contudo, carecem de fonte de financiamento oficial. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social não pode comprometer-se com o financiamentos de projetos de investimentos na Tanzânia, uma vez que o processo de ratificação do acordo de reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil ainda não foi concluído.

Na área de cooperação, a carteira de projetos e iniciativas constitui uma das mais diversificadas dentre os parceiros brasileiros do continente africano, logo em seguida dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs).

Incremento das relações bilaterais

A reabertura da Embaixada residente em Dar Es Salaam constituiu passo importante para uma nova aproximação entre Brasil e Tanzânia. Em março de 2006, o Presidente Kikwete transmitiu convite para que seu homólogo brasileiro visitasse a Tanzânia. Na ocasião, o Presidente tanzaniano mencionou três campos de cooperação nos quais identificava boas perspectivas

de adensamento do relacionamento bilateral: (i) incremento de investimentos brasileiros e da presença de bens e serviços do Brasil no mercado tanzaniano; (ii) uso de tecnologia brasileira para o desenvolvimento do setor agrícola da Tanzânia; e (iii) recrutamento de técnico brasileiro de futebol para treinar a equipe nacional. A terceira proposta, de interesse particular do Presidente Kikwete, concretizou-se alguns meses mais tarde, com a contratação do técnico brasileiro Márcio Máximo, que foi treinador da seleção da Tanzânia entre 2006 e 2010.

Em agosto de 2008, foi realizada, em Dar es Salaam, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Tanzânia (Comista). Ficou evidente a importância atribuída pelo lado tanzaniano à cooperação em agricultura com a designação do Secretário Permanente do Ministério de Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas da Tanzânia, Senhor Peniel M. Lyimo, para chefiar a delegação de seu país. Outras áreas identificadas como prioritárias para o desenvolvimento da cooperação bilateral foram saúde (combate ao HIV/AIDS e à malária), esporte e educação. Estudou-se, igualmente, a possibilidade de cooperação na área de biocombustíveis (etanol). No encerramento da I Comista, foram assinados os seguintes atos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional; Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Esportes; Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico; e Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço.

Na sequência, o então Presidente Lula manteve encontro com seu homólogo, à margem da abertura dos Debates Gerais da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de setembro de 2008. Em junho de 2009, o então Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Edson Santos, participou, como representante do então Presidente Lula da Silva, da Cúpula Leon H. Sullivan, realizada em Arusha, sobre o tema “Turismo e Desenvolvimento de Infraestrutura”. O Ministro brasileiro apresentou iniciativas de sua Pasta voltadas a estimular o turismo étnico no Brasil, considerado de potencial interesse para os participantes do foro. Durante a Cúpula, Edson Santos manteve encontros protocolares com o Presidente e o Chanceler tanzanianos, além de outras altas autoridades do país.

Em janeiro de 2010, o Ministro do Trabalho, Emprego e Desenvolvimento da Juventude, Juma Kapuya, solicitou encontro com o

Embaixador do Brasil em Dar Es Salaam para discutir possibilidades de cooperação no âmbito do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Esportes, assinado na capital tanzaniana por ocasião da I Comista. O Ministro tanzaniano demonstrou interesse na instalação de projeto semelhante àquele realizado pelo Brasil com Moçambique para fabricação de bolas em centros comunitários e geração de empregos para jovens carentes. Como resposta às propostas de intensificação da cooperação esportiva entre os dois países, o Brasil custeou a participação de quatro profissionais tanzanianos em Curso Internacional para Treinadores de Futebol realizado em São Paulo, em maio de 2010, iniciativa muito bem recebida pelas autoridades tanzanianas.

Em julho de 2010, o então Presidente Lula da Silva realizou visita histórica à Tanzânia, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro ao país. O Mandatário brasileiro cumpriu programação de três eventos principais: encontro empresarial; visita à 34ª Feira Internacional de Comércio de Dar es Salaam; e encontros na "State House" com o Presidente Kikwete, o Primeiro-Ministro Pinda e outras altas autoridades tanzanianas. A visita propiciou o aprofundamento dos contatos bilaterais em novas áreas, como biocombustíveis, agricultura, TV digital, investimentos em infraestrutura e mineração e comércio. A visita resultou na assinatura do “Memorando de Entendimento sobre Capacitação de Diplomatas” e do “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Iniciativas de REDD”, na área ambiental.

Na sequência, visitaram o Brasil, em menos de dois anos, o Chanceler Bernard Membe (setembro de 2010), o Primeiro-Ministro Pinda (outubro de 2011) e o Presidente Jakaya Kikwete (abril de 2012).

Acompanhado de delegação composta por representantes governamentais ligados a áreas como agricultura, energia e finanças, o Chanceler Membe cumpriu extensa agenda, que incluiu visitas a Embraer, UNICA, BNDES, Fiocruz, Itaipu, Petrobras, FIESP e Embrapa, além de encontros com autoridades dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, de Minas e Energia e dos Esportes. Na ocasião, foi assinado Ajuste Complementar para a Implementação do Projeto "Apoio à implementação do Plano de Ação Nacional da Tanzânia para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil", iniciativa de cooperação trilateral que conta com a participação da OIT.

Em sua visita, o Primeiro-Ministro Pinda cumpriu agenda de encontros em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Em encontros com Ministérios temáticos brasileiros, o Primeiro-Ministro tanzaniano manifestou o

interesse de seu país em beneficiar-se da cooperação brasileira em áreas como desenvolvimento agrário, promoção da segurança alimentar e universalização do acesso à energia. Em audiência com o Senhor Vice-Presidente, o PM Pinda mostrou-se convencido da importância, para o continente africano, da experiência brasileira no combate à fome e à pobreza e defendeu que o Brasil teria papel fulcral a desempenhar na capacitação de recursos humanos na Tanzânia, em particular no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura em seu país. A partir de então, o lado tanzaniano passou a reivindicar a abertura de escritório regional da EMBRAPA com sede no país.

Um dos frutos mais importantes da visita foi a idealização de projeto de cooperação estruturante na área do algodão em benefício dos países da África Oriental, o projeto Cotton Victoria, atualmente desenvolvido pela ABC, que será detalhado adiante.

Em dezembro de 2011, o Subsecretário-Geral Político III do Itamaraty, Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, representou o Governo brasileiro nas cerimônias do 50º aniversário de independência da Tanzânia, em Dar es Salaam.

Em abril de 2012, o Presidente Jakaya Mrisho Kikwete realizou visita de trabalho ao Brasil, no contexto de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP, no acrônimo em inglês). Na ocasião, o Chefe de Estado tanzaniano realizou visita ao Centro de Hortaliças da EMBRAPA e ao Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Em São Paulo, manteve encontro com o ex-Presidente Lula, ocasião em que solicitou que seu interlocutor continuasse a estimular o empresariado brasileiro a investir em África, em especial na Tanzânia. Solicitou, ademais, o apoio político do ex-Presidente para o bom andamento do processo de reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil.

Desde meados de 2012, embora não haja registros de visitas bilaterais de alto nível, o diálogo entre Brasil e Tanzânia permaneceu fluido e foram desenvolvidas iniciativas promissoras nos campos de agricultura, segurança alimentar, defesa, energia e comunidades expatriadas, entre outras.

Cooperação na área de defesa

A cooperação na área de defesa teve início quando, em setembro de 2012, o Adido de Defesa e Naval em Pretória, CMG Paulo Cesar Demby Corrêa realizou visita a Dar es Salaam, com vistas a prospectar iniciativas de

cooperação nessa área. Foram identificadas oportunidades nas áreas de segurança de plataformas continentais, intercâmbio de informações sobre operações de controle de fronteiras e formação e treinamento de quadros da Marinha. Na sequência da missão, o General de Exército José Carlos De Nardi, Chefe do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas, endereçou carta ao General Albert Ndomba, Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia, pela qual o convidou a realizar visita ao Brasil.

Entre julho e agosto de 2014, o Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia (TPDF), General Davis Mwamunyange, realizou visita ao Brasil. Na avaliação do General tanzaniano, a visita teria "aberto seus olhos para o potencial de atuação conjunta, tanto em termos de treinamento quanto de aquisição de material de defesa". Por outro lado, o lado tanzaniano, que enviou representantes das TPDF à X Feira Latin American Aerospace & Defense (LAAD Defense and Security), ocorrida no Rio de Janeiro, em abril de 2015, está estudando enviar ao Brasil missão de prospecção das Forças Populares tanzanianas sobre o treinamento de tropas de elites.

Iniciativas no domínio da energia

Sobretudo até 2011, Brasil e Tanzânia desenvolveram forte diálogo na área de energias renováveis, com ênfase nos biocombustíveis. A Tanzânia beneficiou-se do “Programa Estruturado de Apoio do Brasil aos demais Países em Desenvolvimento na Área de Energias Renováveis” (Pro-Renova), no âmbito do qual foram realizados dois seminários na capital Dar es Salaam: (i) o Seminário "Zoneamento Agroecológico: Instrumento para o Planejamento de Políticas Públicas na Fase Agrícola de Produção Sustentável de Biocombustíveis", em outubro de 2009; e (ii) o Seminário "Desenvolvimento e Inovação na Indústria de Biocombustíveis", em julho de 2010. Nessas duas ocasiões, o debate suscitado contribuiu para superar eventuais resistências locais ao desenvolvimento dos biocombustíveis no país, relacionadas sobretudo à segurança alimentar.

Em 2009, o Governo tanzaniano manifestou interesse em beneficiar-se da cooperação Brasil-Suécia na área de biocombustíveis em terceiros países, no âmbito do “Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis”, o que ainda se encontra em discussão.

Em maio de 2010, o então Ministro tanzaniano de Energia e Minerais, William Ngeleja, realizou visita ao Brasil, ocasião em que conheceu as instalações da Petrobras em Urucu. A delegação que acompanhou o Ministro

Ngeleja se mostrou interessada no programa nacional de mistura de etanol à gasolina, tema tratado em reunião técnica na sede da Petrobras, no Rio de Janeiro. O tema foi, igualmente, discutido durante as visitas do então Presidente Lula a Dar es Salaam (julho de 2010) e do Chanceler Membe ao Brasil (setembro de 2010).

Nesse contexto, foi assinado Memorando de Entendimento entre a Petrobrás e a “Tanzanian Petroleum Development Corporation” (TPDC), pelo qual a empresa brasileira se comprometeu a fornecer etanol, em bases comerciais, para a realização dos testes da mistura de etanol à gasolina na Tanzânia, pelo período de um ano, bem como a apoiar a elaboração de estudos de viabilidade para implementação de programa de mistura. Por outro lado, buscando atender a demanda tanzaniana de cooperação para o estabelecimento de marco regulatório para o setor de bioenergia, foi organizada missão de técnicos e representantes do Ministério de Energia e Minerais da Tanzânia ao Brasil, em outubro de 2010.

Em março de 2011, missão da Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi enviada a Dar es Salaam. Na ocasião, as autoridades tanzanianas receberam positivamente a proposta da FGV de execução de estudo de viabilidade para a realização do zoneamento agroecológico para a produção de biocombustíveis no país, cuja data de início ainda não foi acordada. O estudo contou com financiamento ao Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), aprovado somente em novembro de 2011.

Contudo, desde 2011, os contatos bilaterais no domínio da energia passaram a concentrar-se nos setores empresariais, com destaque para a atuação da Petrobrás na Tanzânia, que será discutida na sessão sobre economia.

Negociação de acordo de serviços aéreos

Em setembro de 2013, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) solicitou apoio do Itamaraty na intermediação de contato com sua homóloga tanzaniana, com vistas a retomar negociações sobre Acordo de Serviços Aéreos (ASA). Em dezembro de 2013, teve lugar a primeira Reunião de Consulta Aeronáutica Brasil-Tanzânia, realizada às margens da "ICAO Air Services Negotiation Conference" (ICAN 2013), em Durban, África do Sul. Na ocasião, as partes acordaram no texto do novo ASA, que atualmente cumpre os trâmites internos nos dois países. Consultada sobre a possibilidade de assinatura do mecanismo, a ANAC informou, em setembro de 2014, que a mais recente minuta de ASA encontra-se em processo de avaliação técnica e de

tradução para o português, mas que estaria recebendo tratamento prioritário da referida Agência.

Cooperação educacional e ensino de português

Desde abril de 2010, o Reitor da Universidade de Dar es Salaam vem manifestando interesse na retomada do ensino de português naquela instituição, suspenso havia já alguns anos. A demanda, que se justifica também pela decisão da SADC de tornar o Português uma das línguas oficiais da comunidade, foi reiterada também por autoridades governamentais tanzanianas, em outras oportunidades de encontros. Contudo, em razão das restrições orçamentárias que afetam os programas e ações culturais do Itamaraty, ainda não foi possível a inclusão de vaga para leitor junto à Universidade de Dar es Salaam nos editais de seleção de candidatos à função mantidos pela CAPES.

Após intensas negociações intermediadas pela Embaixada em Dar es Salaam, a Petrobrás Tanzânia (PETAN) organizou o primeiro Curso Intensivo de Língua Portuguesa, que teve duração de seis meses, em benefício de 15 profissionais tanzanianos selecionados pelo Ministério da Energia e Minerais. A ideia do curso, que foi concluído, em setembro de 2014, partiu de gestões realizadas pelo então Ministro da Energia e Minerais tanzaniano, Sospeter Muhongo, com vistas a viabilizar a participação de estudantes tanzanianos em cursos de pós-graduação de universidades brasileiras na área de petróleo e gás natural, no âmbito do Programa Estudante Convênio Pós-Graduação (PEC-PG). O Governo tanzaniano tem logrado instituir possibilidades semelhantes de capacitação em países como China, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos e Noruega. Graças à iniciativa da PETAN, foi possível que, em 2015, pela primeira vez em hiato de 30 anos, 7 candidatos tanzanianos concorressem a vagas no âmbito do Programa Estudante Convênio – Pós-Graduação (PEC-PG), do Ministério da Educação brasileiro.

Cooperação técnica bilateral sob a coordenação da ABC

Ao amparo do acordo básico de cooperação técnica bilateral firmado em 2006 e promulgado em 2010, a ABC atualmente coordena negociações, já em fase final, para a implementação do projeto de cooperação intitulado "**Cotton Victoria**", que, além da Tanzânia, deverá beneficiar Quênia, Uganda e Burúndi, todos países da região dos Grandes Lagos africanos. Concebido nos moldes do exitoso Projeto "Cotton 4", na África Ocidental, o Cotton Victoria

constitui um projeto de cooperação de caráter estruturante, voltado ao fortalecimento da cadeia produtiva do algodão. O projeto, que envolve, dentre outras atividades, a montagem de modernos laboratórios de análise, será implementado, do lado brasileiro, pela EMBRAPA, que já acompanhou três visitas de prospecção da ABC à região. Em missão que teve lugar em novembro de 2014, a EMBRAPA realizou diagnóstico mais preciso das carências e das especialidades das instituições parceiras nos países beneficiados, o que consistia em uma última etapa necessária à elaboração de minuta do plano de trabalho que guiará a cooperação. Por contar com boas instalações e infraestrutura, a cidade de Mwanza, na Tanzânia, (onde o "Lake Zone and Agricultural Research and Development Institute", o LZARDI, mantém respeitável centro de pesquisas), deverá sediar o projeto. O Governo tanzaniano já designou área na região para ser a sede do projeto.

Outros três projetos que estavam em execução nas áreas de saúde (combate ao HIV/AIDS) e agricultura (desenvolvimento da pecuária e introdução de tecnologias de pós-colheita para horticultura) foram finalizados, em dezembro de 2014. Por outro lado, missões anteriores da ABC identificaram que experiências brasileiras nas seguintes áreas poderiam ser transformadas em projetos de cooperação que gerariam benefícios à Tanzânia: tratamento em anemia falciforme; agregação de valor ao pseudofruto do Caju; aprofundamento do conhecimento sobre produção de frutas tropicais; e apoio à formulação de plano nacional para a eliminação das piores formas de trabalho infantil.

Possibilidade de cooperação trilateral no domínio agrícola

Afora as iniciativas em negociação sob a coordenação da ABC, foi assinado, em abril de 2014, Memorando de Entendimento (MdE) entre a agência de cooperação internacional do Governo britânico (DfID, no acrônimo em inglês) e a Embrapa, para ampliar programas de cooperação técnica e intercâmbio em agricultura de baixo carbono ("climate smart agriculture") no continente africano. Etiópia, Gana, Moçambique e Tanzânia deverão ser os países inicialmente beneficiados por essa iniciativa, que contará com recursos da ordem de 4,9 milhões de libras do DfID e contrapartida de igual valor da Embrapa (em horas técnicas trabalhadas).

Tecnologia de saúde

Em janeiro de 2013, o Diretor-Geral da Comissão Tanzaniana de

Ciência e Tecnologia (COSTECH), Professor Hassan Mshinda, realizou visita ao Brasil, ocasião em que foi assinado Memorando de Entendimento entre aquela Comissão e a Fiocruz, que possibilita a realização de pesquisas conjuntas em diversas áreas e iniciativas de cooperação para a transferência de tecnologia e capacitação. Em dezembro de 2014, a Biomanguinhos, empresa pública pertencente à Fiocruz, realizou visita à Tanzânia e outros países africanos voltada a identificar parceiros para a realização de estudos clínicos necessários à produção e comercialização de vacina dupla viral para sarampo e rubéola na África. A iniciativa é motivada pela meta da Organização Mundial da Saúde (OMS) de eliminar a rubéola em âmbito global até o ano de 2020, contando com o financiamento da Fundação Bill e Melinda Gates.

Produção de alimentos e segurança alimentar e nutricional

Em maio de 2010, visitaram o Brasil os Vice-Ministros da Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas da Tanzânia, David Mathayo David, e do Desenvolvimento Pecuário e das Pescas, James Mwanyancha, que participaram do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural. Em 2011, por ocasião de sua visita ao Brasil, o Primeiro-Ministro tanzaniano, Mizengo Peter Pinda transmitiu o desejo da Tanzânia de ser beneficiada pela cooperação brasileira no âmbito do Programa Mais Alimentos África. Na sequência, entre julho e agosto de 2012, delegação tanzaniana realizou visita ao Centro de Excelência contra a Fome do PMA. Apesar do interesse tanzaniano, não foi possível, até o momento, incluir o país no programa, já que ainda não concluído o processo de ratificação pelo Brasil, do acordo de reestruturação da dívida da Tanzânia com o País.

Não obstante, em novembro de 2014, foi realizado, na Tanzânia, o evento "Conservation Agriculture and Food Security Solutions: Sharing the Brazilian Experience", no qual representantes do BNDES e da EMBRAPA, além de empresários brasileiros e tanzanianos, discutiram políticas e iniciativas do Brasil na área de promoção da agricultura e da segurança alimentar.

Vale ressaltar que a Tanzânia, ao longo de 2014, passou de país demandante para país doador de alimentos com fins humanitários. Em junho de 2014, o país foi classificado como 7º lugar no ranking "Hunger and Nutrition Commitment Index" (HANCI), que mensura a implementação de compromissos governamentais com o combate à fome. Em grande medida, o bom resultado se deveu ao aumento de recursos governamentais à agricultura, o que permitiu safra agrícola recorde no ano fiscal 2013-14, após quatro anos

de seca. Em novembro de 2014, representante do Ministério da Agricultura da Tanzânia manteve encontro com o Embaixador brasileiro em Dar es Salaam, no qual informou que seu país estava com dificuldades de estocar toda a produção histórica de grãos no país, o que poderia levar à perda de cerca de 250 mil toneladas de milho, dentre outros produtos. A Tanzânia estuda a possibilidade de aquisição de silos no mercado brasileiro para o programa nacional de expansão da capacidade de grãos do país. Contudo, como a compra dependeria de financiamento oficial brasileiro, deve ainda esperar a conclusão do processo de ratificação do acordo sobre a reestruturação da dívida tanzaniana com o Brasil.

Troca de experiências sobre políticas para comunidades de expatriados

Em maio de 2014, realizou visita ao Brasil missão de estudos de Zanzibar incumbida de conhecer políticas públicas nacionais e iniciativas da sociedade civil relativas ao apoio às comunidades brasileiras no exterior. Segundo avaliação tanzaniana, os encontros mantidos foram instrutivos e tenderão a subsidiar a elaboração de políticas tanzanianas em benefício da comunidade de zanzibares no exterior. Encontro realizado no Ministério da Previdência Social (MPS) foi destacado como especialmente profícuo, dado o interesse da delegação tanzaniana pelo tema da proteção previdenciária de sua diáspora. Nesse particular, a delegação considerou que a experiência brasileira em acordos previdenciários com atores externos poderia ser proveitosa para a Tanzânia. O acordo regional com os sócios do Mercosul nessa matéria foi singularizado como potencial fonte de inspiração para possível cooperação na área previdenciária no âmbito da Comunidade da África Oriental (EAC).

Assuntos Consulares

A Embaixada do Brasil na Tanzânia também é responsável pela jurisdição de Comores e Seicheles. Não há Cônsules Honorários do Brasil na Tanzânia.

Comunidade brasileira

85 brasileiros estão matriculados na Embaixada do Brasil em Dar es Salaam, estimando-se o número total de pessoas da comunidade brasileira na Tanzânia em cerca de 100.

Essa comunidade é formada por missionários religiosos, pequeno número de trabalhadores na indústria de tabaco, que vivem no interior do país, e as famílias dos poucos funcionários da Petrobras residentes em Dar es Salaam. Não há registro de brasileiros presos no país.

Febre hemorrágica Ebola

Apesar de não haver nenhum caso confirmado da Doença Viral Ebola (EVD) na África Oriental, o Governo tanzaniano anunciou a criação de uma Força-Tarefa Governamental para tomar medidas de precaução para evitar que a doença entre no país. Até o dia 13/08/2014, a Embaixada não recebeu qualquer consulta ou pedido de ajuda por parte da pequena comunidade brasileira residente no país.

Empréstimos e Financiamentos Oficiais

Segundo informado pela Secretaria-Executiva da CAMEX, há dois projetos na Tanzânia que contam com financiamento oficial brasileiro:

- Aeroporto International de Msalato; e
- Aeroporto Internacional de Mtwara.

Dívida da Tanzânia com o Brasil

Atualmente, as empresas brasileiras enfrentam entraves para aumentarem o comércio com a Tanzânia, em decorrência da existência de dívida oficial externa tanzaniana ainda pendente de renegociação ou reescalonamento pelo Governo brasileiro.

Até 2012, a Tanzânia era um dos países com maior dívida externa. Em 2012, a Tanzânia foi beneficiada pela "Iniciativa para Países Pobres muito Endividados" (HIPC, da sigla em inglês), iniciativa do Banco Mundial em coordenação com o FMI e com o Clube de Paris (formado por EUA, Canadá, Japão, Rússia e outros quinze países europeus), com o objetivo de permitir que os países endividados retomem o crescimento econômico, e com vistas a possibilitar a quitação da dívida tanzaniana com seus credores. Desde então, todos os países credores da Tanzânia reunidos no Clube de Paris (EUA, Canadá, França, Rússia e Japão, entre outros) já concederam a remissão da dívida tanzaniana. Entre todos os países com atas referentes à dívida externa assinadas com a Tanzânia, o Brasil é o único país a não ter aceitado renegociar

a dívida tanzaniana.

A Tanzânia tem, atualmente, uma dívida de cerca de US\$ 236 milhões, referentes a créditos liberados pelo Brasil em 1979, por ocasião de contrato para financiamento para construção de rodovia ligando Dar es Salaam a Dodoma.

O então Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, em 1997, Ata com o compromisso de renegociar a dívida tanzaniana. O compromisso foi reiterado por novas Atas assinadas pelo Brasil em 2000 e em 2002. O Brasil é o único país credor que assinou Atas, mas ainda não implementou o compromisso de renegociação da dívida.

A remanescência de parcela em atraso de dívida tanzaniana dificulta que a Tanzânia possa ser reclassificada, com um "*rating*" mais favorável, junto às instituições de crédito, por conseguinte encarecendo os bônus soberanos para o país.

Dando seguimento às atas de intenção assinadas pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, concluiu entendimento bilateral para o perdão de 84% do total da dívida tanzaniana para com o Brasil. Em 2013, concluído os termos exatos do Acordo de Reestruturação da dívida tanzaniana e após receber parecer favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a Presidenta Dilma Rousseff encaminhou ao Senado Federal o texto do Acordo.

Desde 2013, o Acordo para renegociação da dívida da Tanzânia com o Brasil encontra-se no Senado Federal, pendente de apreciação pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Política Interna

Introdução

A Tanzânia distingue-se, na África Subsaariana, pela significativa estabilidade política que tem experimentado desde a sua independência, pela maturidade de suas instituições democráticas, bem como pelo respeito às liberdades de imprensa e de expressão. A Tanzânia foi um dos primeiros países africanos a aderir à Parceria para Governo Aberto (OGP), em setembro de 2011, integrando, ainda, o Comitê Diretor da iniciativa. O país tem, ademais, forte tradição de liberdade de imprensa e costuma ser bem qualificado em

ranking de liberdade de imprensa produzido pela ONG Repórteres sem Fronteiras.

Mais recentemente, o quadro político tanzaniano tem-se pautado pela perspectiva de realização de eleições gerais em outubro de 2015, bem como pela reforma da Constituição do país (a atual data de 1977) e pela renovação do pacto federativo, que garante a união com o arquipélago de Zanzibar.

Período pós-colonial e união entre Tanganica e Zanzibar

Em 1954, sob a liderança de Julius Nyerere (1992-1999), foi criada a União Nacional Africana de Tanganica (TANU). O principal objetivo da TANU era alcançar a soberania nacional para Tanganica. Dentro de um ano, a TANU tinha-se tornado a organização de liderança da emancipação política no país. Em 1960, Nyerere tornou-se Ministro do território de Tanganica, então administrado pelo Reino Unido. Em 1961, o território de Tanganica conquistou sua independência do Reino Unido, após processo de emancipação relativamente pacífico.

Em 1963, líderes revolucionários proclamaram a independência do arquipélago de Zanzibar, ao depor a antiga dinastia omani, que por séculos exercera domínio sobre a costa oriental da África. Em 1964, Tanganica e Zanzibar uniram-se para formar a República Unida da Tanzânia. Nos termos da União de 1964, Zanzibar tem o status de território autônomo e mantém poderes executivo, legislativo e judiciário próprios. O Presidente de Zanzibar é considerado Chefe de Governo para assuntos relativos ao Arquipélago, que não dispõe, entretanto, de ministérios dos negócios estrangeiros e defesa, compartilhados com o continente.

Após o processo de independência, foi instaurado regime de partido único e Nyerere foi mantido como Primeiro-Ministro. Com a instauração da Tanzânia, em 1964, Julius Nyerere tornou-se Presidente. Com um projeto que por muitos foi considerado como socialista, Nyerere manteve-se à frente da Presidência até 1985 e dominou o cenário político do país enquanto permaceu vivo. Considerado como o "Pai da Nação" ("Baba wa Taifa", em suaíli), sua influência ultrapassou as fronteiras do país, convertendo-o em referência na história da África contemporânea.

Reformas políticas e fim do unipartidarismo

Com a aposentadoria de Nyerere da Presidência, em 1985, foram adotadas séries de reformas políticas e econômicas no país. Desde então, todos

os Presidentes da Tanzânia foram eleitos e reeleitos para mandatos de 5 anos, sem que um mesmo candidato concorresse a um terceiro mandato.

Do mesmo partido de Nyerere, Ali Hassan Mwinyi foi escolhido como seu sucessor imediato à Presidência da República. Mwinyi adotou reformas políticas que culminaram com a instituição do multipartidarismo em 1992. Essa nova situação deu ensejo a uma certa polarização da política tanzaniana: de um lado, como herdeiro legítimo da TANU e partido dominante, surgiu o Chama Cha Mapinduzi (CCM – Partido Revolucionário do Estado) e, como partidos de oposição, a Frente Cívica Unida (CUF), que tem uma base muito forte em Zanzibar; e o Partido da Democracia e do Desenvolvimento (CHADEMA). Não obstante, Nyerere continuou como líder do CCM até 1990, e, por todo o período democrático, todos os Presidentes eleitos foram indicados pelo CCM. A partir de 2000, contudo, os resultados das eleições para Presidente têm sido contestados pelos partidos da oposição.

O sucessor de Mwinyi, Benjamin William Mkapa, eleito pelo CCM em 1995, promoveu a abertura da economia do país. Seu mandato resistiu a eventos desestabilizadores, entre os quais vale mencionar o atentado terrorista da Al-Qaeda contra a Embaixada dos EUA, em 1998, e a recusa da CUF a reconhecer os resultados eleitorais de 2000, quando o Presidente Mkapa foi reeleito com 71% dos votos válidos.

Governo Kikwete e eleições de 2005 e 2010

O sucessor de Mkapa e atual Presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, foi eleito em dezembro de 2005 com 80% dos votos, e tomou posse em janeiro de 2006. Em janeiro de 2008, seu Governo passou por crise política deflagrada pela demissão do Primeiro-Ministro Edward Lowassa, implicado em acusações de contratação fraudulenta de empresa norte-americana fornecedora de energia elétrica. Lowassa foi substituído pelo atual Primeiro-Ministro Mizengo Pinda, que exercia anteriormente o cargo de Ministro para a Administração Regional e Governo Local.

Em outubro de 2010, foram realizadas novas eleições nacionais. Como esperado, o Presidente Jakaya Kikwete reelegeu-se no primeiro turno, com 61% de votos válidos, seguido de Willibroad Slaa, do CHADEMA, com 26%, e Ibrahim Lipumba, da CUF, com apenas 8%. Contudo, o comparecimento às urnas foi o mais baixo desde a introdução do multipartidarismo (43%, contra a média histórica superior a 72%), o que foi interpretado como desinteresse de setores importantes da população pelo

processo eleitoral. Embora vitorioso, o Presidente Kikwete perdeu 4 milhões de votos em relação ao pleito anterior, quando obteve 80% dos votos válidos.

Por sua vez, as eleições para Presidente do arquipélago de Zanzibar, realizadas igualmente em outubro de 2010, resultaram na vitória apertada do candidato do CCM, Ali Mohammed Shein, ex-Vice-Presidente da Tanzânia, contra o candidato da CUF, Seif Sharif Hamad. Nesse contexto, foi posteriormente formado um governo de união nacional em Zanzibar, no qual o candidato da CUF foi nomeado Vice-Presidente do arquipélago.

No continente, a oposição, que levou semanas para reconhecer a vitória de Kikwete, chegou a culpar a desorganização da Comissão Nacional Eleitoral (NEC) pela alta abstenção, alegando insuficiência de cédulas de votação em alguns distritos, bem como divulgação de informação equivocada sobre os locais de votação, dentre outros incidentes que teriam impedido que eleitores pudessem exercer o seu direito de voto. Os observadores internacionais, por sua vez, apesar de apontarem pequenos problemas no processo de registro eleitoral e na votação, demonstraram satisfação com a maneira pacífica com que o pleito foi realizado e, sem exceção, consideraram as eleições livres e limpas.

No Parlamento, o CCM logrou manter maioria absoluta, tendo conquistado 258 de um total de 343 assentos, seguido do CHADEMA, com 44 assentos, e da CUF, com 34 assentos.

A intensificação da polarização política

Durante o segundo mandato de Kikwete, ficou claro para o CCM que o período de unipartidarismo com oposição mínima ficara para trás. O choque de realidade induzido pelo desempenho relativamente fraco (se comparado a eleições anteriores) do CCM nas eleições gerais de outubro de 2010 foi o primeiro sinal de alerta de que o partido governista precisava renovar-se, com vistas a obter bons resultados nas eleições gerais de 2015.

Por outro lado, as diputas pelo controle de maioria no Parlamento levariam, em anos subsequentes, a que ficassem mais evidentes as divisões dentro do próprio CCM. O Presidente Kikwete, na condição de líder do Partido, preocupado com o recrudescimento das lutas internas no seio da agremiação, convocou a primeira reunião da NEC após o pleito de 2010. Em abril de 2011, reunidos em Dodoma, todos os membros do NEC decidiram pedir demissão, o que possibilitou a Kikwete promover profunda renovação nos quadros dirigentes do partido.

Já no início de 2011, contudo, em protesto contra o resultado das eleições indiretas para prefeito da cidade de Arusha vencidas pelo CCM, foram organizadas manifestações pelo CHADEMA, que, dado seu grande impacto, reforçaram a tensão entre o Governo e os partidos de oposição. Além de dezenas de prisões, a repressão policial causou 3 mortes e deixou dezenas de feridos, dentre os quais alguns deputados e a esposa do presidente do CHADEMA, Wilibroad Slaa. Arusha, segunda maior cidade do país, situada ao sopé do Kilimanjaro, constitui o principal reduto eleitoral do CHADEMA. Há, entre segmentos da população local, ressentimento com o que percebeu como descaso do Governo com aquela que é a principal região agrícola e turística do país.

Revisão constitucional e formação de Assembleia Constituinte

O incidente em Arusha reacendeu no país debate sobre reforma constitucional. Inicialmente bandeira de campanha dos principais partidos de oposição, CHADEMA e CUF, a causa logo foi abraçada também por personalidades do CCM. Ratificada em 1977, a Constituição atual foi criada ainda no período de unipartidarismo e é considerada, por analistas locais, como o principal fundamento da manutenção de um presidencialismo forte, com peso desbalanceado em favor do Executivo. Muitos próceres da oposição argumentam que, devido aos vícios de origem do processo constitucional tanzaniano, as sucessivas emendas que foram idealizadas posteriormente só fizeram aumentar a concentração de poder no partido governista e nas mãos do Chefe de Estado, o que teria conduzido o país a uma crise de legitimidade política.

Diante dos clamores por revisão da Constituição, o Governo procurou, contudo, tomar a frente do debate. O Presidente Kikwete logrou que fosse aprovado, em 2011, o “Ato de Revisão Constitucional”, que criou uma comissão responsável por conduzir a reforma constitucional, a Comissão de Reforma Constitucional (CRC). O Presidente Jakaya Kikwete desejava que a nova Constituição fosse concluída até, no máximo, abril de 2014, data que marcou o 50º aniversário da União entre Tanganica e Zanzibar, para que a substituição da Carta Magna pudesse constar do seu legado político.

Entretanto, a intensificação de tensões separatistas em Zanzibar e o desvelamento de casos de corrupção, fortaleceu a oposição e tornou todo o processo de revisão constitucional mais difícil. Decidiu-se que seria necessário criar uma nova Constituição, minutada por Assembleia Constituinte reunida

para esse fim e aprovada por referendo popular. A população de Zanzibar, que representa menos de 3% da população total da Tanzânia, deverá ter uma influência desproporcional no destino da Constituição, uma vez que, para que seja adotado, o texto deverá ser aprovado por maioria simples tanto em Tanganica quanto em Zanzibar.

Em janeiro de 2013, a CRC concluiu primeira fase de consultas diretas à sociedade, durante a qual se buscou reunir propostas que foram submetidas à Assembleia Constituinte, instaurada, subsequentemente, em janeiro de 2014. A Assembleia foi composta de 639 membros, que compreendem os atuais 357 Deputados da Tanzânia e 81 de Zanzibar, além de 201 nomes selecionados pelo Presidente, a partir de uma lista de 2.722 que lhe foram apresentados por organizações não-governamentais, instituições de ensino, sindicatos, associações de classe (pescadores, agricultores e pastoralistas), grupos religiosos e partidos políticos. Em fevereiro de 2014, tiveram os início os trabalhos da Assembleia, que teve sua configuração dominada pelo partido CCM, que, com 40% dos representantes eleitos, pôde formar coalizão majoritária. Nesse contexto, os principais partidos de oposição – Chadema, CUF, NCCR-Mageuzi e NLD – foram a Coalizão dos Defensores da Constituição do Povo (*Ukawa*), com vistas a fazer contrapeso ao CCM.

Acirramento político em Zanzibar e a bandeira autonomista

Em Zanzibar, conflitos sucederam-se quando das eleições gerais de 1995, 2000 e 2005, sucessivamente vencidas pelo CCM e localmente contestadas pela CUF. O impasse político no arquipélago ganhou histórico contorno de violência em janeiro de 2001, quando choques entre partidários da CUF e a polícia resultaram na morte de mais de 20 pessoas. O episódio foi de encontro à imagem de forte unidade nacional e relativa estabilidade que destacaram a Tanzânia em seu entorno regional desde sua independência. Por outro lado, até então, o arquipélago de Zanzibar sustentava imagem de "ilhas de estabilidade em meio a um oceano de conflito".

Dada a continuidade dos episódios de tensão em Zanzibar, foi aprovado, por referendo, em 2010, novo arranjo institucional que determinou a formação de um governo de união nacional no arquipélago. Após as eleições de 2010, o Presidente da CUF e segundo lugar naquele pleito, Seif Sharif Hamad, foi nomeado Vice-Presidente de Zanzibar.

A formação do governo de união não logrou, contudo, arrefecer

definitivamente as tensões em Zanzibar, que passaram, em alguma medida, a revestirem-se de caráter separatista. Concomitantemente ao período que marcou o cinquentenário das independências de Tanganica (1961-2011) e Zanzibar (1963-2013), bem como da união federativa entre continente e arquipélago (1964-2014), intensificaram-se os protestos populares e as manifestações de lideranças políticas apregoando a independência de Zanzibar.

Afora as tensões políticas, aumentaram também a intolerância religiosa e os episódios de violência cometidos contra comunidades de diferentes confissões, sobretudo em Zanzibar, embora também no continente. No arquipélago, 99% da população é de religião muçulmana, ao passo que, no continente, a maioria da população é cristã. Os numerosos atentados a igrejas cristãs em Zanzibar nos últimos anos têm sido atribuídos ao grupo "Uamsho" (que significa "despertar", em suaíli), que luta pela independência do arquipélago como um Estado islâmico. A incapacidade da polícia de resolver os casos tem gerado reclamações, por parte da minoria cristã, acerca de uma sensação de impunidade dos perpetradores.

Adiamento do referendo da Constituição

Em outubro de 2014, a Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser submetido a referendo popular. Os partidos de oposição, contudo, ameaçaram instruir suas bases a boicotar o referendo, alegando que o CCM teria mudado sobremaneira as propostas da CRC, à revelia dos interesses da população. Por outro lado, entre os partidos de oposição, havia preocupação com risco de que as regras eleitorais da nova constituição favorecessem o partido situacionista.

Uma das questões mais polêmicas do texto sugerido pela Assembleia foi o formato da união com Zanzibar. Enquanto o partido situacionista CCM, movido por diversos pronunciamentos do Presidente Jakaya Kikwete, passou a defender a manutenção da estrutura de dois Governos (Zanzibar e República Unida da Tanzânia), a UKAWA passou a apoiar energicamente proposta de introdução de sistema de três Governos (Zanzibar, Tanganica e República Unida da Tanzânia). O argumento que a proposta de três governos teria sido adotada pela CRC, mas alterada pela coalizão governista durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, foi uma das principais justificativas para que a UKAWA propugnasse o boicote à realização do referendo.

Finalmente programado para ocorrer em 30 de abril de 2015, o referendo foi, contudo, adiado pela Comissão Nacional Eleitoral, que alegou

problemas com o novo sistema biométrico de registo de eleitores. Embora nenhuma nova data tenha ainda sido fixada, parece provável que a referendo será adiado até depois das eleições gerais. O adiamento foi amplamente visto como uma vitória dos partidos de oposição, que têm maior interesse na atualização do registo eleitoral, tendo em vista a expectativa de inclusão de jovens eleitores em grandes centros urbanos, mais preocupados com a falta de perspectiva de emprego, por escândalos de corrupção e com a política económica que vem sendo adotada há quase duas décadas pelo partido governista, que a oposição afirma ser concentradora de renda.

Eleições gerais de outubro de 2015

Mais recentemente, o cenário político tanzaniano tem sido marcado pelo início das disputas pela Presidência, que deverão ter início em outubro de 2015. A corrida para suceder Jakaya Kikwete, cujo segundo e último mandato termina em 2015, tem, no momento, sido travada dentro dos partidos políticos.

Nas disputas no âmbito do CCM, que deverá estender-se até agosto, o sistema de rotatividade imaginado por Julius Nyerere permite esperar que o candidato do CCM para substituir o muçulmano Kikwete deverá ser cristão. Essa limitação elimina diversas personalidades do partido da corrida presidencial. Tanto o ex-Primeiro-Ministro Edward Lowassa, como o Chanceler Bernard Membe confirmaram que são candidatos à Presidência. O primeiro vem aparecendo em primeiro lugar nas pesquisas e arregimentando apoio de boa parte do empresariado local. Tem havido, contudo, movimento para que o filho de Julius Nyerere, Charles Makongoro Nyerere, junte-se à disputa.

A UKAWA, coalizão formada pelos partidos de oposição no contexto do processo de revisão constitucional, manteve-se unida também no contexto eleitoral. Em outubro de 2014, os partidos membros da coalizão comprometeram-se a lançar candidatos únicos contra o governista CCM nas eleições gerais de 2015, em todos os níveis, inclusive para a Presidência da República. Haveria expectativa ainda de atrair eventuais defecções do CCM.

A oposição, ademais, continua a criticar o Governo por não conseguir acabar com a corrupção, citando, em particular, recente escândalo que envolveu importantes instituições e empresas do setor de energia. Ao longo de 2014, teve grande repercussão caso de corrupção que contou com relatório do Controlador e Auditor-Geral, associando atividades ilegais a membros do Governo. Em novembro de 2014, a Comissão de Contas Públicas do

Parlamento tanzaniano, liderada pelo deputado opositor Zitto Kabwe, aprovou moção que pede a responsabilização de políticos de alto escalão do Governo e instrui o Escritório de Prevenção e Combate à Corrupção a investigar o caso. O Parlamento adotou, posteriormente, posicionamento unificado em torno da questão, solicitando a punição dos envolvidos. A oposição recorda ainda que o ex-Primeiro-Ministro Edward Lowassa, que é um dos candidatos à concorrer à Presidência pelo CCM, teve de abandonar seu cargo em 2008 em outro escândalo de corrupção. Em reação, o Governo tem procurado colaborar com as investigações e dissociar-se de quadros suspeitos, o que levou o Presidente Kikwete a anunciar a demissão de muitos membros do alto escalão do Governo, como os Ministros da Habitação e da Energia e Minerais.

Poder Legislativo

O Poder Legislativo na Tanzânia é unicameral, e cada legislatura tem duração de 5 anos. A Assembleia Nacional ou Parlamento (Bunge) é composta por 357 assentos, dos quais 239 são reservados para representantes eleitos diretamente, 102 para representantes mulheres eleitas por voto proporcional, 5 para representantes da Câmara de Deputados de Zanzibar, 10 para membros nomeados pelo Presidente e 1 para o Procurador-Geral.

Além de promulgar leis nacionais, que se aplicam a toda a República, a Assembleia Nacional aprova legislação específica, que se aplica apenas ao continente. Zanzibar tem a sua própria Câmara dos Deputados (Baraza La Wawakilishi), composta de 81 assentos.

As últimas eleições parlamentares ocorreram em 31 de outubro de 2010. Novas eleições estão previstas para outubro do corrente.

Política Externa

Introdução

Tradicionalmente, a política externa tanzaniana tem sido marcada pela defesa da paz e do desenvolvimento dos povos e pelos princípios de soberania, integridade territorial e “apropriação” africana. O país atua com discrição nos foros multilaterais e prefere, em geral, no que diz respeito aos principais temas da agenda internacional, acompanhar o consenso da União

Africana e de organismos regionais dos quais participa.

No campo econômico, as elevadas taxas de crescimento da economia tanzaniana e a estabilidade política do país têm conferido visibilidade externa à Tanzânia e motivado importante fluxo de visitas de altas autoridades estrangeiras ao país.

Política regional, União Africana e mediação de crises no continente

A Tanzânia é membro fundador da União Africana (UA) e confere grande importância ao organismo, cujas posições com relação aos principais temas da agenda internacional e regional tende a acompanhar. O país tem advogado a integração e solidariedade entre as nações africanas desde os tempos de Julius Nyerere, que se tornou um dos principais ícones da descolonização da África.

A defesa da democracia, dos direitos humanos e do diálogo como melhor alternativa de resolução de conflitos são características do discurso tanzaniano no seio da UA. A Tanzânia tem encorajado o aperfeiçoamento dos processos eleitorais em toda a África, de modo a consolidar as práticas democráticas no continente. Em passado recente, o país atuou como mediador confiável em diversas crises regionais, como as ocorridas no Sudão (a Tanzânia é um dos principais contribuintes de tropas da UNAMID), Somália, Comores, Madagascar (2007), Quênia (2008), Costa do Marfim (2011) e Líbia (2011). Mais recentemente, os principais esforços tanzanianos de mediação tem-se concentrados em República Democrática do Congo (RDC), Sudão do Sul e Burúndi, todos países da região dos Grandes Lagos africanos, à qual também pertence a Tanzânia.

Com relação aos desafios de segurança para a estabilização do leste da **RDC**, a Tanzânia tem advogado que se trataria de um problema que ultrapassa as fronteiras congoleesas, afetando toda a região dos Grandes Lagos. Dar es Salaam tem mantido participação ativa e construtiva nas reuniões conjuntas das organizações regionais que tratam do tema (a Comunidade da África Central – EAC; e a Conferência Internacional Regional dos Grandes Lagos – CIRGL), ocasiões em que defende a formação de compromissos dos países vizinhos com o enfrentamento a grupos armados e com o fortalecimento da soberania RD congoleesa. O país é ademais, o segundo maior contribuinte de tropas para a Brigada de Intervenção da Missão da ONU para a Estabilização da RDC (FIB/MONUSCO), atrás apenas da África do Sul.

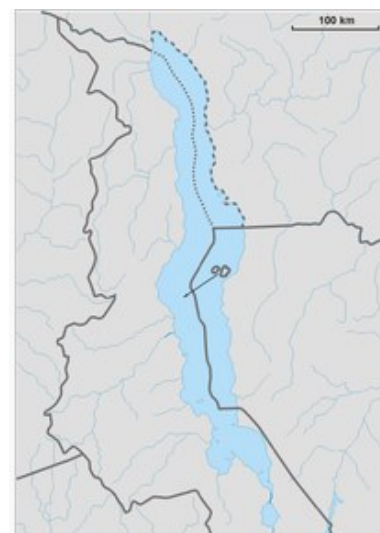
Após meses do conflito civil iniciado em dezembro de 2013 no

Sudão do Sul, com forte impacto humanitário para a população civil, o Governo tanzaniano, em outubro de 2014, anunciou que, a pedido do Presidente sul-sudanês, a Tanzânia buscaria mediar o conflito, sem prejuízo de outras iniciativas de mediação regional em curso. A mediação tanzaniana resultou na assinatura, em janeiro de 2015, de acordo voltado à reconciliação intrapartidária do maior do país, o Movimento de Libertação do Povo Sudanês (SPLM), cujo racha, em dezembro de 2013, está na origem do conflito no país. Essa reconciliação fortaleceria eventual formação de governo de união nacional, que, por sua vez, constituiria o cerne de uma solução política para o conflito.

A escalada das tensões sociais no contexto pré-eleitoral no **Burúndi** e a tentativa de golpe de estado, em 13/05/2015, contra o Presidente daquele país, Pierre Nkurunziza, levaram a que cerca de 70 mil Burúndineses buscassem refúgio em território tanzaniano. A Tanzânia é vista como um dos países mais indicados para mediar tensões no Burúndi, uma vez que acordos de paz e conciliação assinados na cidade tanzaniana de Arusha, sob os bons ofícios da Tanzânia, representam peça fundacional do período de consolidação paz o qual, até este ano, vinha caracterizando o Burúndi pós-conflito. Nesse contexto, já foram convocadas reuniões da EAC para tratar do tema.

Disputa fronteiriça com o Malaui

Embora tradicionalmente mantenha boas relações com os vizinhos, as relações da Tanzânia com o Malaui têm sofrido desgaste, em função de disputa fronteiriça envolvendo o Lago Niassa. O Niassa, terceiro maior lago da África e nono do mundo, é fonte de sustento cerca de 10 milhões de pessoas na Tanzânia, no Malaui e em Moçambique, e conta com o maior número de espécies endêmicas de peixes no mundo. Ademais, é apontado como uma das regiões com maior potencial turístico da África. O Malaui sustenta que o tratado de Heligoland, firmado entre o Reino Unido e Alemanha, em 1890, lhe garantiria a soberania sobre toda a extensão do lago, à exceção de parcela pertencente a Moçambique. De sua parte, a Tanzania reivindica linha de fronteira que divida ao meio a parte norte do lago. O país sustenta que o tratado de Heligoland já teria sido superado pelo bom senso e advoga que a situação "de jure" da fronteira com o Malaui



reflita sua situação "de facto", uma vez que o Niassa já é efetivamente compartilhado pelos dois países e por Moçambique.

O diferendo fronteiriço, adormecido por praticamente todo o período pós-independência, passou a ter tratamento prioritário após a decisão do Malawi, no início da década passada, de estimular a exploração e aproveitamento de recursos minerais no leito do lago. Em particular, tem causado divergências alegações de que o Malawi teria concedido o direito de exploração de petróleo no lago a empresa britânica, em setembro de 2011. Voos de mapeamento, que incluíram aterrisagem na água e foram supostamente conduzidos por empresa britânica, estariam ocorrendo, desde inícios de 2012, também do lado oriental do Niassa, porção sobre a qual a Tanzânia reclama soberania. Avalia-se que, caso sejam identificadas reservas significativas de petróleo e gás natural naquela região, a disputa poderá agravar-se.

Após conversações bilaterais sobre o caso, o Malawi vem tentando, desde 2012, remeter a disputa à jurisdição da Corte Internacional de Justiça (CIJ), o que tem sido bloqueado pela Tanzânia, que não reconhece a jurisdição da Corte no caso. Alternativamente, com vistas a conduzir processo de mediação internacional do diferendo fronteiriço, foi formado Painel de três ex-Chefes de Estado de países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), composto pelos ex-Presidentes Joaquim Chissano, de Moçambique, Thabo Mbeki, da África do Sul e Festus Mogae, de Botsuana. Reunião de mediação no âmbito da SADC, realizada em Maputo, em março de 2014, foi recebida pela mídia tanzaniana como uma indicação de fortalecimento da posição do país, sobretudo pelas declarações atribuídas ao mediador Joaquim Chissano de que Tanzânia e Malawi devem "partilhar o Lago".

Comunidade da África Oriental (EAC)

Tanzânia, Quênia, Uganda, Ruanda e Burúndi têm promovido a integração regional, em processo que culminou, em 2000, com o estabelecimento da Comunidade da África Oriental (EAC), cuja Secretaria-Geral tem sede em Arusha, Tanzânia. Com população estimada em mais de 150 milhões de pessoas, área de 1.820.664km² e PIB de cerca de US\$ 120 bilhões, a EAC constitui uma união aduaneira desde janeiro de 2005. Em 2008, o bloco estabeleceu acordo de comércio preferencial com a SADC e com o Mercado Comunidade da África Oriental e Austral (COMESA). Em abril de 2010, com a ratificação pelo Burúndi, tornou-se possível a entrada em vigor do

Tratado do Mercado Comum da EAC. O acordo representou passo decisivo para o aprofundamento da integração entre os membros do bloco.

Em 2013, foi assinado protocolo prevendo a instauração de união monetária no prazo de dez anos. O objetivo principal seria o de prover a região de uma moeda única que possa remover os custos das transações em diversas moedas, bem como o risco das oscilações das taxas de câmbio sobre o comércio e o turismo na África Oriental.

Em 2014, a EAC foi considerada pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) a mais ambiciosa e integrada comunidade econômica regional (CER) do Continente. O BAD justifica essa assertiva, salientando que a EAC desenvolveu uma Área de Livre Comércio totalmente operacional e é o único grupamento regional que já começou a implementar um Mercado Comum. Por sua vez, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA) igualmente reconheceu os avanços realizados pela EAC, em termos de comércio intrarregional. Segundo relatório recente da Comissão, a Comunidade da África Oriental é a CER que apresenta a maior porcentagem de comércio entre seus países-membros: 19,5%. A SADC aparece em segundo lugar com 10,9%.

No plano político, a EAC já dispõe de um Parlamento Regional e ambiciona formar uma Confederação (“Political Federation of the East African State”) com um único Chefe de Estado. Embora prevista no Tratado Constitutivo da EAC, a formação de Confederação no leste africano é tema que pouco avançou. Passada a fase inicial do bloco, na qual havia forte otimismo com o projeto de integração, somente Uganda manteve sua intenção de assinar o mapa do caminho para a federação política. Os quatro outros países-membros concordaram em criar Grupo de Trabalho técnico sobre o tema, de forma a melhor analisar aspectos específicos da Federação Política, como a elaboração de cronograma de implementação da Federação, no qual será prevista a elaboração de nova constituição federativa. Mais recentemente, Uganda tem insistido em um modelo de dois níveis de Governo, no qual as autoridades supranacionais teriam responsabilidade sobre os temas de política externa, defesa, políticas monetária e macroeconômica, deixando todos os demais temas a cargo dos Governos nacionais. O Grupo de Trabalho, por sua vez, acredita que o modelo proposto para a Federação deve ser submetido a referendo pelos 130 milhões de habitantes da região.

Somália, Sudão e Sudão do Sul manifestaram interesse em aderir à EAC. O processo mais avançado de adesão é o do Sudão do Sul, no qual o

relatório de verificação da EAC foi aprovado em 2012; e, em maio de 2013, houve indicação favorável à adesão do país ao bloco. Contudo, em abril de 2014, o Sudão do Sul solicitou que fosse adiado seu processo de adesão à EAC, em grande medida, em função do conflito civil em curso naquele país. Com a separação do Sudão do Sul do Sudão, a EAC decidiu, já em dezembro de 2011, rejeitar a solicitação de adesão feita por Cartum, argumentando que o Sudão não mais teria fronteira com demais países do bloco. Em fevereiro de 2015, a EAC deliberou negativamente sobre o pedido de adesão da Somália, apontando que a verificação das condições políticas e econômicas naquele país não havia avançado a contento.

Desde a instauração da união aduaneira, em 2005, a Tanzânia tem sido o país que mais colhe benefícios com o incremento do comércio regional. Avalia-se que, apenas em 2014, as exportações de produtos manufaturados tanzanianos para a EAC teria crescido cerca de 30%.

Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América (EUA) têm na Tanzânia um de seus principais parceiros no continente, tanto em termos econômico-comerciais quanto políticos. Contribuem significativamente para a densidade das relações bilaterais a relativa estabilidade política da Tanzânia e sua tradicional imagem de país defensor da democracia e da liberdade no continente africano.

No plano comercial, somente 10% das vendas tanzanianas para os EUA (de US\$ 115 milhões) foram feitas com recurso ao livre acesso ao mercado estadunidense facilitado pelos mecanismos da "Africa Growth and Opportunity Act" (AGOA), o que indica que há muito espaço para que o comércio bilateral seja estimulado. Registre-se ainda que, em 2012, com 70 mil nacionais visitando a Tanzânia, os EUA passaram a ser o principal mercado para este país no setor de turismo.

Por outro lado, a Tanzânia é considerada, juntamente com Gana, parceiro exemplar na implementação dos principais programas de assistência ao desenvolvimento dos EUA. Por esse motivo, os EUA têm intensificado sua cooperação em benefício da Tanzânia e figuram como o principal provedor de cooperação e ajuda internacional ao país, com projetos que montam a US\$ 760 milhões, em estimativa de 2012. Vale mencionar que, com um portfólio de US\$ 690 milhões em projetos de investimentos, a Tanzânia é, atualmente, o maior beneficiário em todo mundo do programa estadunidense "Millenium Challenge Account" (MCA), cujo foco de atividades na Tanzânia é voltado

para a segurança energética e pequenas obras de infraestrutura viária e de saneamento.

O ponto alto mais recente do relacionamento bilateral foi a visita do Presidente Barack Obama, acompanhado de delegação de cerca de 500 empresários, à Tanzânia, em julho de 2013, no contexto de périplo que realizou no continente africano, que incluiu apenas outros dois destinos (África do Sul e Senegal). Tratou-se da terceira visita oficial de um Chefe de Estado estadunidense à Tanzânia em pouco mais de uma década (também foram à Tanzânia Bill Clinton, em 2000, e George W. Bush, em 2008). Por ocasião de sua visita, Obama anunciou que a Tanzânia será um dos principais beneficiários da iniciativa "Power Africa", por meio da qual o Governo estadunidense tenciona gerar mais de 10 mil MW de energia estável, mais limpa e eficiente, beneficiando pelo menos 20 milhões de domicílios e empresas em seis países africanos: Etiópia, Gana, Libéria, Nigéria, Quênia e Tanzânia. Obama lançou, ademais, outra ambiciosa iniciativa, a "Trade Africa" com os objetivos de (i) dobrar o comércio intrarregional no âmbito da EAC, bloco que, por haver sido identificado pelos EUA como "the next economic success story", foi escolhido como parceiro piloto no continente; e (ii) aumentar em cerca de 40% o comércio dos EUA com o bloco.

Como sinalização do bom relacionamento bilateral, em agosto de 2014, o Presidente Kikwete liderou a delegação de seu país à Cúpula EUA-África, realizada em Washington. Em outubro de 2014, o Secretário do Tesouro foi à Tanzânia, ocasião em que visitou o porto de Dar es Salaam, para dar publicidade a investimentos de US\$ 565 milhões em infraestrutura e operação portuária, realizados conjuntamente pelo Banco Mundial e pela Trademark East Africa, ambos com financiamento estadunidense, e esteve na subestação de distribuição de eletricidade de Sokoine, cuja ampliação, igualmente apoiada pelos EUA, deverá permitir o acesso de 12 mil pessoas à rede de energia de Dar es Salaam. Na ocasião, houve também o anúncio da liberação de linhas de financiamento para 2015 e 2016 nos setores de eletricidade e infraestrutura, para facilitação de comércio, no montante total de US\$ 1 bilhão – recursos estadunidenses a serem liberados por intermédio do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento.

Canadá

A exemplo dos EUA, o Canadá também identifica na Tanzânia um parceiro preferencial no contexto africano, o que foi reafirmado no contexto de

visita a Dar es Salaam do Ministro do Desenvolvimento Internacional e para Assuntos da Francofonia canadense, realizada em fevereiro de 2014. O Canadá tem-se mantido entre os 5 maiores prestadores de cooperação para a Tanzânia e todas as empresas de gás natural atuando no país têm parcelas de suas ações compradas por empresas de capital canadense. Vale mencionar também que o Ministro do Comércio Internacional canadense chefiou, em junho de 2014, missão comercial a Tanzânia e outros três países africanos, considerados prioritários segundo o "Plano de Ação para mercados Globais" daquele país norte-americano. Na ocasião, foi anunciado o lançamento da Aliança Canadá-África para a Energia, além de iniciativas na área de defesa e combate à pobreza.

Alemanha

Recentemente, notou-se um forte movimento de dinamização nas relações bilaterais entre Alemanha e Tanzânia, consubstanciado em trocas de visitas de alto-nível (desde dezembro de 2013, o Presidente e o Ministro das Relações Exteriores de cada país visitou o outro). A última visita dessa série ocorreu em fevereiro de 2015, quando o Presidente da Alemanha, Joachim Gauck, realizou visita de Estado à Tanzânia, ocasião em que se fez acompanhar de numerosa missão empresarial. Gauck tornou-se o primeiro Chefe de Estado alemão a visitar a sede da EAC e participou da inauguração de novo centro de combate à caça ilegal financiado pela "Frankfurt Zoological Society", sediado no parque Serengeti. O foco da visita, a exemplo do que vem ocorrendo com mandatários de diversos países (EUA e China, entre outros), foi a promoção de relações econômico-comerciais. Segundo o Governo tanzaniano, as 151 empresas alemãs instaladas no país têm investimentos estimados em 300 milhões de euros. Esse valor deve expandir-se significativamente nos próximos anos, devido à atuação da "Ferrostaal Industrial Projects GmbH", que lidera consórcio para construção de fábrica de fertilizantes, com investimentos previstos em 1 bilhão de euros. A Alemanha desempenha ainda importante papel como prestadora de cooperação e doadora de recursos à Tanzânia, tendo destinado ao país cerca de US\$ 2,3 bilhões nas últimas cinco décadas.

China

As relações sino-tanzanianas, que remontam a 1961, são intensas e diversificadas. A Tanzânia é hoje um dos principais recipiendários da ajuda e da cooperação chinesa na África. Desde 1964, a China vem financiando

projetos de assistência à Tanzânia nas mais diversas áreas, com destaque para a “Tanzania-Zambia Railway” (TAZARA), obra de infraestrutura vital para o escoamento da produção mineral dos dois países, que consumiu mais de US\$ 500 milhões em sua construção e até hoje recebe recursos do Governo chinês. No campo comercial, o intercâmbio bilateral somou US\$ 3,5 bilhões em 2014. A China é hoje o segundo principal parceiro comercial da Tanzânia, atrás apenas da Índia.

O ponto alto mais recente do relacionamento bilateral ocorreu em março de 2013, quando o novo Presidente chinês, Xi Jinping, realizou visita histórica à Tanzânia, país que foi escolhido como primeiro destino do novo mandatário chinês na África. Ao propagar que a Tanzânia deveria tornar-se o novo *hub* de investimentos chineses no leste africano, o Presidente chinês anunciou projetos de investimentos bilionários no país (cujo montante poderá totalizar mais de US\$ 10 bilhões), o que poderá converter a China no maior investidor externo na Tanzânia.

Em 2014, em comemoração ao quinquentenário do relacionamento bilateral, ademais, o Vice-Presidente da China, Li Yuanchao, realizou visita à Tanzânia, ao passo que o Presidente Kikwete visitou a China, no início de 2015. Nas ocasiões as autoridades dos dois países enfatizaram que, em 2014, a Tanzânia tornou-se um dos principais destinos de investimentos chineses no continente africano, superando até mesmo a África do Sul. O total de 522 projetos de investimentos chineses registrados no Centro de Investimentos da Tanzânia já somam US\$ 2,49 bilhões e empregam quase 150 mil trabalhadores.

Contudo, a agenda bilateral sino-tanzaniana não consiste apenas de boas notícias. Temas espinhosos como tráfico de marfim, de chifres de rinoceronte, de madeiras nobres e a pesca ilegal na zona econômica exclusiva da Tanzânia representam incômodos no relacionamento bilateral.

Índia

A Índia tornou-se, desde 2014, o principal parceiro comercial da Tanzânia. Desde a visita da então Ministra do Comércio e Indústria da Índia, Daggubati Purandeswari, a Tanzânia, em setembro de 2012, o comércio bilateral Índia-Tanzânia vem apresentando crescimento impressionante. Dados de dezembro de 2014 indicam que o fluxo comercial entre os dois países atingiu US\$ 3,9 bilhões, sendo US\$ 2,67 bilhões de exportações indianas e US\$ 1,23 bilhão de exportações tanzanianas. Esses são os resultados de ofensiva comercial inédita de ambas as partes, com a qual se logrou mais do

que duplicar a corrente bilateral de comércio em pouco mais de um ano. Segundo o Alto Comissário da Índia em Dar es Salaam, Embaixador Debnath Shaw, a Índia identifica complementaridades fortes entre as duas economias e tem como meta superar os US\$ 5 bilhões de comércio até 2017, além de estimular os investimentos diretos indianos na Tanzânia, que hoje já alcançam US\$ 2 bilhões, atuando em ramos como telefonia celular e siderurgia.

Após visita do Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh, em maio de 2011, o Governo tanzaniano anunciou apoio à pretensão indiana de assento permanente ao Conselho de Segurança da ONU.

Japão

Nos últimos anos, o Japão tem demonstrado forte assertividade ao buscar aproximação com a Tanzânia, o que, segundo avaliação de analistas tanzanianos, se deve a uma tentativa de contra-arrestar a ativa atuação chinesa no país. Nesse particular, tem sido comentado que o Japão tem demonstrado interesse em substituir a China no financiamento da ferrovia TAZARA, bem como de reformas no Porto de Dar es Salaam, como forma de aperfeiçoar os canais de escoamento de minérios explorados na África Central para os mercados do leste asiático.

O Japão vem mantendo-se, nos últimos anos, entre os 5 maiores investidores na Tanzânia, em grande medida devido ao financiamento japonês para renovação e expansão de infraestruturas viárias e portuárias na Tanzânia. Ademais, a Tanzânia tem figurado entre os 10 beneficiários da ajuda japonesa destinada à África – segundo a Embaixada japonesa em Dar es Salaam, a ajuda japonesa para a Tanzânia desde sua independência já somaria quase US\$ 3,2 bilhões.

Essa maior assertividade japonesa tem-se consubstanciado em aumento expressivo de visitas e missões de autoridades japonesas a Tanzânia. Em junho de 2013, visitou Dar es Salaam o Vice-Chanceler japonês. Em agosto daquele ano, o Ministro da Economia, Comércio e Indústria nipônico viajou ao país, em preparação para missão empresarial japonesa, que foi à Tanzânia, em fevereiro de 2014. Como resultado dessas visitas, foram assinados acordos de cooperação em agricultura e pesca.

Países do Golfo (CCG)

A Tanzânia tem conferido alta prioridade ao relacionamento com os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Acredita-se que os países

daquela sub-região deverão ser em breve parceiros econômicos e comerciais estratégicos não só da Tanzânia, mas de toda a África, surgindo como nova e necessária fonte de investimentos, comércio e cooperação com o continente. Sem contar o relacionamento histórico com Omã, uma vez que aquele Sultanato por décadas governou Zanzibar, é significativa a presença de outros países do CCG na Tanzânia. Com a abertura da Embaixada do Kuwait em Dar es Salaam, em fevereiro de 2015, somente o Bareine, dentre os países do Conselho de Cooperação do Golfo, não conta com representação residente na Tanzânia. As companhias aéreas Emirates e Qatar Airways possuem voos diários para Dar es Salaam e a Oman Air começou a operar, em 2010, voo com 4 frequências semanais. Existem linhas regulares de navegação entre o porto de Dar es Salaam e os portos de Dubai e Mascate. Ademais, empresas do Golfo operam redes de postos de distribuição de combustíveis no país e produtos da região são encontrados com facilidade nas prateleiras dos principais supermercados tanzanianos. Tendo em conta a grande disponibilidade de terras agriculturáveis e inexploradas na Tanzânia, o setor agrícola tem sido alvo prioritário de investimentos por parte dos países do Golfo, como forma de assegurar o abastecimento de alimentos a preços previsíveis para a sub-região.

Turquia

A Turquia, a exemplo do Brasil, escolheu Dar es Salaam como a primeira Embaixada a ser aberta na África, no âmbito de sua política de reaproximação com o continente, que ampliou sua rede diplomática na região de 12 para 35 representações. O Governo turco vê a Tanzânia – e a África Oriental com um todo – como excelente mercado para seus produtos têxteis e de consumo, para suas empresas de construção e para suas empresas de turismo e hotelaria. Empresários turcos também têm investido na produção local de bens para exportação, como mel, cuja cadeia produtiva e de distribuição no norte do país foi organizada por empresários turcos.

Nesse contexto, em maio de 2014, o Chanceler turco, Ahmet Davutoglu, realizou visita a Dar es Salaam, ocasião em que realizou dois atos simbólicos para as relações turco-tanzanianas: (i) depositou a pedra fundamental de complexo que a Turquia está construindo para acolher 500 crianças da ameaçada comunidade de albinos na Tanzânia; e (ii) inaugurou um dos quatro orfanatos construídos pela Turquia no país africano.

Economia

Com renda per capita quase vinte vezes menor que a brasileira, a Tanzânia é considerada um dos mais pobres países do mundo. Nos últimos dez anos, contudo, o país tem alcançado taxas expressivas de crescimento econômico real (da ordem de 7%). Em 2014, a elevada taxa de crescimento real do PIB (7,2%), associada a uma inflação controlada e com tendências de queda (média anual foi de 4,8%), transmitiu a imagem de um quadro econômico saudável. Para os próximos anos, espera-se que o país continue registrando crescimento elevado.

O setor primário representa um quarto do PIB da Tanzânia e 85% de suas exportações, empregando cerca de 80% da mão de obra nacional. A produção agrícola no país ainda faz, todavia, uso limitado de técnicas modernas. Devido à alta no preço internacional do ouro e à liberalização de setores como telecomunicações e transportes, os setores de mineração e de serviços têm sido os principais responsáveis pelo crescimento econômico tanzaniano.

Contudo, a despeito do crescimento, a situação econômica da Tanzânia é ainda relativamente frágil, uma vez que é possível identificar desequilíbrios nas contas nacionais que, no médio e longo prazos, poderão exigir do país ajustes recessivos. A significativa expansão do PIB dos últimos anos tem sido acompanhada de déficits fiscais significativos (da ordem de 6% do PIB). O governo tanzaniano tem buscado aumentar a arrecadação fiscal de modo a arcar com os crescentes gastos destinados a investimentos em infraestrutura e diminuir a dependência da ajuda externa direta no orçamento (cerca de 29% do total).

Nas contas externas, a balança comercial da Tanzânia mostra resultados estruturalmente negativos, em contrapartida a superávits na conta capital e financeira. A demanda interna por petróleo e bens de consumo responde por importações estruturalmente elevadas, as quais não são equilibradas pelas exportações, com perfil dependente do preço internacional do ouro. A repatriação de lucros é também importante fonte de fuga de capitais do país. O déficit das contas correntes tem-se mantido no patamar de 13% do PIB ao ano, levando a um crescimento da dívida externa do país, que atingiu em dezembro de 2014, a cifra de US\$14,12 bilhões (o corresponde a 350% das exportações anuais do país).

O déficit de infraestrutura (energia e transportes) constitui ainda importante gargalo da economia tanzaniana. Segundo dados da Agência

Internacional de Energia, apenas 14% da população tanzaniana tem acesso à energia elétrica. Entre 104 países analisados pela Agência, o sistema elétrico da Tanzânia foi classificado como o segundo mais deficiente, em termos de seus impactos negativos sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável.

Em esforço dependente de apoio externo, a Tanzânia tem buscado investir mais fortemente em infraestrutura, com obras voltadas a criar conexões com países vizinhos, sobretudo no âmbito da EAC. O país também tem logrado atrair elevadas somas de capital privado na exploração de suas reservas de gás natural. Nesse contexto, a China, que tem investido pesadamente no país, tende a tornar-se o principal investidor externo na Tanzânia nos próximos anos.

Comércio exterior total

Entre 2004 e 2013, as exportações tanzanianas cresceram 200%, passando de US\$ 1,473 bilhão, em 2004, para US\$ 4,413 bilhões, em 2013. Em 2013, os mais relevantes mercados de destino para a oferta da Tanzânia foram: África do Sul (participação de 17,3% no total); Índia (17,0%); Suíça (9,2%); China (7,0%); República Democrática do Congo (5,4%); Quênia (5,2%); e Japão (5,0%). O Brasil foi o 70º mercado de destino, com participação discreta (0,03%). Foram os seguintes os principais grupos de produtos exportados para o mundo: ouro e pedras preciosas (36,7% de participação); minérios (9,1%); café e chá (5,9%); frutas (4,4%); grãos oleaginosos e sementes (3,9%); peixes e crustáceos (2,9%); fumo e manufaturas (2,9%). A estrutura da pauta tanzaniana de exportação, muito centrada em recursos naturais, aponta, em princípio, para a conveniência da diversificação da base econômica local.

Tanzânia - evolução do comércio exterior total - valores em US\$ milhões				
Discriminação	Exportações	Importações	Intercâmbio comercial	Saldo comercial
2 0 0 4	1.473	2.556	4.030	-1.083
2 0 0 5	1.672	3.247	4.919	-1.575
2 0 0 6	1.865	4.527	6.391	-2.662
2 0 0 7	2.139	5.919	8.058	-3.780
2 0 0 8	3.121	8.088	11.209	-4.967
2 0 0 9	2.982	6.531	9.513	-3.548
2 0 1 0	4.051	8.013	12.063	-3.962
2 0 1 1	4.735	11.184	15.919	-6.449
2 0 1 2	5.547	11.716	17.263	-6.168
2 0 1 3	4.413	12.525	16.938	-8.113
Elaborado pelo MRE / DPR / DIC, com base em dados da UNCTAD / ITC / COMTRADE / Trademap, abril de 2015.				

Pelo lado da demanda, as importações tanzanianas de bens cresceram 390% no período, passando de US\$ 2,556 bilhões, em 2004, para US\$ 12,525

bilhões, em 2013. Em 2013, foram os seguintes os principais fornecedores de bens à Tanzânia: Índia (18,4% do total); Suíça (12,9%); China (12,7%); Emirados Árabes (9,5%); África do Sul (5,8%); Japão (4,1%); e Quênia (2,7%). O Brasil, por seu turno, foi o 54º fornecedor, com participação de 0,1% no total das compras da Tanzânia no exterior. Em relação à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados pelo país, em 2013: combustíveis e lubrificantes (38,8% do total); veículos e autopeças (9,0%); máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos (6,8%); instrumentos elétricos ou eletrônicos (5,0%); ferro fundido, ferro ou aço (4,0%); obras de ferro ou aço (3,9%); plásticos e manufaturas de plástico (3,8%); cereais (3,2%); produtos farmacêuticos (2,5%); óleos vegetais e gorduras (1,9%).

Em 2013, o déficit tanzaniano em transações comerciais de bens mostrou sinais de deterioração, atingindo US\$ 8,113 bilhões. A atual tendência de retração nas cotações internacionais de produtos da cadeia petrolífera tende, contudo, a produzir efeitos positivos sobre a economia, com possível redução do déficit comercial.

Comércio bilateral

Entre 2005 e 2014, o comércio bilateral entre Brasil e a Tanzânia cresceu 74,2%, passando de US\$ 14,4 milhões, para US\$ 25,0 milhões, respectivamente. De 2013 para 2014, o intercâmbio cresceu 3,3%. Os fluxos comerciais entre os dois países são, basicamente, os valores registrados das exportações brasileiras, uma vez que as importações de produtos tanzanianos pelo Brasil são muito pouco expressivas. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil e, no último triênio, os superávits foram de US\$ 67,0 milhões (2012); US\$ 24,2 milhões (2013); e US\$ 24,9 milhões (2014). De janeiro a março de 2015, as trocas comerciais bilaterais somaram US\$ 5,3 milhões, um aumento de 5,2%, em comparação ao mesmo período do ano anterior; sendo que as importações somaram apenas US\$ 11,0 mil.

As exportações brasileiras destinadas à Tanzânia cresceram 76,9%, passando de US\$ 14,1 milhões, em 2005, para US\$ 24,9 milhões, em 2014. De 2013 para 2014, as vendas cresceram 3,1%. Entre janeiro e março de 2015, os embarques somaram US\$ 5,3 milhões, um aumento de 6,4% em relação ao mesmo período de 2014, que pode ser explicado, basicamente, pelo crescimento nas vendas de açúcar. Os principais produtos exportados pelo Brasil em 2014 foram: açúcar (valor de US\$ 9,0 milhões; equivalentes a 36,1%

do total); tubos de aço (valor de US\$ 2,9 milhões; 11,8%); caixas de transmissão para veículos (valor de US\$ 1,6 milhão; 6,3%); protetores para pneus (US\$ 1,5 milhão; 6,0%); e tratores (US\$ 907 mil; 3,6% do total).

Nos últimos dez anos as modestas importações brasileiras originárias da Tanzânia tiveram registros bastante diferenciados, retraindo de US\$ 262,0 mil, em 2005, para US\$ 70,0 mil, em 2014, uma diminuição de 73,5%. De 2013 para 2014, porém, as importações brasileiras experimentaram crescimento exponencial: de US\$ 1,0 mil, passaram para US\$ 70,0 mil, em função de aumento de compras de pescados. Entre janeiro e março de 2015, as importações resumiram-se ao valor de US\$ 11,0 mil, uma retração de 84,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior, que é explicada, também, pela diminuição nas aquisições de pescados. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil da Tanzânia, em 2014, foram: pescados (valor de US\$ 59,9 mil; 86,1% do total); e preparações de origem animal (US\$ 7,9 mil; 11,4% do total).

Evolução do intercâmbio comercial com a Tanzânia - US\$ milhões, fob										
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	14,1	71,4%	0,01%	0,262	(+)	0,00%	14,4	74,3%	0,01%	13,8
2006	18,8	33,5%	0,01%	0,302	15,1%	0,00%	19,1	33,1%	0,01%	18,5
2007	17,9	-4,8%	0,01%	0,000	-99,9%	0,00%	17,9	-6,3%	0,01%	17,9
2008	18,7	4,4%	0,01%	0,005	(+)	0,00%	18,7	4,4%	0,01%	18,7
2009	31,3	67,4%	0,02%	0,036	602,1%	0,00%	31,3	67,5%	0,01%	31,3
2010	51,9	65,7%	0,03%	0,272	659,0%	0,00%	52,1	66,4%	0,01%	51,6
2011	66,1	27,5%	0,03%	0,008	-96,9%	0,03%	66,1	26,8%	0,01%	66,1
2012	67,0	1,4%	0,03%	0,075	802,8%	0,00%	67,1	1,5%	0,01%	67,0
2013	24,2	-63,9%	0,01%	0,001	-98,5%	0,00%	24,2	-64,0%	0,01%	24,2
2014	24,9	3,1%	0,01%	0,070	(+)	0,00%	25,0	3,3%	0,01%	24,9
2015 (jan-mar)	5,3	6,4%	0,01%	0,011	-84,8%	0,00%	5,3	5,2%	0,01%	5,3
Var. % 2005-2014	76,9%	---	---	-73,5%	---	---	74,2%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%. (n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

Cruzamento estatístico entre as pautas de exportações e importações

O cruzamento estatístico entre a pauta exportadora brasileira e importadora da Tanzânia em 2013 (fonte: Trademap/UNCTAD, últimos dados anuais disponíveis), identificou a existência de potenciais oportunidades para as exportações de vários segmentos do setor produtivo brasileiro. Com base no Sistema Harmonizado de Classificação (SH6) os grupos de produtos brasileiros com maior potencial de inserção no mercado local são os seguintes: i) automóveis, motocicletas e caminhões; ii) trigo e mistura de trigo com centeio; iii) laminados de ferro ou de aços; iv) tratores rodoviários; v) medicamentos;

vi) açúcar; vii) polietileno; viii) pneus para ônibus e caminhões; ix) barras de ferro ou aços, laminadas; x) partes de máquinas escavadoras.

Cruzamento entre a oferta exportadora do Brasil e a de manda importadora da Tanzânia - 2013 - Valores em US\$ mil							
Ranking	SH	Descrição dos produtos(*)	Exportações brasileiras para a Tanzânia	Importações totais da Tanzânia	Exportações totais do Brasil	Potencial indicativo de comércio	Part.% do Brasil
Total geral			24.188	12.525.411	242.178.054	12.501.223	0,19%
1º	870323	Automóveis, motocicletas e caminhões	0	584.772	7.320.869	584.772	0,0%
2º	100199	Trigo e mistura de trigo com centeio	0	305.168	336.640	305.168	0,0%
3º	720839	Laminados de ferro ou aços	0	218.474	451.573	218.474	0,0%
4º	870120	Tratores rodoviários	0	169.898	811.535	169.898	0,0%
5º	300490	Medicamentos	0	149.606	562.106	149.606	0,0%
6º	170199	Açúcar	7.424	132.833	2.678.214	125.409	5,6%
7º	390120	Polietileno	0	97.958	536.052	97.958	0,0%
8º	401120	Pneus para ônibus e caminhões	121	95.604	472.494	95.483	0,1%
9º	390210	Polipropileno	0	74.284	325.993	74.284	0,0%
10º	843149	Partes de máquinas escavadoras de solo	0	69.529	96.449	69.529	0,0%

Elaborado pelo MRE/DFR/Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UNCTAD/ITC/Trademap.

(*) Excluído petróleo e derivados, por razões específicas.

Interesse tanzaniano na aquisição de silos de armazenamento agrícola

Em novembro de 2014, dirigentes da "National Food Reserve Agency" (NRFA) solicitaram o apoio brasileiro para a aquisição urgente de silos de armazenamento agrícola. Explicaram que essa seria uma necessidade urgente do país, uma vez que a falta de espaço de armazenagem para a safra recorde de grãos em 2014, poderia levar à perda de mais de 200 mil toneladas de milho, dentre outros produtos. Em reação, a Embaixada em Dar es Salaam realizou o evento "Conservation Agriculture and Food Security Solutions: Sharing the Brazilian Experience". Entre os resultados do evento, vale mencionar o início de discussões entre empresas brasileiras e a National Food Reserve Agency (NFRA), agência tanzaniana responsável pela manutenção de estoques de alimentos, sobre projeto para expansão da capacidade nacional de armazenamento em 160.000 toneladas até meados de 2016. O projeto de expansão poderá beneficiar-se de modalidades de financiamento do BNDES para compras de tanzanianas de produtos brasileiros, caso seja concluído o processo de reestruturação da dívida da Tanzânia com o Brasil.

Investimentos brasileiros na área de infraestrutura

Na área de infraestrutura, Odebrecht, Queiroz Galvão e Andrade

Gutierrez demonstraram interesse em participar da construção de obras aeroportuárias em Dar es Salaam, Dodoma e Mtwara.

Em janeiro de 2013, a Odebrecht enviou missão a Dar es Salaam para apresentar projeto do Aeroporto de Mtwara. A construtora brasileira e o Governo tanzaniano tinham a expectativa de que 80% dos custos do projeto fossem financiados pelo BNDES, o que não pôde concretizar-se dada a ausência de avanços no equacionamento da dívida tanzaniana com o Brasil. Nesse contexto, em agosto de 2014, por intermédio da Odebrecht, o Governo tanzaniano logrou obter aprovação de financiamento de US\$ 200 milhões provenientes do banco Goldman Sachs para a construção do aeroporto.

Em 2013, a Construtora **Queiroz Galvão** abriu escritório em Dar es Salaam para procurar desenvolver projetos de infraestrutura de transportes e de geração de energia elétrica. Entre os principais interesses da Queiroz Galvão está a construção do aeroporto de Msalato, que servirá à nova capital tanzaniana, Dodoma. Essa obra deverá atender a antiga reivindicação dos parlamentares tanzanianos que hoje têm de se deslocar para aquela cidade de automóvel ou em aeronaves fretadas. A obra também possibilitará a mudança dos poderes Executivo e Judiciário de Dar es Salaam para Dodoma, até 2020.

A "holding" paranaense Green Best Solutions (energia renovável e saneamento) também têm projetos na Tanzânia e tenciona abrir escritório no país.

Usina de etanol

Em 2009, o Governo brasileiro foi procurado por grupo privado sueco do setor de biocombustíveis interessado em obter apoio a projetos de desenvolvimento de etanol na Tanzânia. Contudo, os múltiplos grupos empresariais brasileiros que demonstraram interesse em atuar naquele país, por meio da construção de usina de açúcar e etanol em Bagamoyo, em parceria com a empresa sueca Ecoenergy Africa, desistiram do projeto devido a mudanças de foco no projeto da usina. A usina passou a ser construída somente em março de 2014, e seu foco passou a ser a produção de açúcar. O consórcio **IBEN/Sertãozinho**, único grupo que se manteve interessado, não conseguiu competir com os preços e condições de financiamento oferecidos pelos concorrentes indianos.

Hidrocarbonetos e a Petrobras na Tanzânia (PETAN)

Embora receba vultosos investimentos externos no setor de exploração de hidrocarbonetos, a Tanzânia ainda não produz petróleo, nem possui reservas comprovadas do recurso. O país importa 31 mil barris de derivados de petróleo para consumo interno, o que representa cerca de 20% do custo total com importações do país. Embora a produção atual de gás natural tanzaniano seja pequena, o país apresenta grande potencial de produção e exportação, na forma de gás natural liquefeito. As reservas comprovadas de gás natural no país são da ordem de 650 milhões de metros cúbicos, mas a partir de 2010 consórcios de empresas europeias e norte-americanas fizeram descobertas em blocos marítimos que podem elevá-las para o patamar de 55 trilhões de pés cúbicos, mais de 100 vezes as brasileiras. Diante desse prospecto, espera-se que o Governo tanzaniano anuncie, nos próximos meses, a construção de unidade de liquefação de gás voltada à exportação.

Pioneira em investimentos na exploração petrolífera e de gás natural no “offshore” da Tanzânia, a **Petrobrás** obteve concessão para exploração em 3 blocos offshore, em parceria com a Shell e com a Statoil. Em julho de 2010, a Petrobrás e a britânica Ophir Petroleum inauguraram terminal no Porto de Mtwara, o mais profundo da costa oriental da África, com capacidade para atender às necessidades de logística das duas companhias petrolíferas na plataforma continental da Tanzânia. Em junho de 2013, as operações da Petrobrás África foram transferidas para “joint venture” formada por Petrobrás e Banco BTG, dando origem à **PETAN**. Embora a PETAN e a Shell ainda não tenham obtido êxito nos estudos de exploração de dois blocos para os quais haviam obtido concessão, novos estudos que, desde o início de 2015, estão sendo realizados no terceiro bloco têm ensejado o otimismo em ambas as empresas.

Geração de energia e participação de empresas brasileiras no setor

A matriz energética da Tanzânia é composta por cerca de 88% de biomassa, 8% de derivados do petróleo (importados, sobretudo, dos EUA), 3% de gás natural, 1% energia hidroelétrica e 0,4% de carvão mineral. O gás natural tem tido rápido crescimento na matriz energética do país.

O aumento da capacidade tanzaniana de geração de energia é um dos objetivos prioritários da política econômica do atual Governo. Segundo mapa do caminho para o desenvolvimento do setor para o período entre 2014-2025, o

Governo local espera aumentar, até 2025, a capacidade instalada de geração dos atuais 1.583MW para mais de 9.000MW. Caso o plano seja totalmente implementado, estima-se que pelo menos 75% dos tanzanianos estarão conectados à rede elétrica em 2025. Atualmente, apenas 24% da população do país têm acesso à rede elétrica. Nas zonas rurais, esse número atinge apenas 7%.

Outro objetivo é a diversificação das suas fontes de energia. O gás natural, recurso que se está tornando abundante na Tanzânia, após a recente descoberta de novas reservas, terá papel de destaque no aumento da capacidade, sendo responsável pela geração de 4.000MW. Essa fonte deverá ser seguida pela energia hidrelétrica, com quase 3.000MW adicionais; pelas térmicas a carvão, com cerca de 400MW; e por fontes geotérmicas, 200MW, e eólicas, 100MW. Contudo, tendo em conta que o ápice da produção do gás natural é esperado somente para 2024/25, em estimativa otimista, o Governo tanzaniano tem buscado desenvolver também outras fontes de energia, sobretudo a hidrelétrica.

Nesse contexto, o aproveitamento do potencial hídrico da Bacia do Rio Rufiji para a geração de energia é visto como fundamental. Nessa Bacia, estudam-se construir diversas obras de infraestrutura para a geração de energia, entre as quais vale mencionar duas pequenas centrais hidrelétricas a cargo da **GBS**, bem como as hidrelétricas de Mnyera, como capacidade de 700MW, e de Stiegler's Gorge, com capacidade esperada para 2.100MW. As construtoras brasileiras **Queiroz Galvão** e **Odebrecht** têm mantido discussões, já estágio avançado, com o Governo tanzaniano para participarem da construção dessas duas hidrelétricas.

Com relação à hidrelétrica de Stiegler's Gorge, o Governo tanzaniano tem trabalhado em estudo de impacto ambiental das obras, bem como realizado gestões junto ao Comitê de Patrimônio da Humanidade com vistas a possibilitar a construção da usina, uma vez que ela se localizaria no interior da Reserva Nacional de Selous, que se tornou patrimônio da humanidade em 1982. Em encontro realizado em fevereiro de 2014 com o Embaixador brasileiro em Dar es Salaam, o Ministro tanzaniano da Saúde e Bem Estar Social, Seif Rashidi, reafirmou o interesse de seu país na participação brasileira na construção da usina. Ainda segundo o plano, o Governo deverá adotar um marco regulatório competitivo, com base na defesa do interesse dos consumidores, sob o qual as empresas geradoras de energia elétrica possam competir na venda direta aos distribuidores e consumidores finais, o que

deverá, em princípio, melhorar a qualidade do serviço e diminuir os preços.

Em setembro de 2014, Tanzânia, Zâmbia e Quênia formalizaram acordo que cria a interconexão da rede elétrica entre os três países. O projeto objetiva: facilitar o comércio de energia elétrica, a fim de reduzir o custo médio de geração de energia; prover eletricidade acessível e confiável aos consumidores da África Oriental e Austral, procurando atender às demandas atual e futura de ambas as regiões; reduzir os custos de investimento pela utilização otimizada da energia elétrica, com a redução de reservas técnicas onerosas, possibilitando economias de escala ao setor elétrico; e contribuir para a redução da pobreza pela oferta de eletricidade às populações rurais localizadas ao longo das linhas de transmissão. O acordo deverá ser implementado até dezembro de 2016. Durante sua assinatura, a União Europeia e o Banco Africano de Desenvolvimento comprometeram-se a oferecer EUR 600 milhões e US\$ 271,5 milhões, respectivamente, ao projeto. Também participaram da cerimônia representantes do Banco Mundial, da JICA (agência japonesa de cooperação) e da agência francesa de cooperação para o desenvolvimento, AFD, que também poderiam vir a participar financeiramente do projeto.

Anexos

Cronologia Histórica

1886	Alemanha mantém esfera de influência sobre o território da Tanganica continental e Inglaterra mantém protetorado sobre o sultanato de Zanzibar.
1919	Após a 1ª Guerra Mundial, a Liga das Nações concede à Inglaterra protetorado sobre Tanganica.
1961	Tanganica torna-se independente sob a liderança do Primeiro-Ministro Julius Nyerere.
1962	Tanganica torna-se uma república sob a presidência de Nyerere.
1963	Zanzibar torna-se independente.
1964	Tanganica e Zanzibar fundem-se para formar a Tanzânia, sob a presidência de Julius Nyerere.
1977	Partido da Revolução é criado pela fusão dos partidos União de Unidade Nacional da Tanganica e Zanzibar Afro-Shirazi e declarado partido único.
1978	Uganda ocupa parte do território tanzaniano.
1979	Tanzânia invade Uganda, ocupa a capital Kampala e auxilia na derrubada de Idi Amin.

1985	Julius Nyerere aposenta-se e é substituído pelo vice-presidente Ali Mwinyi, oriundo de Zanzibar.
1992	Emenda à constituição restabelece o multipartidarismo.
1995	Benjamin Mkapa é eleito presidente no primeiro pleito multipartidário da Tanzânia.
2000	Mkapa é reeleito com 72% dos votos.
2001	Impasse político em Zanzibar atinge seu ápice com choque entre partidários da CUF e a polícia que resultam na morte de mais de 20 pessoas.
2005	Jakaya Kikwete é eleito presidente com 80% dos votos.
2009	Tanzânia, Quênia, Uganda, Ruanda e Burúndi assinam acordo de mercado comum para a Comunidade da África Oriental.
2010	O Presidente Jakaya Kikwete reelege-se com 61% dos votos válidos.
2010	Em Zanzibar, realizam-se pacificamente as primeiras eleições presidenciais depois do acordo de reconciliação entre o CCM e a CUF. Vence Ali Mohammed Shein, do CCM.
2011	Em Arusha, repressão policial a manifestações organizadas pelo CHADEMA em protesto contra o resultado das eleições para Prefeito da cidade resulta na morte de 3 pessoas e deixa dezenas de feridos.
2011	Todos os membros do Comitê Executivo Nacional do CCM pedem demissão de seus cargos, o que possibilita a Kikwete renovar os quadros dirigentes do partido.
2011	Foi aprovado o “Ato de Revisão Constitucional”, que criou a Comissão de Reforma Constitucional (CRC).
2013	A CRC concluiu primeira fase de consultas diretas à sociedade e reuniu propostas de revisão que seriam posteriormente analisadas pela Assembleia Constituinte.
2014/jan	A Assembleia Constituinte foi instaurada.
2014/out	A Assembleia Constituinte concluiu o projeto de nova Constituição, que deverá ainda ser aprovado em referendo popular.
2015/abr	O referendo popular sobre o projeto de Constituição foi adiado <i>sine die</i> .

Cronologia das Relações Bilaterais

1970	Estabelecimento das relações diplomáticas.
------	--

1979	Abertura de Embaixada do Brasil residente em Dar Es Salaam.
1980	Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro realiza visita de trabalho à Tanzânia.
1981	Benjamin Mkapa, então Ministro da Cultura e Informação, realiza visita de trabalho ao Brasil.
1991	Embaixada do Brasil é desativada temporariamente por motivos orçamentários.
2004	Encontro entre o Presidente Lula da Silva e o Presidente da Tanzânia, Benjamin Mkapa em Xangai, à margem de reunião do Banco Mundial.
2005	Reaberta a Embaixada do Brasil em Dar Es Salaam.
2006	Visita a Brasília da Chanceler tanzaniana Asha-Rose Migiro.
2006	Assinado Acordo Quadro de Cooperação Técnica.
2006	Assinado acordo para criação de Comissão Mista bilateral.
2008	Realização, em Dar Es Salaam, da primeira reunião da Comissão Mista bilateral.
2010/maio	Visita ao Brasil dos Vice-Ministros da Agricultura, Segurança Alimentar e Cooperativas, David Mathayo David, e do Desenvolvimento Pecuário, James Wanyancha, para participar que do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.
2010/maio	Visita de três dias ao Brasil do Ministro de Energia e Minerais, William Ngeleja e reunião de trabalho com integrantes da Petrobras para análise de possibilidades de cooperação na área de energia e biocombustíveis.
2010/julho	Visita do Presidente Lula à Tanzânia, acompanhada do MRE e comitiva empresarial.
2010/julho	Missão técnica brasileira visita Dar-es-Salaam com o objetivo de avaliar alternativas para reestruturação da dívida externa.
2010/setembro	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tanzânia, Bernard Membe.
2011/março	Envio de missão da Fundação Getúlio Vargas a Dar es Salaam para realização de estudo da viabilidade de produção de biocombustíveis na Tanzânia.
2011/outubro	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Tanzânia, Mizengo Pinda.
2012/abril	Visita ao Brasil do Presidente da Tanzânia, Jakaya Kikwete, por ocasião de sua participação na Reunião Ministerial da Iniciativa para um Governo Aberto (OGP).

2012/setembro	Início da cooperação na área de defesa, com a visita do Adido de Defesa e Naval em Pretória, CMG Paulo Cesar Demby Corrêa a Dar es Salaam.
2013/janeiro	Visita ao Brasil do Diretor-Geral da Comissão Tanzaniana de Ciência e Tecnologia (COSTECH), Professor Hassan Mshinda por ocasião da assinatura de Memorando de Entendimento entre aquela Comissão e a Fiocruz.
2014/julho	Visita ao Brasil do Chefe das Forças Populares de Defesa da Tanzânia (TPDF), General Davis Mwamunyange, para assuntos de cooperação em defesa.
2014/dezembro	Realização de missão da EMBRAPA acerca do projeto de cooperação "Cotton Victoria"

Atos Bilaterais

Título	Data de Celebração	Vigência
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor
Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Permanente de Cooperação entre o Brasil e a Tanzânia	15/05/2006	Em vigor
Acordo entre o Brasil e a Tanzânia sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	22/08/2008	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	22/08/2008	Em vigor
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia	22/08/2008	Em vigor

Protocolo de Intenção sobre Cooperação técnica na área do esporte entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Unida da Tanzânia	22/08/2008	Em vigor
---	------------	----------

Dados Econômico-Comerciais

Principais Indicadores Econômicos da Tanzânia

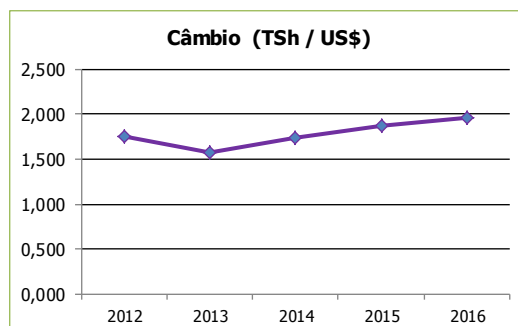
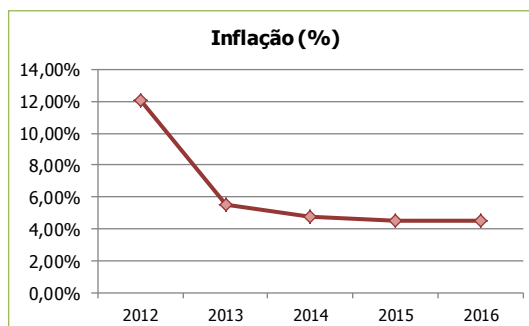
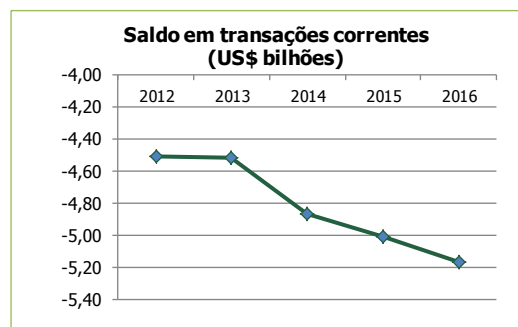
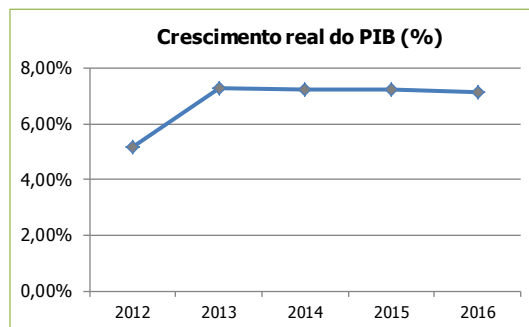
Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	5,15%	7,28%	7,24%	7,23%	7,13%
PIB nominal (US\$ bilhões)	39,01	43,73	47,93	49,97	54,14
PIB nominal "per capita" (US\$)	868	945	1.006	1.018	1.071
PIB PPP (US\$ bilhões)	107,30	116,83	127,11	137,51	149,52
PIB PPP "per capita" (US\$)	2.388	2.525	2.667	2.801	2.957
População (milhões de habitantes)	44,93	46,28	47,67	49,10	50,57
Inflação (%)	12,06%	5,56%	4,76%	4,51%	4,51%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-4,51	-4,52	-4,87	-5,01	-5,17
Dívida externa (US\$ bilhões)	11,58	13,02	14,20	15,20	16,38
Câmbio (TSh / US\$)	1,752	1,579	1,735	1,870	1,958

Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	26,9%
Indústria	25,2%
Serviços	48,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report March 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.



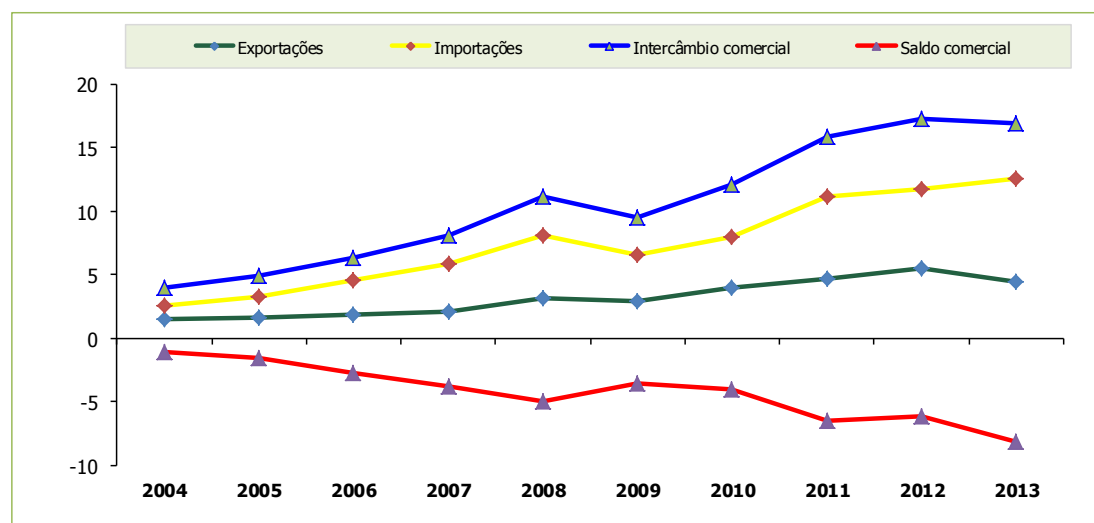
Evolução do Comércio Exterior da Tanzânia⁽¹⁾
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2004	1,47	30,1%	2,56	18,1%	4,03	22,2%	-1,08
2005	1,67	13,5%	3,25	27,0%	4,92	22,1%	-1,58
2006	1,86	11,5%	4,53	39,4%	6,39	29,9%	-2,66
2007	2,14	14,7%	5,92	30,8%	8,06	26,1%	-3,78
2008	3,12	45,9%	8,09	36,6%	11,21	39,1%	-4,97
2009	2,98	-4,4%	6,53	-19,3%	9,51	-15,1%	-3,55
2010	4,05	175,0%	8,01	213,4%	12,06	199,4%	-3,96
2011	4,73	16,9%	11,18	39,6%	15,92	32,0%	-6,45
2012	5,55	17,2%	11,72	4,8%	17,26	8,4%	-6,17
2013	4,41	-20,5%	12,53	6,9%	16,94	-1,9%	-8,11
Var. % 2004-2013	199,5%	---	390,0%	---	320,3%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



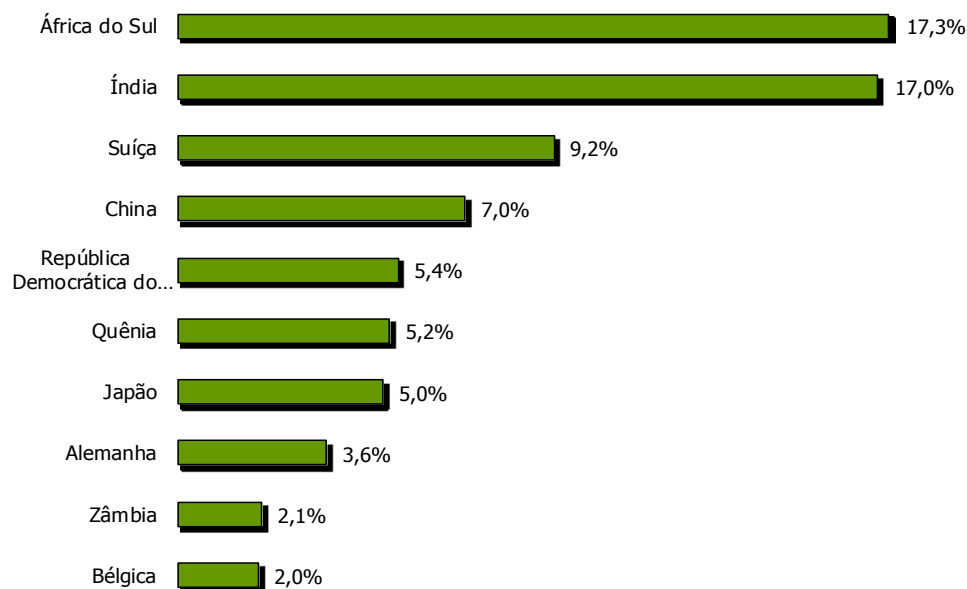
Direção das Exportações da Tanzânia
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾	Part.% no total
África do Sul	0,76	17,3%
Índia	0,75	17,0%
Suíça	0,40	9,2%
China	0,31	7,0%
República Democrática do Congo	0,24	5,4%
Quênia	0,23	5,2%
Japão	0,22	5,0%
Alemanha	0,16	3,6%
Zâmbia	0,09	2,1%
Bélgica	0,09	2,0%
...		
<i>Brasil (70ª posição)</i>	<i>0,002</i>	<i>0,0%</i>
Subtotal	3,26	73,9%
Outros países	1,15	26,1%
Total	4,41	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

10 principais destinos das exportações



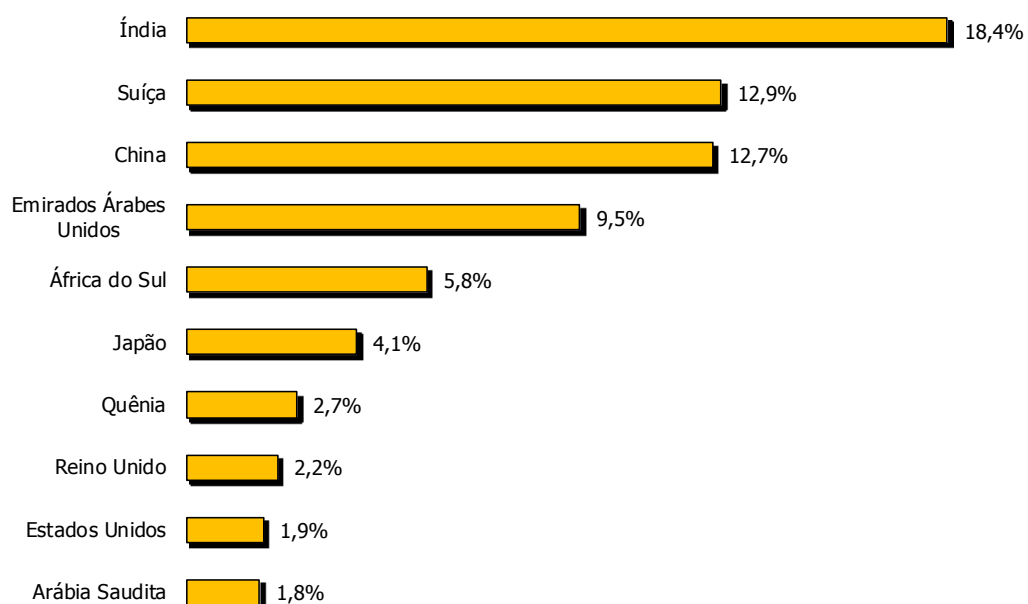
Origem das Importações da Tanzânia
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾	Part.% no total
Índia	2,31	18,4%
Suíça	1,62	12,9%
China	1,60	12,7%
Emirados Árabes Unidos	1,19	9,5%
África do Sul	0,73	5,8%
Japão	0,52	4,1%
Quênia	0,34	2,7%
Reino Unido	0,28	2,2%
Estados Unidos	0,23	1,9%
Arábia Saudita	0,22	1,8%
...		
<i>Brasil (54ª posição)</i>	<i>0,16</i>	<i>1,3%</i>
Subtotal	9,20	73,4%
Outros países	3,33	26,6%
Total	12,53	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações da Tanzânia

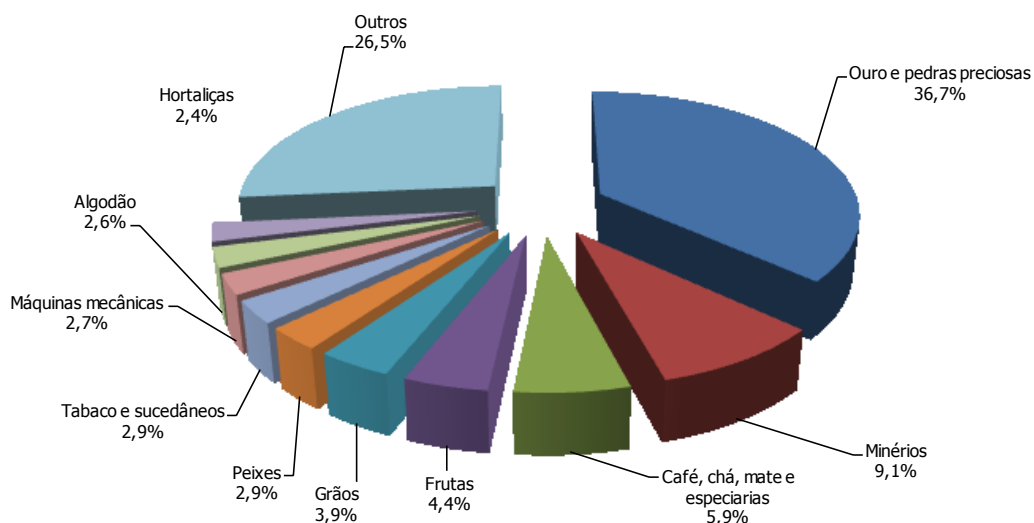
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾	Part.% no total
Ouro e pedras preciosas	1,62	36,7%
Minérios	0,40	9,1%
Café, chá, mate e especiarias	0,26	5,9%
Frutas	0,19	4,4%
Grãos	0,17	3,9%
Peixes	0,13	2,9%
Tabaco e sucedâneos	0,13	2,9%
Máquinas mecânicas	0,12	2,7%
Algodão	0,12	2,6%
Hortaliças	0,11	2,4%
Subtotal	3,24	73,5%
Outros	1,17	26,5%
Total	4,41	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



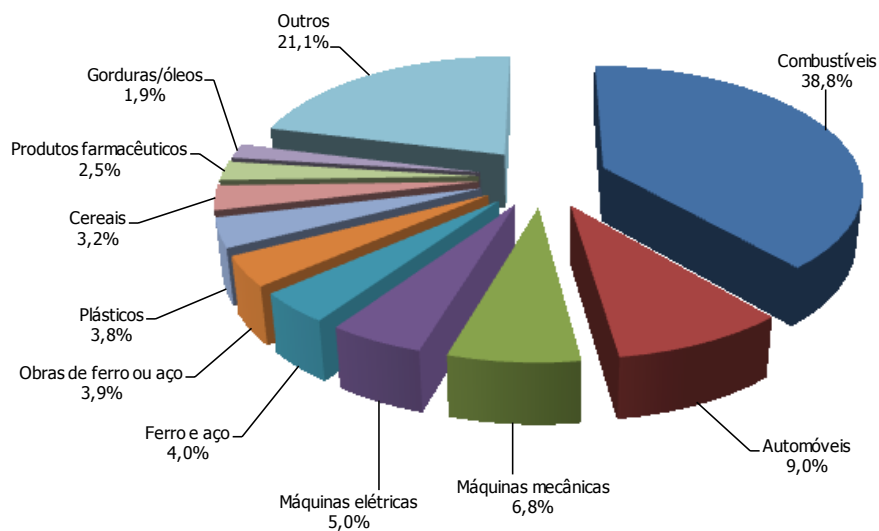
Composição das importações da Tanzânia
US\$ bilhões

Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	4,86	38,8%
Automóveis	1,13	9,0%
Máquinas mecânicas	0,85	6,8%
Máquinas elétricas	0,62	5,0%
Ferro e aço	0,50	4,0%
Obras de ferro ou aço	0,49	3,9%
Plásticos	0,48	3,8%
Cereais	0,40	3,2%
Produtos farmacêuticos	0,31	2,5%
Gorduras/óleos	0,23	1,9%
Subtotal	9,88	78,9%
Outros	2,65	21,1%
Total	12,53	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) Última posição disponível em 16/04/2015.

10 principais grupos de produtos importados



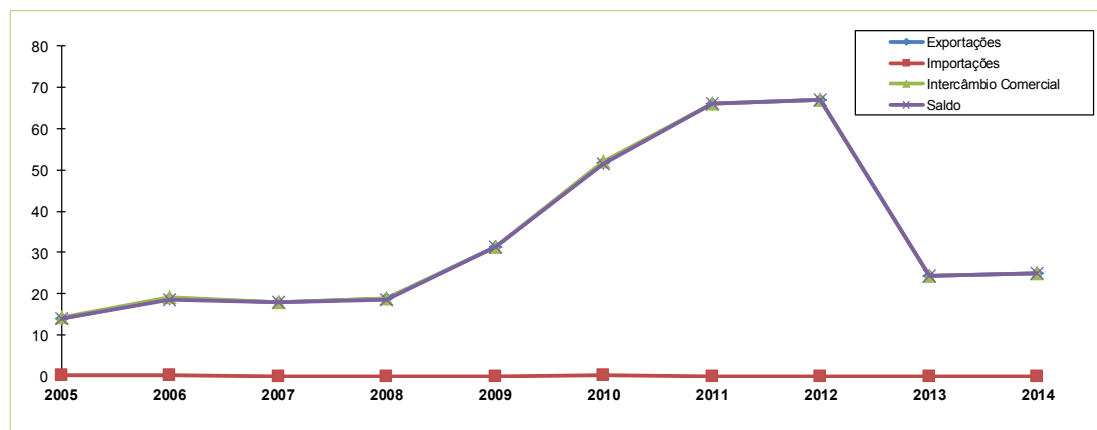
Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Tanzânia
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	Valor	Var. %	Part. % no total do Brasil	
2005	14	71,4%	0,01%	0,262	(+)	0,00%	14	74,3%	0,01%	14
2006	19	33,5%	0,01%	0,302	15,1%	0,00%	19	33,1%	0,01%	19
2007	18	-4,8%	0,01%	0,000	-99,9%	0,00%	18	-6,3%	0,01%	18
2008	19	4,4%	0,01%	0,005	(+)	0,00%	19	4,4%	0,01%	19
2009	31	67,4%	0,02%	0,036	602,1%	0,00%	31	67,5%	0,01%	31
2010	52	65,7%	0,03%	0,272	659,0%	0,00%	52	66,4%	0,01%	52
2011	66	27,5%	0,03%	0,008	-96,9%	0,03%	66	26,8%	0,01%	66
2012	67	1,4%	0,03%	0,075	802,8%	0,00%	67	1,5%	0,01%	67
2013	24	-63,9%	0,01%	0,001	-98,5%	0,00%	24	-64,0%	0,01%	24
2014	25	3,1%	0,01%	0,070	(+)	0,00%	25	3,3%	0,01%	25
2015 (jan-mar)	5,3	6,4%	0,01%	0,011	-84,8%	0,00%	5,3	5,2%	0,01%	5,3
Var. % 2005-2014	76,9%	---	---	-73,5%	---	---	74,2%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

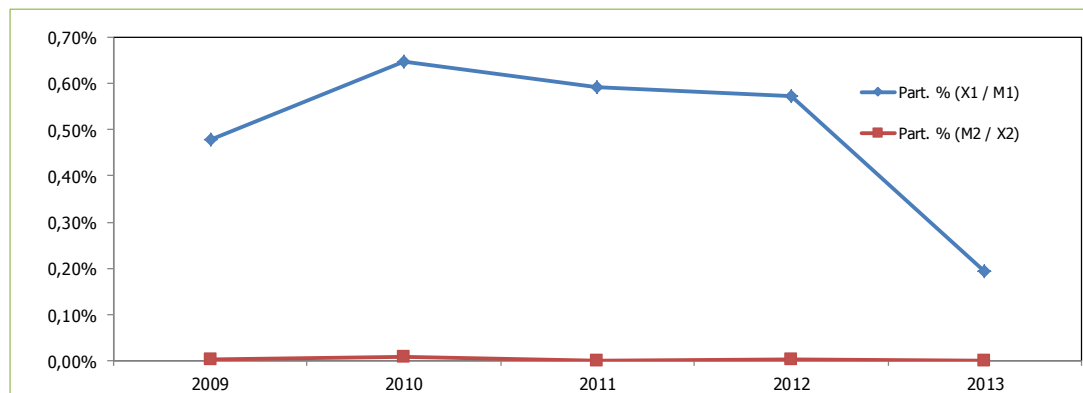
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Part. % do Brasil no Comércio da Tanzânia⁽¹⁾
US\$ milhões

Descrição	2009	2010	2011	2012	2013	Var. % 2009/2013
Exportações do Brasil para a Tanzânia (X1)	31	52	66	67	24	-22,7%
Importações totais da Tanzânia (M1)	6.531	8.013	11.184	11.716	12.525	91,8%
Part. % (X1 / M1)	0,48%	0,65%	0,59%	0,57%	0,19%	-59,7%
Importações do Brasil originárias da Tanzânia (M2)	0,04	0,27	0,01	0,08	0,00	-96,8%
Exportações totais da Tanzânia (X2)	2.982	4.051	4.735	5.547	4.413	48,0%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	-97,9%

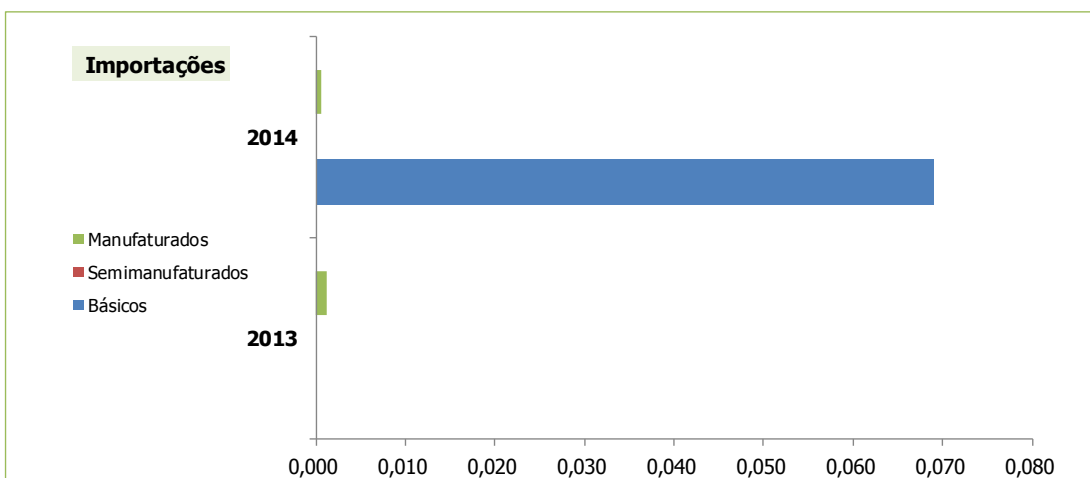
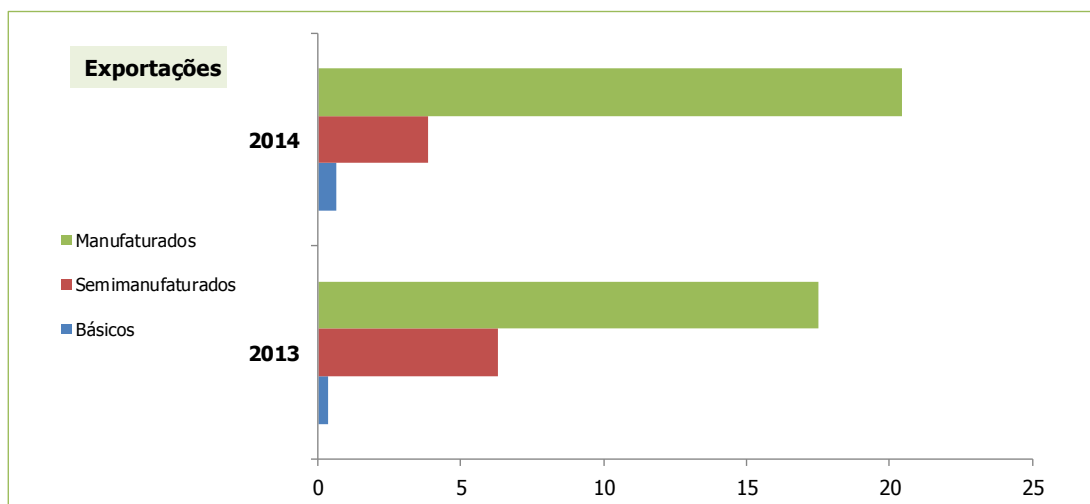
*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ milhões

Comparativo 2014 com 2013



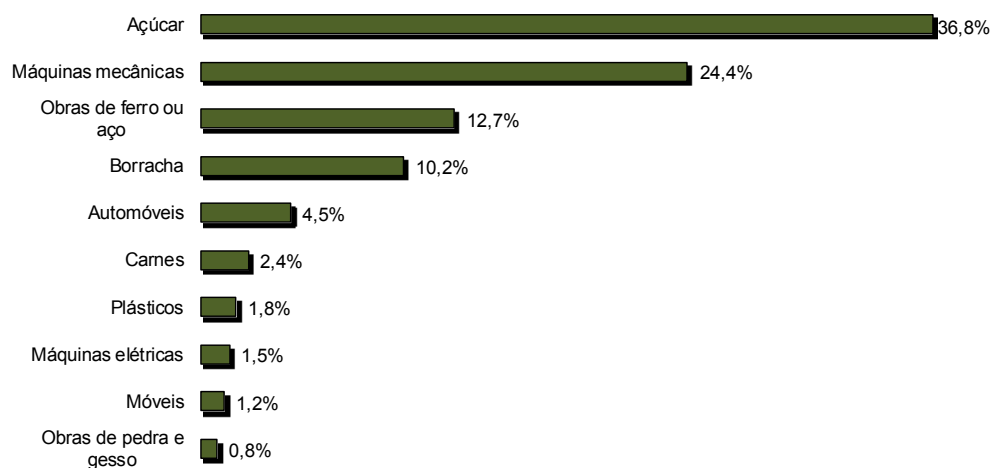
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para a Tanzânia
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	29,85	44,5%	13,82	57,1%	9,17	36,8%
Máquinas mecânicas	5,29	7,9%	2,12	8,8%	6,09	24,4%
Obras de ferro ou aço	5,98	8,9%	0,87	3,6%	3,17	12,7%
Borracha	3,68	5,5%	2,56	10,6%	2,54	10,2%
Automóveis	1,81	2,7%	1,13	4,7%	1,13	4,5%
Carnes	0,38	0,6%	0,33	1,4%	0,60	2,4%
Plásticos	0,62	0,9%	0,33	1,4%	0,45	1,8%
Máquinas elétricas	0,70	1,0%	0,34	1,4%	0,36	1,5%
Móveis	0,34	0,5%	0,35	1,4%	0,30	1,2%
Obras de pedra e gesso	0,48	0,7%	0,24	1,0%	0,21	0,8%
Subtotal	49,13	73,3%	22,09	91,3%	24,03	96,4%
Outros produtos	17,91	26,7%	2,10	8,7%	0,90	3,6%
Total	67,04	100,0%	24,19	100,0%	24,93	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

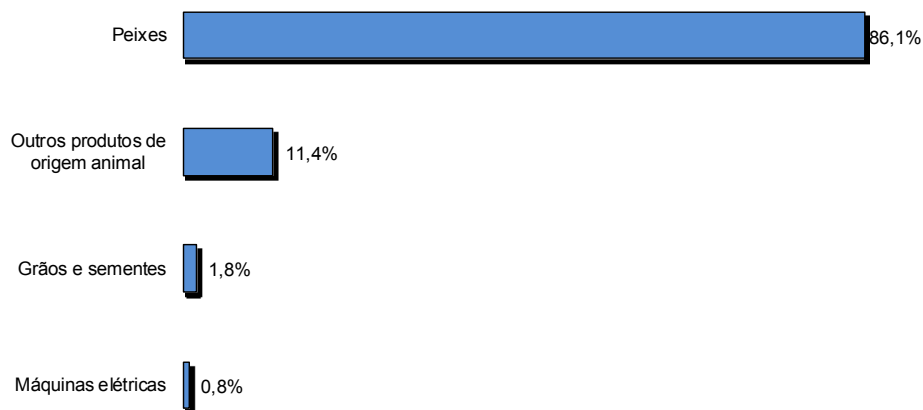


Composição das importações brasileiras originárias da Tanzânia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Peixes	0	0,0%	0	0,0%	60	86,1%
Outros produtos de origem animal	5	7,2%	0	0,0%	8	11,4%
Grãos e sementes	0	0,0%	0	0,0%	1	1,8%
Máquinas elétricas	0	0,0%	1	98,2%	1	0,8%
Subtotal	5	7,2%	1	98,2%	70	100,0%
Outros produtos	70	92,8%	0	1,8%	0	0,0%
Total	75	100,0%	1	100,0%	70	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ milhões, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Açúcar	0,38	7,6%	2,25	42,7%	
Máquinas mecânicas	2,41	48,7%	1,89	35,8%	
Madeira	0,12	2,3%	0,39	7,4%	
Carnes	0,15	3,0%	0,29	5,5%	
Borracha	0,89	17,9%	0,22	4,1%	
Plásticos	0,14	2,9%	0,09	1,8%	
Instrumentos de precisão	0,07	1,5%	0,05	1,0%	
Alumínio	0,00	0,0%	0,02	0,4%	
Produtos cerâmicos	0,07	1,5%	0,02	0,3%	
Ferramentas	0,01	0,1%	0,02	0,3%	
Subtotal	4,23	85,5%	5,23	99,2%	
Outros produtos	0,72	14,5%	0,04	0,8%	
Total	4,96	100,0%	5,27	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações					
Outs prods origem animal	0,01	11,4%	0,01	98,6%	
Café, chá, mate, especiarias	0,00	0,0%	0,00	1,4%	
Subtotal	0,01	11,4%	0,01	100,0%	
Outros produtos	0,06	88,6%	0,00	0,0%	
Total	0,07	100,0%	0,01	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política III, Departamento de África,
Divisão de África III

COMORES



**Info
rma
ção
Ost
ensi
va
Mai
o de
201
5**

DADOS BÁSICOS SOBRE COMORES

NOME OFICIAL:

União das Comores

CAPITAL:	Moroni
ÁREA:	2.171 km ²
POPULAÇÃO:	776.000 (est. 2014)
IDIOMA OFICIAL:	Árabe, francês e comoriano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islâmica sunita (98%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia da União, composta por 33 membros que cumprem mandatos de cinco anos. Do total, 24 são eleitos por maioria absoluta e nove são selecionados indiretamente por assembleias das ilhas.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Ikilinou Dhoinine (desde 26 de maio de 2011)
CHANCELER:	Abdoulkarim Mohamed (desde 27 de abril de 2015).
PIB NOMINAL (2013)	US\$ 658 milhões
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP) (2013):	US\$ 1,15 bilhões
PIB <i>PER CAPITA</i> (2014, est.):	US\$ 872,76*
PIB PPP <i>PER CAPITA</i> (2014, est.):	US\$ 1520,80 *
VARIAÇÃO DO PIB:	3,5% (2013); 2,9% (2012); 2,2% (2011); 2,0% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,429 – 169º no ranking (PNUD, 2013)
EXPECTATIVA DE VIDA:	61,5 anos (PNUD, 2013)
ALFABETIZAÇÃO:	74,9% (PNUD, 2013)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	Não disponível
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco comoriano
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	2 brasileiros residentes

* Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados desde o ano de 2003.

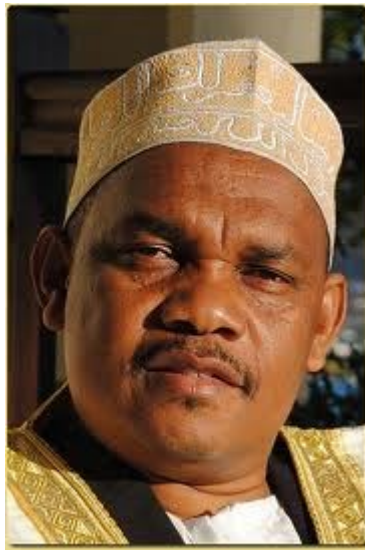
INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-COMORES (US\$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)									
Brasil→Comores	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	2,23	3,01	2,48	1,76	1,17	0,28	0,40	1,10	1,73
Exportações	2,23	3,01	2,48	1,74	1,17	0,26	0,38	1,06	1,69
Importações	-	-	-	0,01	-	0,02	0,016	0,04	0,04
Saldo	2,23	3,01	2,48	1,73	1,17	0,24	0,37	1,02	1,65

Informação elaborada em 26 de maio de 2015, pelos Secretários Felipe Eduardo Liebl e Daniel Torres de Melo Ribeiro (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF-III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

IKILILOU DHOININE

Presidente da União das Comores



Ikililou Dhoinine nasceu na ilha Mohéli, em 14 de agosto de 1962 e ocupa a presidência desde 26 de maio de 2011. Formou-se em farmacologia. É o primeiro Presidente das Comores oriundo da ilha Mohéli. Trabalhou no Ministério das Finanças, como encarregado de orçamento e empreendedorismo feminino. Entre 2006 e 2011, foi o Vice-Presidente das Comores. Em 2008, foi o presidente provisionado da ilha de Anjouan. Elegeu-se Presidente da União das Comores em 2010.

Em junho de 2012, o Presidente Dhoinime chefiou a delegação comoriana à conferência “Rio+20”.

ABDOULKARIM MOHAMED

Ministro das Relações Exteriores e da Cooperação



Nasceu em 3 de fevereiro de 1975 em Madjankagnoi, na ilha Grande Comore. É doutor em Farmácia pela Universidade de Rabat (Marrocos). Foi professor, pesquisador e Diretor-Geral da Escola de Medicina e Saúde da Universidade das Comores. Em 13 de julho de 2013 tornou-se encarregado da Juventude e dos Esportes, cargo que vinha ocupando até sua nomeação como Chanceler, em abril de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a União das Comores são incipientes, tendo sido formalmente estabelecidas em 25 de março de 2005, em Marraquexe, por ocasião de Reunião Ministerial Preparatória à Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). Há, no entanto, margem para o desenvolvimento de diálogo e de cooperação bilaterais, o que se evidencia a partir de posições convergentes dos dois países em foros multilaterais.

As autoridades comorianas têm dado sinais de interesse na aproximação com o Brasil. Como exemplo, pode-se citar o convite e o comparecimento do Brasil à Conferência Internacional de Doadores das Comores, realizada na República de Maurício, em dezembro de 2005. Após encontro bilateral com o Presidente Lula, à margem da II Cúpula ASA (Isla Margarita, 26 e 27 de setembro de 2009), o ex-Presidente Ahmed Sambi expressou o desejo de adensar as relações entre os dois países e examinar possibilidades de cooperação.

Em julho 2010, a representação brasileira cumulativa para as Comores foi transferida da Embaixada na África do Sul para a Embaixada do Brasil na Tanzânia. Em cerimônia de apresentação de credenciais do Embaixador brasileiro junto ao Governo das Comores, realizada em dezembro de 2011, o Presidente Dhoinine manifestou expectativa em contar com a cooperação brasileira para auxiliar o país a superar seus grandes desafios, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento socioeconômico. Reiterou interesse em estabelecer cooperação com o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), conforme solicitado em carta à Sra. Presidenta da República. O Embaixador brasileiro agradeceu, por sua vez, o apoio das Comores à candidatura do Dr. José Graziano ao cargo de Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Na ocasião, o Embaixador brasileiro pôde assinar, com o Chanceler Abdoufatah Sharif, o Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Comores. Uma vez em vigor, o acordo propiciará o desenvolvimento da cooperação bilateral, em especial nas áreas consideradas prioritárias para o arquipélago, a saber, agricultura, energia e formação de recursos humanos.

Em junho de 2012, o Governo comoriano adquiriu duas aeronaves modelo "LET-410", junto à empresa brasileira NHT transportes aéreos. Os

aviões e a tripulação brasileira que os conduziu foram recebidos em cerimônia com grande destaque. As duas aeronaves permitiram a retomada das ligações aéreas regulares entre as três ilhas do arquipélago.

Em dezembro de 2013, ocorreu a primeira missão comercial brasileira nas Comores, com a participação da Petrobras, da Brasil Foods, da Green Best Solutions e da Brazafric. A missão, que foi recebida pelo Presidente Dhoinine e seus assessores, possibilitou os primeiros contatos de empresas brasileiras com grupos comerciais locais. Na ocasião, avançaram-se entendimentos para a retomada das vendas diretas de frangos congelados brasileiros ao país.

No início de 2015, Governo comoriano, por meio de seu representante permanente junto à ONU, expressou a intenção de designar Embaixador não residente das Comores junto ao Brasil.

Assuntos Consulares

O Consulado Honorário do Brasil nas Comores foi inaugurado em 27/5/2015, durante visita do Embaixador Francisco Carlos Soares Luz a Moroni, para apresentação de suas despedidas oficiais ao Presidente Dhoinine. O titular é o comoriano Djamil Mahamoud.

Apenas 2 brasileiros estão matriculados na Embaixada do Brasil em Dar es Salam como residentes nas Comores. Apesar disso, a criação do Consulado se justifica tanto pelas difíceis condições de vida e das comunicações das ilhas, sujeitas a desastres naturais de toda a sorte, bem como para possível apoio a missões brasileiras ao arquipélago.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos a Comores.

POLÍTICA INTERNA

A União das Comores é um Estado federativo de regime presidencialista, composto pelas Ilhas Grande Comore, Mohéli e Anjouan. A quarta ilha do arquipélago das Comores, Mayotte, é hoje um departamento francês de ultramar, conforme resultado de plebiscitos realizados em 1974, em 1976 e em 2009, e corresponde a território reclamado pela União das Comores.

Em seu período pré-colonial, as ilhas do arquipélago foram ocupadas por povos provenientes da costa leste da África, do Golfo Pérsico, da Malásia e

de Madagascar. Os imigrantes de origem árabe-shirazi tiveram grande influência na formação cultural do país nos séculos XV e XVI, consolidando a identidade árabe das ilhas e o islamismo sunita como religião predominante no arquipélago.

A partir do século XVI, as ilhas Comores consolidaram-se como importante escala na rota de comércio entre Europa e Ásia. O arquipélago passou a fornecer provisões para entrepostos coloniais europeus na África Oriental (Moçambique, Quênia e Tanzânia). A partir de meados do século XIX, no auge da disputa de poder no Oceano Índico, a França estabeleceu, progressivamente, seu domínio colonial sobre as quatro ilhas do arquipélago, o qual durou até a segunda metade do século XX.

Durante a década de 1960, no contexto do processo de descolonização afro-asiática, os movimentos internos a favor da independência das Comores ganharam momento. Em 1974, realizou-se referendo no qual a maior parte da população de três das quatro ilhas do arquipélago (Grande Comore, Mohéli e Anjouan) optaram pela independência. A população da ilha de Mayote, contudo, escolheu permanecer sob a administração francesa.

Controvérsias quanto ao processo de descolonização e, em especial, quanto ao destino da Ilha de Mayote, levaram à proclamação unilateral da independência das Comores (inclusive da Ilha de Mayote), em julho de 1975, pelo Presidente do então Conselho de Governo das Comores, Ahmed Abdala. Embora a França tenha se retirado das três ilhas que votaram a favor da autonomia, e reconhecido a independência das Comores ainda naquele ano, o país europeu manteve sua administração sobre Mayote.

A declaração unilateral de independência suscitou críticas de lideranças do processo de descolonização comoriano. Nos dias que se seguiram à independência, em agosto de 1975, Abdala foi deposto pelo movimento de oposição "Frente de União Nacional", com o auxílio de grupo de mercenários liderados pelo francês Bob Denard. A ocorrência de golpes de Estado, com o envolvimento do francês e de seu grupo constitui marca importante da vida política comoriana em seus primeiros vinte anos.

Com o apoio de Denard, Ali Soilih torna-se, em janeiro de 1976, Presidente das Comores. Ainda naquele ano, novo referendo sobre o status da ilha de Mayote confirmou a opção da população por permanecer sob administração francesa (99% da população da ilha, na ocasião, votou contra a independência). Nos dois anos em que governou Comores, Soilih adotou uma

série de políticas de viés socializante e isolacionista, o que levou a choque com Denard e seus apoiadores.

Em 1978, novo golpe liderado Denard depôs e executou Soilih, reinstalando em seu lugar Ahmed Abdala. O segundo Governo de Abdala foi marcado pela adoção de viés islamista. O país foi renomeado, ainda naquele ano, República Federal Islâmica das Comores e, em 1982, adotou-se regime de partido único. Nomeado Chefe da Guarda Presidencial comoriana, Denard estabeleceu lucrativa rede de contrabando de armamentos em direção à África do Sul, então sob sanções internacionais em virtude do regime de apartheid.

Abdala permaneceu no comando do país até 1989, quando, em contexto de novo golpe de Estado, realizado pelas Forças Armadas comorianas, foi morto. Em seu lugar, assumiu o então Presidente da Suprema Corte comoriana, Said Mohamed Djohar, que foi confirmado no cargo em eleições realizadas em 1990. O período Djohar foi marcado por profunda crise econômica (o desemprego chegou a afetar mais de 20% da população) e perseguição ao grupo de Denard. Em 1995, nova tentativa de golpe liderada por Denard foi frustrada pela ação de tropas francesas. O mercenário foi detido e colocado em prisão domiciliar na França.

Em março de 1996, elegeu-se Presidente Mohamed Abdulkarim, cujo Governo foi marcado pela tentativa de secessão das Ilhas de Ajouan e Mohéli, no ano seguinte. O gesto foi criticado pela comunidade internacional e, sobretudo, pela Organização da União Africana (OUA). Em nome do princípio da intangibilidade das fronteiras coloniais, inscrito na Carta da Organização, estabeleceu-se boicote comercial e de comunicação às ilhas separatistas.

Em meio à crise secessionista, o Presidente Abdulkarim veio a falecer, em 1998. No ano seguinte, o Coronel Azali Assoumani, em novo golpe de Estado, assume a Presidência. A chegada ao poder do Coronel Azali marca o início de processo de paulatina estabilização das Comores. Com o apoio da União Africana, estabeleceram-se bem-sucedidas negociações entre Moroni e as ilhas secessionistas. Como resultado, foram assinados, entre 2000 e 2001, os "Acordos de Fomboni", pelos quais foi definido um esquema de compartilhamento de poder, no qual a Presidência da Federação passou a ser rotativa entre nativos das três ilhas e cada ilha mantém seu governo local. As disposições dos Acordos foram incorporadas, ainda em 2001, em nova Constituição, que estabeleceu a "União das Comores".

Azali venceu as eleições presidenciais de 2002 e governou até 2006, quando Mohammed Abdallah Sambi, nativo da ilha de Anjouan, foi eleito

Presidente. Tratou-se da primeira passagem de poder pacífica na história das Comores. Em 2007, no contexto de eleições regionais para a presidência das ilhas, novo confronto secessionista iniciou-se com a ilha de Anjouan. A crise foi superada, em 2008, com o auxílio de forças da União Africana, apoiadas pela França, que lograram consolidar a autoridade de Moroni sobre a ilha.

Após a consolidação da unidade comoriana, o Presidente Sambi conduziu o país ao referendo de maio de 2009, que aprovou a reforma constitucional que ratificou os princípios dos Acordos de Fomboni, reduziu o peso da burocracia no orçamento, transformou os cargos de presidentes das ilhas em governadores e estendeu o mandato presidencial de 4 para 5 anos.

Em 2010, foram realizadas novas eleições, que transcorreram de maneira pacífica e nas quais foi eleito o candidato da situação, Ikililou Dhoinine, então Vice-Presidente representando a ilha de Mohéli, conforme previsto no sistema de rotatividade consagrado nos Acordos de Fomboni.

Em seu Governo, Dhoinine tem buscado consolidar a estabilidade política no país, ao mesmo tempo em que procura fortalecer a economia, hoje dependente das remessas de expatriados e tendo o Estado como o principal, e quase único, empregador.

Entre janeiro e fevereiro de 2015, as Comores realizaram eleições legislativas que transcorreram de modo pacífico. O pleito resultou em vitória relativa do partido de Dhoinine e marcou o retorno à cena política dos ex-presidentes Sambi e Assoumani, cujos partidos obtiveram votação relevante, embora não constituam a maioria. Os dois ex-mandatários indicaram intenção de concorrerem à Presidência nas próximas eleições, previstas para 2016. As candidaturas, contudo, dependerão de reforma constitucional, uma vez que há proibição a que ex-Presidentes concorram novamente ao cargo.

poder legislativo

Conforme a Constituição de 2001, o poder legislativo das Comores é unicameral, sendo exercido pela "Assemblée", que conta com 33 deputados, 24 eleitos em sufrágio universal direto e nove nomeados por representantes das ilhas (3 representantes por ilha). As três ilhas do arquipélago (Grande Comore, Anjouan e Mohéli) têm seu próprio parlamento, com diferentes números de representantes.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa comoriana sob o Governo de Ikililou Dhoinine tem por prioridade as relações com a África, com o mundo árabe, com os países da Conferência Islâmica e da Francofonia. Mantém, ademais, o princípio norteador de recuperação da integridade territorial do país, por meio da reintegração da ilha de Mayotte, atualmente administrada pela França, ex-metrópole das Comores.

Apesar da disputa em torno de Mayote, a política externa comoriana tem buscado, de maneira pragmática, aprofundar relações com a França. A antiga potência colonial constitui, nesse contexto, o principal parceiro comercial e maior doador bilateral. Essa tendência acentuou-se com a visita oficial do Chefe de Estado comoriano à França em junho de 2013. Na ocasião, os dois países firmaram a "Declaração de Paris sobre a Amizade e a Cooperação entre a França e as Comores", que deverá orientar iniciativas de cooperação e o diálogo político franco-comoriano nos próximos anos.

Além dos laços econômicos, a França abriga grande comunidade de imigrantes comorianos, estimados em cerca de 100 mil. A ilha de Mayote, sob administração francesa, tem constituído principal destino desses imigrantes.

Juntamente com França e África do Sul, a China é um dos três países que mantêm Embaixada residente em Moroni. O relacionamento com o país asiático é considerado da mais alta prioridade pelo Governo comoriano. A China tem constituído um dos principais provedores de obras de infraestrutura no arquipélago e de cooperação. Entre as obras realizadas pelo país asiático, destacam-se a ampliação do aeroporto de Moroni, implantação de adutora de águas em Moroni, além da construção de edifícios administrativos nas três ilhas que compõem o país.

Com vistas a alavancar seu desenvolvimento, as Comores também têm buscado atrair investimentos externos e cooperação com outros parceiros relevantes. Nesse contexto, as Comores têm conferido prioridade ao relacionamento com os países do Golfo. Países como Kuwait e Arábia Saudita vêm-se constituindo como importantes doadores a projetos no arquipélago, em especial nas áreas de saúde e educação.

O relacionamento com os Estados Unidos, historicamente distante do arquipélago, tem ganhado relevância nos últimos anos, em especial em sua vertente securitária. Para o Governo norte-americano, a intensificação das relações com as Comores insere-se no contexto do combate à pirataria e ao terrorismo no Oceano Índico. Nesse contexto, os EUA vêm cooperando para o fortalecimento das forças de defesa comorianas, em especial sua marinha.

No âmbito multilateral, as Comores têm defendido, no âmbito das Nações Unidas, a necessidade de reforma e de revitalização da organização para que esta melhor represente os interesses dos países em desenvolvimento, em particular dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). Comores tem buscado, em foros multilaterais, chamar a atenção para a vulnerabilidade desses países, em especial às mudanças climáticas.

No plano regional, as Comores têm mantido intenso relacionamento com os Estados Insulares do Leste Africano (Seicheles, Madagascar e Maurício), bem como com a Tanzânia. Em 2014, o Presidente Dhoinine lançou a iniciativa de criação de brigada humanitária para os Estados do Sudoeste do Índico, a ser sediada nas Comores. A iniciativa busca coordenar ações humanitárias e otimizar os meios disponíveis para responder a eventuais catástrofes naturais.

Ainda em 2014, destaca-se a realização, em Moroni, da IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico (organização que congrega Comores, Madagascar, Maurício, Seicheles e a ilha de Reunião, um departamento ultramarino francês). Trata-se do primeiro evento internacional de peso realizado nas Comores após a estabilização política, o qual contou, inclusive, com a presença do Presidente da França, François Hollande.

Questão de Mayotte

Com a independência das Comores em relação à França, realizaram-se dois referendos em que uma única das ilhas do arquipélago das Comores – a ilha Mayotte – decidiu não integrar o novo país independente e permanecer ligada à metrópole francesa. Em março de 2009, o Governo francês organizou um novo referendo sobre o status da ilha de Mayotte. Noventa e cinco por cento dos votantes escolheram que a ilha se transformasse em departamento ultramarino da França, a que se deu efeito em março de 2011.

A posição das Comores com relação à questão de Mayotte baseia-se, contudo, no entendimento de que a França assumira, durante o processo de descolonização, o compromisso de respeitar os resultados dos referendos no arquipélago como um todo, e não ilha por ilha.

A questão de Mayotte encontra-se na agenda das Nações Unidas desde a década de 1970. A Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), nas resoluções que aprovou sobre o processo de descolonização do arquipélago das

Comores, afirmou a necessidade de se respeitar a unidade e a integridade territorial comoriana. Ao aprovar o ingresso das Comores como membro da ONU, em 1975, a Assembleia Geral da ONU reafirmou essa necessidade e expressamente descreveu o arquipélago como composto pelas ilhas de “Anjouan, Grande-Comore, Mayotte e Mohéli”. Essas resoluções têm contado com o apoio do Brasil. A França vetou todas as tentativas de aprovar resoluções com esse teor no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com um PIB nominal estimado em cerca de US\$ 717 milhões, em 2014, as Comores figuram entre os países mais pobres do mundo. A ausência de recursos naturais conhecidos, bem como deficiências de infraestrutura, sobretudo em matéria de transportes, energia elétrica e telecomunicações, constituem os principais entraves ao desenvolvimento comoriano.

A economia comoriana, nesse contexto, é fortemente dependente de remessas de emigrados, que, em 2012, responderam por cerca de 20% do PIB e constitui sua maior fonte de divisas, segundo dados do Banco Mundial. A ajuda oficial ao desenvolvimento, por sua vez, representou cerca de 13% da renda nacional bruta, em 2013.

O setor agrícola, incluindo a pesca, representa cerca de 50% do PIB, emprega 80% da força de trabalho e fornece a maioria dos produtos exportados. A renda das exportações é altamente dependente de três produtos: baunilha, cravo e ilangue-ilangue (essência para a indústria de perfumes). Os maiores compradores dos produtos agrícolas do país são Índia, Singapura, China e Alemanha. Apesar da preponderância da agricultura na economia comoriana, o país é vulnerável a oscilações no preço internacional dos alimentos, uma vez que importa grande quantidade de mantimentos consumidos, em especial carnes e cereais. Os maiores fornecedores de mantimentos e matérias-primas às Comores são China, França, Índia e Madagascar.

A dependência da importação de itens de primeira necessidade resulta em déficit estrutural na balança comercial comoriana, estimado em US\$ 717 milhões, em 2014, representando 16% do PIB do país. As remessas estrangeiras e da ajuda oficial têm coberto, em parte, o déficit comercial.

Estimativas do FMI indicam que o déficit em transações correntes foi da ordem de 12,9%, em 2014.

A vulnerabilidade externa comoriana tornou o país particularmente susceptível aos efeitos da crise financeira global de 2008. Como resultado, em setembro de 2009, o FMI aprovou um empréstimo de \$21 milhões para as Comores. Pelo acordo, o Governo comoriano teria de reduzir a folha salarial do funcionalismo, aumentar a receita e implementar reformas estruturais. A implementação de política macroeconômica restritiva e das reformas estruturais avançaram desde a posse do Governo Dhoinine, em maio de 2011. O déficit fiscal do país tem sido, atualmente, particularmente baixo, da ordem de 0,7%, em 2014.

Apesar da fragilidade de sua economia, Comores vem obtendo, nos últimos anos, taxas de crescimento econômico da ordem de 3% (3,5%, em 2014) e inflação sob controle, no patamar de 3%. Previsões de organismos internacionais estimam que, se a estabilidade política permanecer, as taxas de crescimento devem continuar estáveis.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral com o Brasil é muito reduzido, tendo atingido seu pico em 2007, quando o fluxo comercial superou os US\$ 3 milhões, amplamente superavitário em favor das exportações brasileiras (carne bovina e aves). Em 2011, as importações comorianas de frango congelado foram drasticamente reduzidas, o que levou as exportações brasileiras a registrarem o menor volume desde 2003. Desde então, opera-se um lento processo de melhora do volume de produtos comercializados, tendo o fluxo de comércio alcançado US\$ 1,1 milhão em 2014.

As exportações brasileiras para as Comores concentram-se em produtos alimentícios, como carnes, açúcares e produtos de confeitaria, preparações de peixes, além de uma pequena parcela de exportações de madeira e carvão vegetal.

Não há registro de investimentos brasileiros nas Comores.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

~500	Início da ocupação territorial por grupos africanos e árabes.
1505	Primeira visita de portugueses.
1841	Compra de Mayotte pelos franceses.
1886	Estabelecimento de protetorados franceses sobre as outras ilhas.
1912	O arquipélago torna-se província francesa, submetida ao Governador-Geral em Madagascar.
1961	É concedida autonomia interna ao arquipélago
1974	É organizado referendo sobre a independência das Comores. A ilha de Mayotte vota por permanecer sob administração francesa.
1975	Comores torna-se independente, sem a ilha de Mayotte.
1975	Ahmed Abdallah, primeiro presidente, é deposto em golpe assistido pelo mercenário francês Bob Denard.
1976	Ali Soilih torna-se Presidente do país.
1978	Novo golpe militar, apoiado por Bob Denard, reinstala Ahmed Abdallah no poder.
1989-90	Golpe contra Ahmed Abdallah, que é morto. Assume Said Mohamed Djohar. Bob Denard deixa o país.
1995	Deposição de Djohar (setembro), com auxílio de Denard e de seus mercenários. É realizada operação francesa para a prisão de Denard (outubro).
1996	Eleição de Mohamed Taki Abdoukarim como presidente.
1997	Tentativa de secessão de Anjouan e de Mohéli.
1998	Morte de Mohamed Taki Abdoukarim. Tadjidine Ben Said Massounde assume a presidência interinamente.
1999	O Coronel Azali Assoumani depõe o Presidente Massounde.
2000-01	Acordos de Fomboni restabelecem a unidade das Comores. País passa a denominar-se União das Comores.
2002	Realizam-se eleições presidenciais. Assoumani é confirmado no cargo.
2006	Ahmed Abdallah Mohamed Sambi é eleito Presidente do país.
2007	Início da crise de secessão de Anjouan.
2008	É realizada a operação "Democracia nas Comores", da União Africana, com apoio francês, que intervém militarmente em Anjouan, pondo fim à crise separatista.
2009	Novo referendo sobre o status de Mayote é realizado. 95% dos eleitores votam pela transformação de Mayote em departamento ultramarino francês.
2011	Ikililou Dhoinine é eleito presidente.
2014	IV Cúpula da Comissão do Oceano Índico, é realizada em

	Moroni. Primeiro grande evento internacional realizado no país.
2015	Eleições parlamentares apontam vitória relativa dos partidos ligados ao Presidente Dhoinine.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Comores
2009	Encontro, à margem da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo América do Sul-África, dos presidentes Lula e Ahmed Sambi.
2011	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores.
2013	Reestabelecimento de linhas aéreas regulares entre as ilhas do arquipélago com aeronaves adquiridas no Brasil.
2013	Primeira missão comercial brasileira nas Comores.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO (D.O.U.)
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Comores	21/11/2011		Em tramitação na Casa Civil

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos de Comores

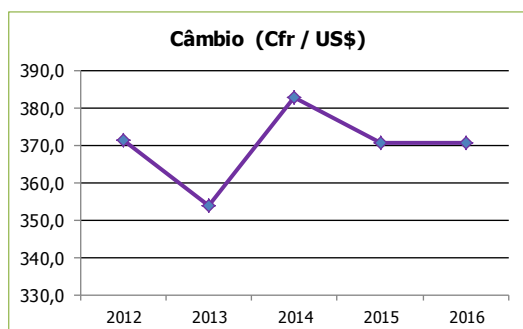
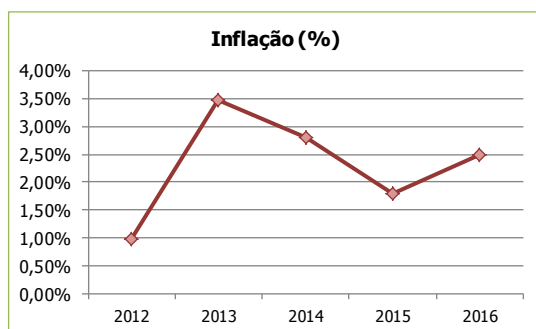
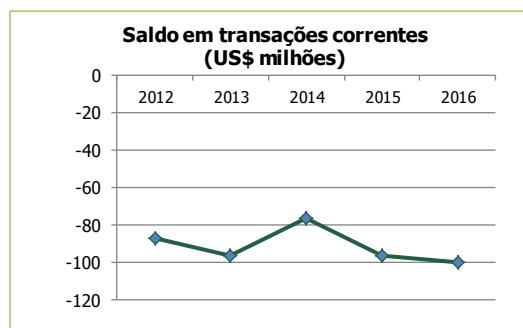
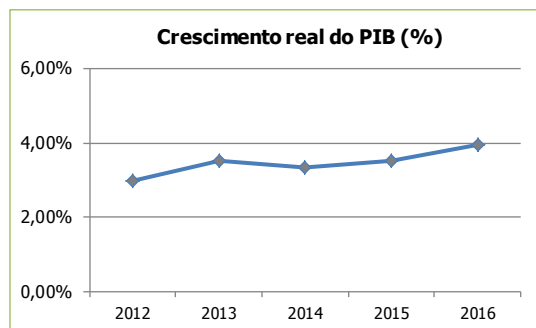
Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	2,96%	3,52%	3,35%	3,52%	3,96%
PIB nominal (US\$ milhões)	596	658	717	677	728
PIB nominal "per capita" (US\$)	815	873	923	847	885
PIB PPP (US\$ bilhões)	1,09	1,15	1,20	1,26	1,32
PIB PPP "per capita" (US\$)	1.491	1.521	1.548	1.570	1.608
População (mil habitantes)	732	754	776	799	823
Inflação (%)	0,98%	3,48%	2,80%	1,80%	2,50%
Saldo em transações correntes (US\$ milhões)	-87	-96	-76	-96	-100
Câmbio (Cfr / US\$)	371,5	353,9	382,9	370,5	370,8

Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	50,4%
Indústria	13,7%
Serviços	35,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

(1) Estimativas FMI e EIU.



Evolução do Comércio Exterior de Comores⁽¹⁾

US\$ milhões

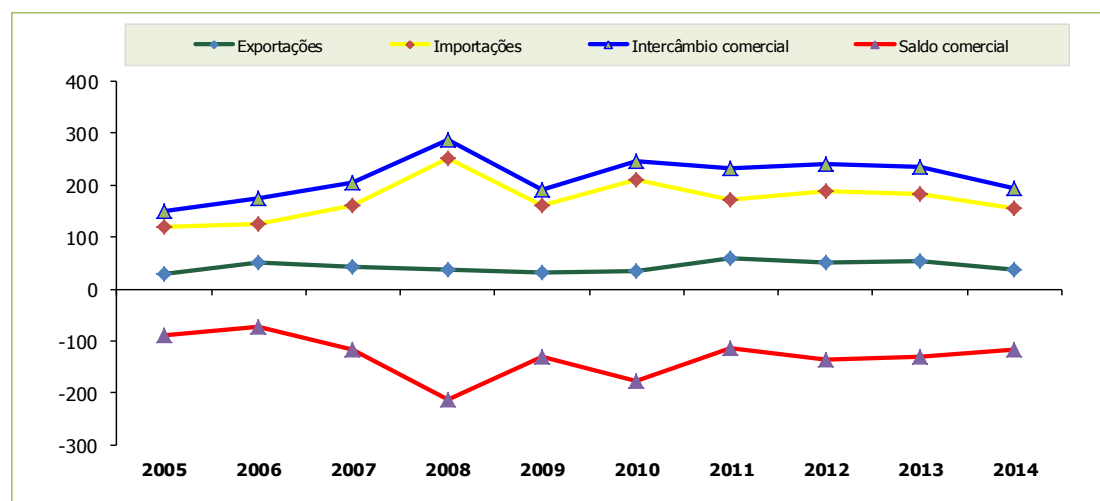
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	30	-20,9%	119	25,4%	150	12,2%	-89
2006	50	66,8%	124	3,8%	174	16,5%	-74
2007	44	-13,4%	161	29,6%	204	17,2%	-117
2008	37	-15,2%	250	55,8%	287	40,7%	-213
2009	31	-16,3%	160	-36,1%	191	-33,6%	-129
2010	35	-9,1%	212	122,2%	246	84,7%	-177
2011	60	73,2%	173	-18,4%	233	-5,5%	-113
2012	52	-14,0%	189	9,1%	240	3,1%	-137
2013	53	1,9%	183	-3,0%	236	-2,0%	-130
2014 ⁽²⁾	39	-26,8%	155	-15,0%	194	-17,6%	-117
Var. % 2005-2014	27,5%	---	30,0%	---	29,5%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das Exportações de Comores
US\$ milhões

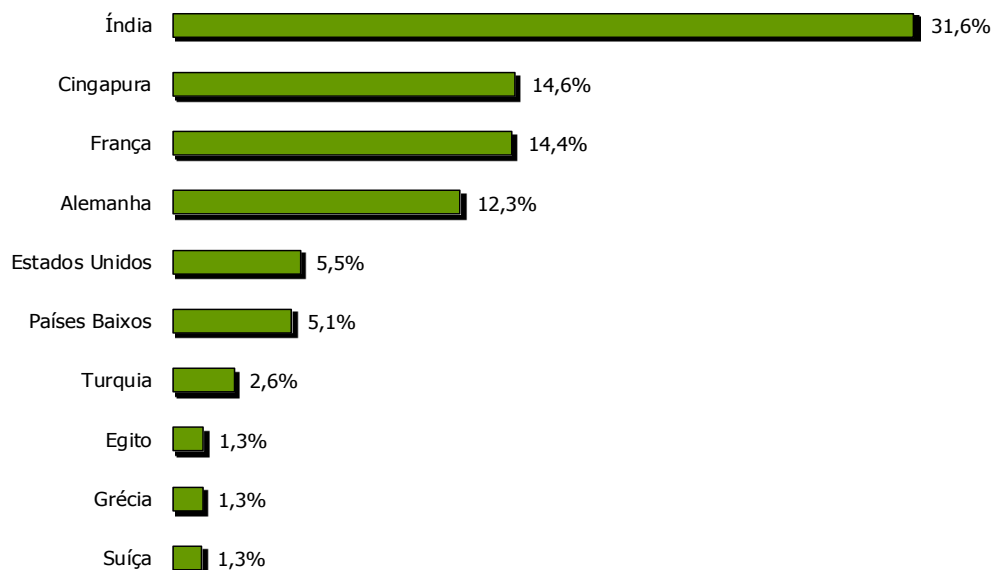
Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Índia	12,18	31,6%
Cingapura	5,63	14,6%
França	5,57	14,4%
Alemanha	4,73	12,3%
Estados Unidos	2,11	5,5%
Países Baixos	1,96	5,1%
Turquia	1,01	2,6%
Egito	0,51	1,3%
Grécia	0,50	1,3%
Suíça	0,48	1,3%
...		
<i>Brasil (25ª posição)</i>	<i>0,04</i>	<i>0,1%</i>
Subtotal	34,72	90,1%
Outros países	3,83	9,9%
Total	38,54	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais destinos das exportações



Origem das Importações de Comores
US\$ milhões

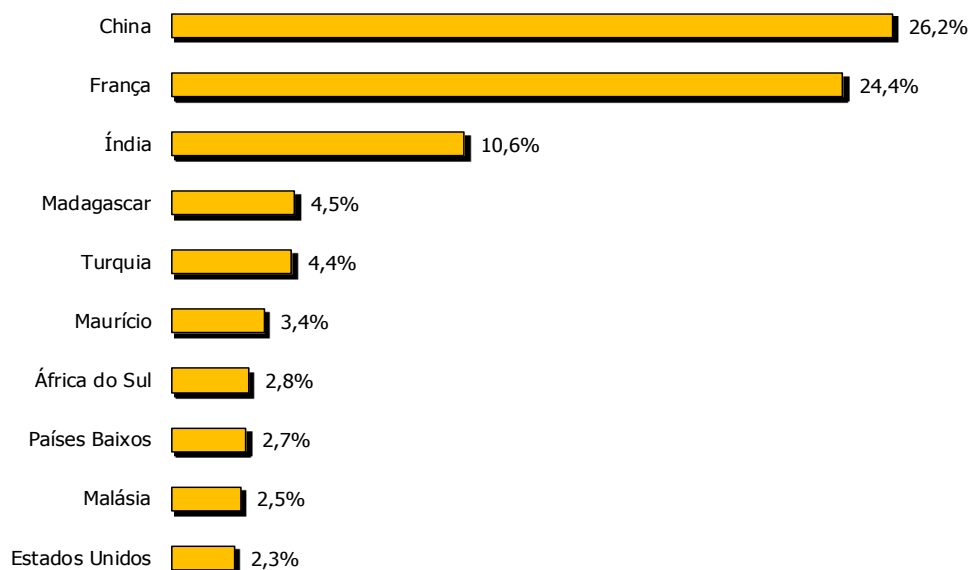
Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
China	40,69	26,2%
França	37,90	24,4%
Índia	16,54	10,6%
Madagascar	6,96	4,5%
Turquia	6,80	4,4%
Maurício	5,25	3,4%
África do Sul	4,37	2,8%
Países Baixos	4,21	2,7%
Malásia	3,92	2,5%
Estados Unidos	3,57	2,3%
...		
<i>Brasil (16ª posição)</i>	<i>1,70</i>	<i>1,1%</i>
Subtotal	131,90	84,9%
Outros países	23,50	15,1%
Total	155,40	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Comores US\$ milhões

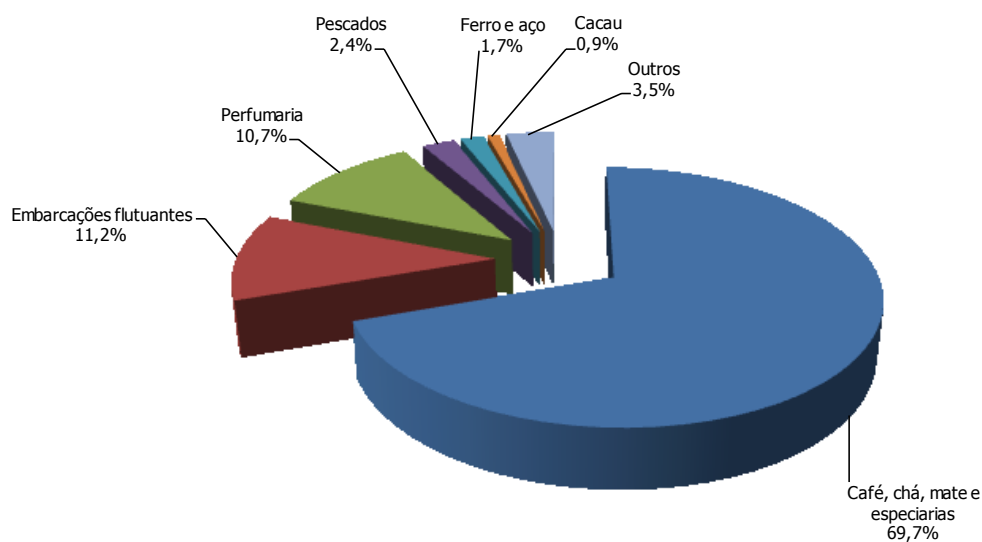
Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Café, chá, mate e especiarias	36,71	69,7%
Embarcações flutuantes	5,91	11,2%
Perfumaria	5,62	10,7%
Pescados	1,26	2,4%
Ferro e aço	0,89	1,7%
Cacau	0,45	0,9%
Subtotal	50,84	96,5%
Outros	1,84	3,5%
Total	52,68	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações de Comores US\$ milhões

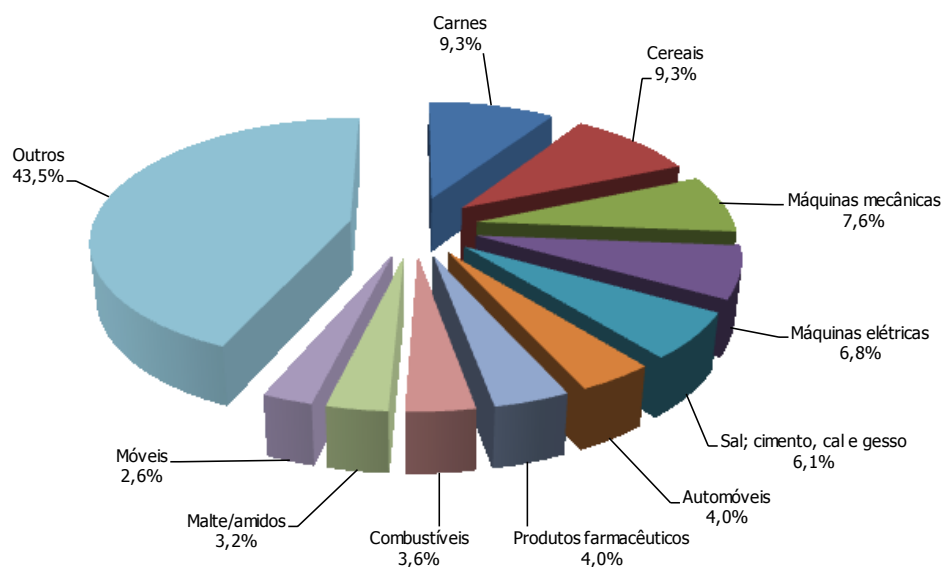
Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Carnes	17,08	9,3%
Cereais	17,06	9,3%
Máquinas mecânicas	13,89	7,6%
Máquinas elétricas	12,48	6,8%
Sal; cimento, cal e gesso	11,07	6,1%
Automóveis	7,30	4,0%
Produtos farmacêuticos	7,24	4,0%
Combustíveis	6,53	3,6%
Malte/amidos	5,85	3,2%
Móveis	4,76	2,6%
Subtotal	103,25	56,5%
Outros	79,57	43,5%
Total	182,82	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 20/04/2015.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Comores
US\$ mil, fob

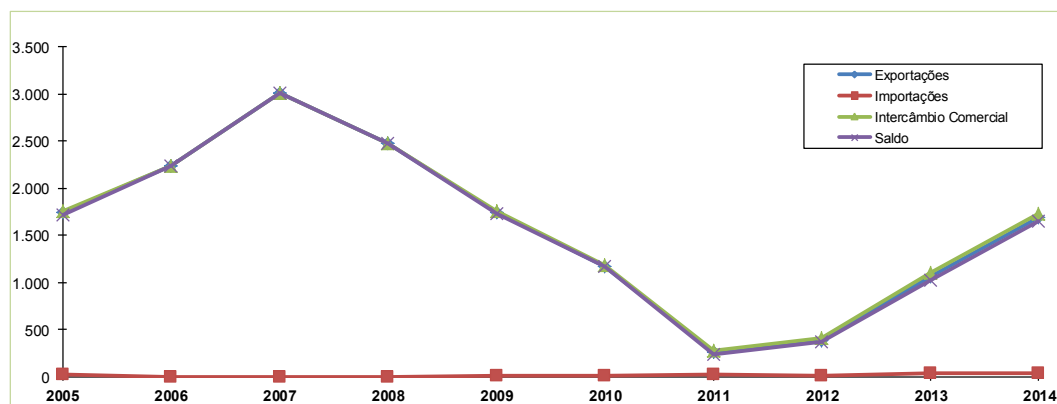
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	1.740	50,2%	0,00%	19,3	-80,7%	0,00%	1.759	39,8%	0,00%	1.721
2006	2.234	28,4%	0,00%	1,5	-92,2%	0,00%	2.235	27,0%	0,00%	2.232
2007	3.014	34,9%	0,00%	1,9	23,7%	0,00%	3.016	34,9%	0,00%	3.012
2008	2.482	-17,6%	0,00%	1,0	-48,5%	0,00%	2.483	-17,7%	0,00%	2.481
2009	1.747	-29,6%	0,00%	15,8	(+)	0,00%	1.762	-29,0%	0,00%	1.731
2010	1.173	-32,8%	0,00%	5,7	-64,0%	0,00%	1.179	-33,1%	0,00%	1.168
2011	261	-77,7%	0,00%	19,3	239,7%	0,00%	280	-76,2%	0,00%	242
2012	389	49,0%	0,00%	16,1	-16,6%	0,00%	405	44,5%	0,00%	373
2013	1.064	173,4%	0,00%	37,0	130,5%	0,00%	1.101	171,7%	0,00%	1.027
2014	1.696	59,4%	0,00%	40,4	9,0%	0,00%	1.736	57,7%	0,00%	1.655
2015 (jan-mar)	80	-85,7%	0,00%	2,4	-66,5%	0,00%	82	-85,5%	0,00%	77
Var. % 2005-2014	-2,5%	---	---	108,7%	---	---	-1,3%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

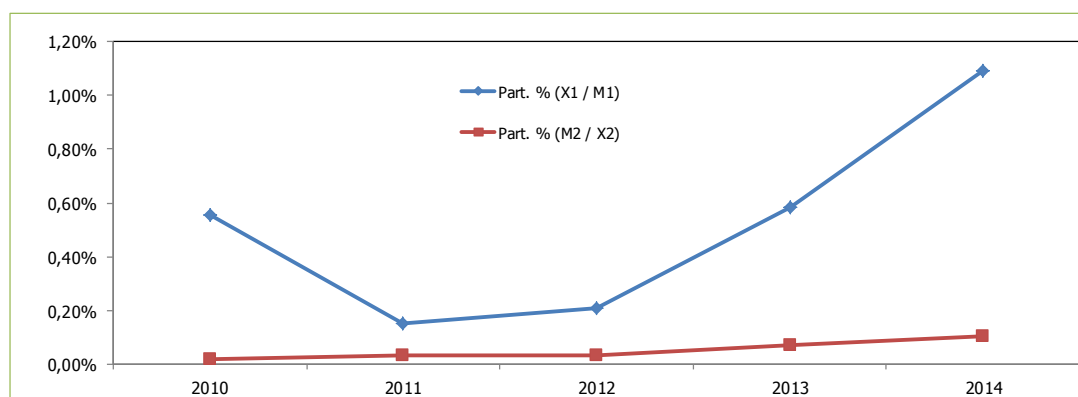


Part. % do Brasil no Comércio de Comores⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Comores (X1)	1.173	261	389	1.064	1.696	44,5%
Importações totais de Comores (M1)	211.713	172.785	188.552	182.819	155.398	-26,6%
Part. % (X1 / M1)	0,55%	0,15%	0,21%	0,58%	1,09%	96,9%
Importações do Brasil originárias de Comores (M2)	5,7	19	16	37	40	612,5%
Exportações totais de Comores (X2)	34.723	60.125	51.690	52.681	38.544	11,0%
Part. % (M2 / X2)	0,02%	0,03%	0,03%	0,07%	0,10%	541,8%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.

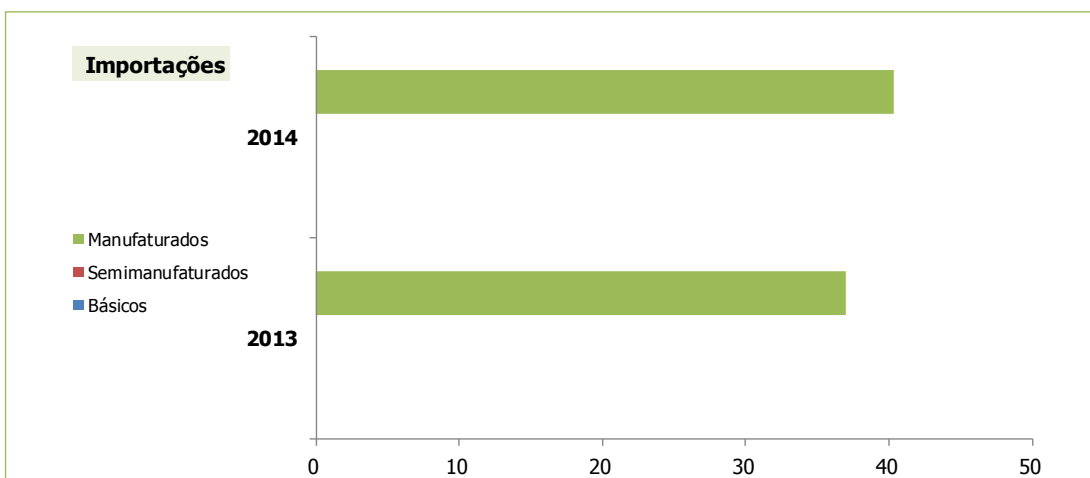
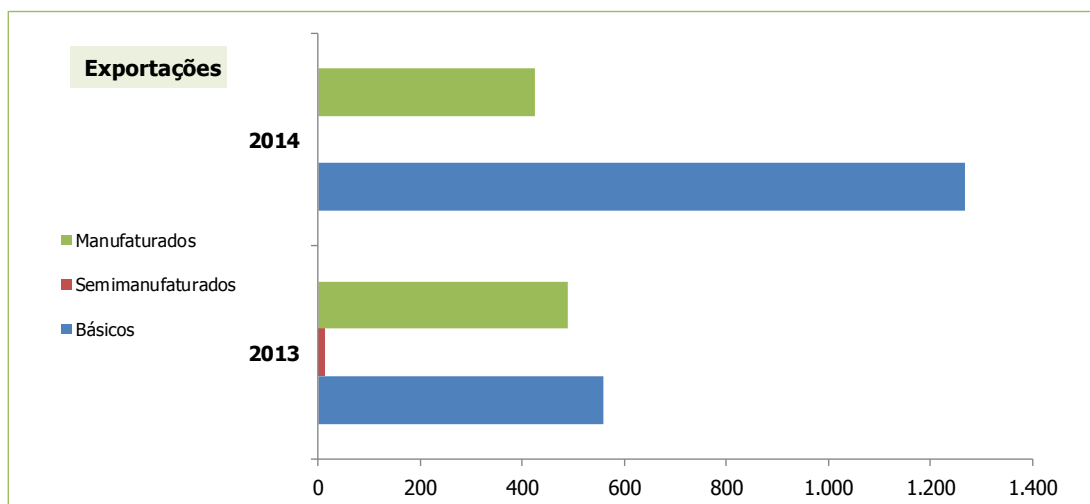
(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ mil

Comparativo 2014 com 2013



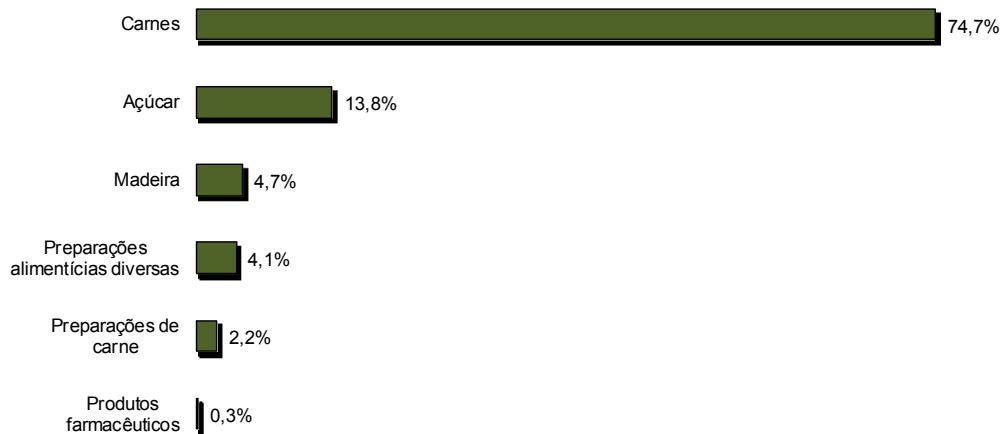
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para Comores
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	283	72,7%	560	52,6%	1.267	74,7%
Açúcar	98	25,1%	177	16,7%	234	13,8%
Madeira	0,0	0,0%	0,0	0,0%	80	4,7%
Preparações alimentícias diversas	0,0	0,0%	64	6,0%	69	4,1%
Preparações de carne	1,3	0,3%	0,0	0,0%	37	2,2%
Produtos farmacêuticos	5,1	1,3%	0,0	0,0%	4,4	0,3%
Subtotal	387	99,4%	801	75,3%	1.691	99,7%
Outros produtos	2,2	0,6%	262	24,7%	4,8	0,3%
Total	389	100,0%	1.064	100,0%	1.696	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

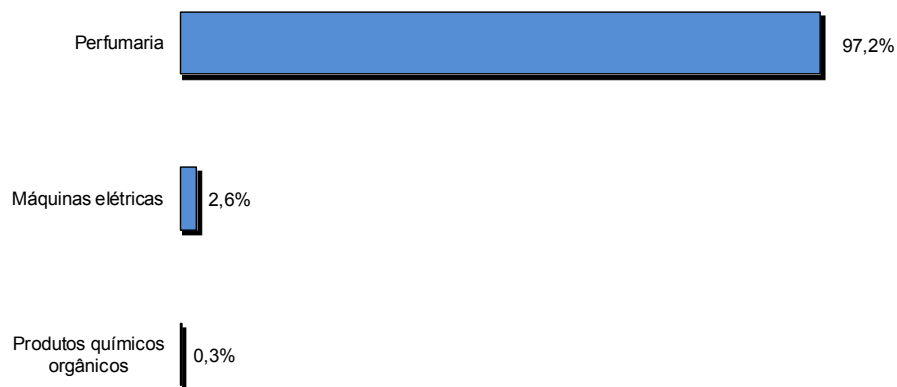


Composição das importações brasileiras originárias de Comores
US\$ mil, fob


Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Perfumaria	16	100,0%	11	28,4%	39	97,2%
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	0,3	0,9%	1,0	2,6%
Produtos químicos orgânicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,1	0,3%
Subtotal	16	100,0%	11	29,4%	40	100,0%
Outros produtos	0	0,0%	26	70,6%	0	0,0%
Total	16	100,0%	37	100,0%	40	100,0%


Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Carnes	376	67,5%	80	100,0%	
Subtotal	376	67,5%	80	100,0%	
Outros produtos	181	32,5%	0	0,0%	
Total	558	100,0%	80	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015					
Importações					
Perfumaria	6,1	85,5%	2,4	100,0%	
Subtotal	6,1	85,5%	2,4	100,0%	
Outros produtos	1,0	14,5%	0,0	0,0%	
Total	7,2	100,0%	2,4	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política III, Departamento de África,
Divisão de África III

SEICHELES



Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Abril de 2015

DADOS BÁSICOS SOBRE SEICHELES	
NOME OFICIAL:	República das Seicheles
GENTÍLICO:	Seichelense
CAPITAL:	Vitória
ÁREA:	460 km²
POPULAÇÃO:	94.000 (est. 2014)
IDIOMA OFICIAL:	Inglês, francês e seichelense (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo (82,2%); Anglicanismo (6,4%); outras denominações cristãs (4,5%); Hinduísmo (2,1%); Islamismo (1,1%); Budismo (1%); outras (2%);
SISTEMA DE GOVERNO:	República Unitária Presidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional (unicameral), composta por 32 membros eleitos para mandatos de cinco anos, dos quais, 25 são eleitos diretamente por maioria simples e sete por votos de representação proporcional.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente James Alix Michel (desde 14 de abril de 2004)
CHANCELER:	Joel Morgan (desde 1º de fevereiro de 2015)
PIB NOMINAL	US\$ 1,42 bilhões (2014, FMI)*
PIB (PARIDADE DE PODER DE COMPRA – PPP):	US\$ 2,4 bilhões (2014, FMI)*
PIB PER CAPITA:	US\$ 15.115 (2014, FMI)*
PIB PPP PER CAPITA:	US\$ 25.607 (2014, FMI)*
VARIAÇÃO DO PIB (FMI):	2,94% (2014)*; 6,62% (2013)*; 6,04% (2012); 7,9% (2011); 5,95% (2010)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2013):	0,756 – 71º no ranking (PNUD, 2014)
EXPECTATIVA DE VIDA:	73,2 anos (PNUD, 2014)
ALFABETIZAÇÃO:	91,8% (PNUD, 2014)
ÍNDICE DE DESEMPREGO:	2,98% (est. 2014)
UNIDADE MONETÁRIA:	Rúpia seichelense
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Ronald Jean Jumeau, residente em Nova York.
COMUNIDADE BRASILEIRA ESTIMADA:	Não há registro.

*Dados estimados pelo FMI, tendo em vista que, para tais informações, não são divulgados dados consolidados desde o ano de 2012.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-SEICHELES (US\$ milhões F.O.B) (fonte: MDIC)									
Brasil→Seicheles	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Intercâmbio	24,69	2,16	7,81	54,79	7,35	6,85	6,75	18,57	12,57
Exportações	24,59	1,70	2,95	54,68	6,16	6,33	6,68	18,43	12,12

Importações	0,09	0,46	4,86	0,11	1,19	0,52	0,07	0,14	0,46
Saldo	24,50	1,24	-1,91	54,57	4,97	5,81	6,61	18,29	11,66

Informação elaborada em 23 de abril de 2015, pelos Secretários Fernanda Carvalho Dal Piaz e Daniel Torres de Melo Ribeiro (DAF-III). Revisada pelo Conselheiro Paulo Rocha Cypriano (DAF III).

PERFIS BIOGRÁFICOS

JAMES ALIX MICHEL

Chefe de Estado e de Governo



James Alix Michel nasceu em Mahe, Seicheles, em 16 de agosto de 1944. De 1974 a 1977, foi membro do Comitê Executivo do Partido Popular Unido de Seicheles (SPUP), antecessor do partido atualmente no poder, a Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF). Em 1978, James Michel tornou-se membro do Comitê Executivo Central da SPPF. Tornou-se Vice-Secretário Geral da Frente, em 1984, e Secretário Geral, em 1994, cargo que ocupou até junho de 2009. Em 2 de junho de 2009, o SPPF foi renomeado como Parti Lepep (Partido Popular), e James Michel foi eleito presidente do Partido.

Nas eleições de 1998 e 2001, Michel foi candidato a Vice-Presidente na chapa do ex-Presidente France Albert René, e ocupou o cargo de Vice-Presidente de 1996 a 2004. Com a renúncia de René Albert em abril de 2004, Michel assumiu a Presidência, cargo para o qual foi eleito em 2006 e reeleito em 2011, para mandatos de 5 anos. Seu mandato encerra-se no início de 2016. Na estrutura de Governo atual, o Presidente também acumula as pastas de Defesa, de Hidrocarbonetos e de Assuntos Legais e Informação. Durante sua longa carreira política, Michel já assumiu, igualmente, as pastas de Educação, de Finanças, de Comunicações e de Cultura e Esportes.

JOËL MORGAN

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Joël Morgan nasceu em 15 de agosto em 1961. Cursou mestrado em Engenharia Elétrica e Eletrônica pela Universidade Heriott-Watt (Edimburgo, Escócia). É considerado um dos mais antigos membros do atual Gabinete e possui excelente trânsito entre os doadores internacionais. Durante sua trajetória política, Morgan liderou os Ministérios do Uso da Terra e Habitação, do Meio Ambiente, dos Recursos Naturais, dos Transportes e do Interior. Assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros após a reforma ministerial de 1º de fevereiro de 2015.

RELAÇÕES BILATERAIS

A República de Seicheles e o Brasil estabeleceram relações diplomáticas em 1986, quando a Embaixada do Brasil em Dar es Salam passou a tratar, cumulativamente, dos temas relacionados àquele país. Em setembro de 1987, o Embaixador José Ferreira Lopes foi o primeiro a apresentar credenciais junto ao Governo de Vitória. Com o fechamento da Embaixada na capital da Tanzânia em 1991, transferiu-se para a Embaixada em Maputo a cumulatividade com Seicheles. Em 2010, a cumulatividade da Embaixada brasileira em Vitória foi transferida novamente para a Embaixada em Dar es Salam, que havia sido reaberta em 2005.

O diálogo político com o país, apesar de pouco denso, tende a ser fluido. Nos foros internacionais, Seicheles apresenta posições convergentes às brasileiras nas áreas de desenvolvimento sustentável e de redução da pobreza e na promoção de um comércio internacional mais justo. Digno de nota foi o apoio do país, em 2011, à candidatura de José Graziano da Silva ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Em 2013, país também apoiou, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o projeto de resolução brasileiro intitulado "O Direito à Privacidade na Era Digital".

Em 2008, foi assinado, em Vitória, Acordo de Cooperação Educacional, que já foi aprovado pelo Congresso Nacional e, atualmente, encontra-se em fase de promulgação. Quando em vigor, deverá permitir que estudantes seichelenses participem de cursos de graduação e pós-graduação em universidades brasileiras (Programas PEC-G e PEC-PG). Seicheles tem particular interesse na cooperação em favor de alunos de pós-graduação, recém-formados na Universidade de Seicheles, fundada em 2009. Além disso, o país já demonstrou interesse na formação de diplomatas no Instituto Rio Branco.

Em dezembro de 2011, foi celebrado o Acordo de Isenção Parcial de Vistos, que está em fase de ratificação. Seicheles tem interesse em que esse acordo entre em vigor tão logo possível, tendo em vista o objetivo de buscar atrair mais turistas brasileiros para o arquipélago. Anualmente, apenas cerca 1.500 brasileiros visitam Seicheles, entretanto as autoridades seichelenses

estimam de que haja potencial para que esse número seja, pelo menos, triplicado, tendo em vista as novas possibilidades de conexão aérea abertas via África do Sul, Etiópia e Emirados Árabes. Com essa mesma finalidade, o Acordo Bilateral de Serviços Aéreos encontra-se em fase avançada de negociação e deverá ser assinado em maio de 2015.

Em junho de 2014, o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de Seicheles, Embaixador Barry Faure (atualmente Vice-Presidente do país), encontrou-se, em Brasília, com o então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Eduardo dos Santos, no contexto de gestões em favor da candidatura do país a um assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no biênio 2017-2018.

Assuntos Consulares

Não há registro de comunidade brasileira residente em Seicheles, nem casos de assistência consular dignos de nota.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos oficiais brasileiros concedidos a Seicheles.

POLÍTICA INTERNA

As ilhas que compõem o arquipélago de Seicheles permaneceram desabitadas até meados do século XVII, quando foram progressivamente ocupadas pela França. Após a derrota francesa nas guerras napoleônicas, no início do século XIX, o controle do arquipélago passou a ser exercido pela Grã-Bretanha. Foi permitido aos colonos franceses, contudo, a permanência nas ilhas.

Sob a administração inglesa, a economia de Seichelles estruturou-se em torno da plantação das culturas de açúcar, milho e coco. Escravos libertos pela marinha inglesa foram levados a Seicheles, onde passaram a trabalhar nas plantações, em troca de salários e rações.

Na primeira metade do século XX, o arquipélago passou a gozar de relativa autonomia. Em 1903, a administração colonial do arquipélago foi separada das ilhas Maurício e, em 1948, foram realizadas as primeiras eleições locais.

Durante a década de 1960, a questão do status do arquipélago em relação à Grã-Bretanha passou a ser o principal tema do debate político interno. Em 1964, foi criado o Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP), de viés socialista, que defendia, sob a liderança de France-Albert René, a

independência completa do arquipélago. No mesmo ano, foi criado o Partido Democrático de Seicheles (SDP), que congregava, sob a liderança de James Mancham, os produtores rurais e empresários seichelenses. O SDP propunha maior integração de Seicheles ao Reino Unido e foi o principal vencedor das eleições locais de 1966 e 1970.

Sob a justificativa de poucos avanços nos esforços de integração com o Reino Unido, o SDP uniu-se ao SPUP na reivindicação pela independência do arquipélago, no início da década de 1970. A independência de Seicheles foi concedida formalmente pelo Reino Unido em junho de 1976. James Mancham, líder do SDP, tornou-se o primeiro Presidente do país e France-Albert René assumiu o cargo de Primeiro Ministro.

Uma vez obtida a independência, contudo, a coalizão entre o SDP e o SPUP, desfez-se rapidamente. Em junho de 1977, durante viagem do Presidente Mancham ao exterior, apoiadores de France-Albert René, com apoio tanzaniano, anunciaram a deposição de Mancham e instalaram René na Presidência. A recém promulgada Constituição do país foi suspensa e o legislativo, dissolvido. Em 1979, foi promulgada nova Constituição, a qual previa a adoção de sistema político de partido único, representado pela Frente Popular Progressista de Seicheles (SPPF), nova denominação do SPUP.

O regime de partido único vigorou até dezembro de 1991, quando, em virtude das mudanças trazidas pelo final da Guerra Fria e em razão da pressão de movimentos contestatórios internos e de países doadores, adotou-se emenda constitucional que permitiu o registro de novos partidos políticos. Seguiram-se eleições para a formação de Comissão Constituinte, cujo texto final foi aprovado, em referendo popular, em junho de 1993. No mês seguinte, realizaram-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias sob a nova Constituição. Na ocasião, France-Albert René foi confirmado no cargo, derrotando o ex-Presidente James Mancham no pleito.

O mandatário seichelense foi novamente reeleito, em 1998, por ampla margem de votos (66%). Naquele pleito, ficou em segundo lugar o Reverendo anglicano Wavel Ramkalawan e, em terceiro, James Mancham. Um dos fundadores do Partido Nacional de Seicheles (SNP), de viés liberal, em 1994, o Reverendo tem-se convertido, desde o pleito de 1998, na principal figura de oposição no país.

Em 2001, alegando razões econômicas, o Presidente René solicitou ao parlamento a antecipação das eleições presidenciais previstas para 2003. Realizado em agosto de 2001, o pleito resultou em nova vitória de René, dessa

vez por margem estreita de votos (54,2%). Wavel Ramkalawan obteve cerca de 45% dos votos. Nas eleições legislativas do ano seguinte, os dois partidos obtiveram votação similar à do pleito presidencial (SPPF 54%, e SNP, 42,5%).

Em abril de 2004, após quase 27 anos no poder, o Presidente René, então com 68 anos de idade, anunciou sua renúncia à Presidência, tendo sido substituído por James Alix Michel, que vinha despontando como principal herdeiro político de René e que, desde 1996, ocupava a Vice-Presidência de Seicheles. Nas eleições de julho de 2006, o Presidente Michel foi confirmado no cargo, tendo sido eleito para mandato de cinco anos, novamente derrotando Ramkalawan por margem relativamente pequena (53 a 45%). O SPPF obteve, igualmente, maioria nas eleições legislativas de 2007.

Ao final de 2008, como consequência da crise financeira internacional, o Governo passou a enfrentar grandes dificuldades no plano econômico. Exaurido de suas reservas internacionais, o país declarou moratória no pagamento de sua dívida externa e, ao final de 2009, a inflação anual atingiu o patamar de 37%. Como resultado de acordo celebrado com o FMI naquele ano, foi empreendida ampla reforma administrativa e ministerial, com vistas a reduzir gastos governamentais e aumentar a eficiência dos serviços públicos. Ainda em 2009, o SPPF passou a denominar-se "Parti Lepep" - PL (Partido Popular, em crioulo seichelense).

Apesar de apelos de Ramkalawan e do SNP para a antecipação das eleições presidenciais em razão do quadro econômico, o calendário eleitoral, que previa eleições presidenciais para 2011, foi mantido. Naquele ano, Michel foi novamente reeleito, derrotando Ramkalawan. Em protesto pela não realização de reformas eleitorais e em contestação ao resultado do pleito, o SNP passou a boicotar as sessões do Parlamento. O impasse levou à dissolução da Assembleia Nacional e à convocação de eleições legislativas antecipadas, as quais foram igualmente boicotadas pelo SNP. Como resultado, o partido governista passou a ocupar 31 das 32 cadeiras da Assembleia Nacional.

Diante do quadro de quase total ausência de oposição no Parlamento, o Presidente Michel tem realizado esforços em favor da promoção da união nacional e do maior diálogo com a sociedade civil. O mandatário mantém com o único deputado de oposição no Parlamento, David Pierre, encontros regulares para avaliação da situação do país. Diante da ausência do SNP nos debates nacionais, a figura de Pierre vem ganhando crescente projeção política no país. Em julho de 2014, o Presidente Michel anunciou a criação do Foro Consultivo Nacional (FCN), que reúne o mandatário seichelense, o Vice-Presidente do

país e treze representantes da sociedade civil (empresariado, academia e líderes religiosos). O FCN possui ampla autonomia deliberativa e os resultados das discussões são informados ao Gabinete ministerial.

As próximas eleições presidenciais e parlamentares deverão ocorrer em 2016. O Presidente Michel anunciou, em fevereiro de 2015, sua intenção de concorrer novamente ao cargo. Caso seja reeleito, deverá ser o último mandato de Michel, uma vez que há limitação constitucional a três mandatos consecutivos. O SNP, por sua vez, anunciou que deverá tomar parte no pleito, bem como nas próximas eleições legislativas.

Analistas avaliam que as próximas eleições presidenciais e legislativas deverão ocorrer sem maiores obstáculos. O Presidente Michel ainda goza de grande popularidade entre a população do arquipélago, amparada pelo sucesso econômico e social do país. Entre 2004, quando Michel assumiu a Presidência, e 2014, a renda per capita do país quase dobrou, passando de cerca de US\$ 8 mil dólares para mais de US\$ 15 mil dólares, apesar da grave crise vivida pelo país em 2008 e 2009.

Poder legislativo

O Poder Legislativo de Seicheles é unicameral, exercido pela Assembleia Nacional, composta por 25 membros eleitos por voto direto e 7 membros eleitos por sistema de representação proporcional baseado nos votos recebidos por cada partido político. Os representantes são eleitos para mandatos de cinco anos.

POLÍTICA EXTERNA

Seicheles tem atuado de forma ativa no cenário internacional, principalmente na agenda de desenvolvimento sustentável. A prioridade máxima da política externa do país é a defesa dos interesses dos Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês). O Governo de James Michel chegou a afirmar, em foros internacionais, que as mudanças climáticas (cujos efeitos constituem ameaça à própria existência das pequenas nações insulares) poderiam ser consideradas um crime contra a humanidade, pois estariam entre as maiores causas das emigrações nos próximos 50 anos, quando deverá formar-se uma imensa comunidade de “refugiados ambientais”.

Como forma de defender os interesses dos SIDS de forma mais abrangente, Seicheles lançou, em 2012, sua candidatura a um assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biênio 2017-

2018. O país deseja afirmar sua posição de porta-voz da agenda e das preocupações desses pequenos países. Entre os principais pontos dessa agenda, estão a criação de um índice de vulnerabilidade dos SIDS, que representaria o principal parâmetro para a concessão de ajuda externa e de empréstimos concessionais, em substituição ao parâmetro atual, que leva em consideração o nível de renda do país. Os SIDS acreditam ser duplamente penalizados pelos critérios atuais, pois boa parte deles são países de renda média ou alta – sem receber, portanto, tratamento preferencial de boa parte dos doadores –, ao mesmo tempo em que sofrem agudamente com os efeitos das mudanças do clima, praticamente sem terem contribuído para as causas.

O conceito de “Economia Azul” tem respaldado o discurso de Seicheles no combate ao aquecimento global. Esse conceito consiste na defesa do desenvolvimento do potencial econômico dos recursos marinhos de forma sustentável. Por suas características territoriais, (454km² do território está em terra firme e 1,3 milhões km², no oceano), a economia de Seicheles está fortemente centrada em suas águas, com destaque para as atividades de turismo e pesca. Atualmente, a maior parte dos investimentos nas águas marinhas – não só em Seicheles, mas também na maior parte dos países costeiros da África – são baseados na extração de petróleo e da pesca. Nesse contexto, o país defende uma mudança na perspectiva meramente exploratória dos recursos marinhos para uma perspectiva que promova o desenvolvimento sustentável, o que tem caracterizado Seicheles como forte defensor da adoção dos objetivos globais para a proteção e uso sustentável dos oceanos.

Apesar da diminuição do número de casos reportados nos últimos anos, o combate à pirataria no Oceano Índico é outra questão de grande prioridade para a política externa seichelense. Juntamente com o Quênia, o país tem recebido o reconhecimento internacional por seu compromisso na luta contra a pirataria na região. Exemplo disso, foi a decisão da "South Asia and Africa Regional Port Stability Cooperative" (SAARPSCO) de instalar, no início de 2010, sua sede mundial em Vitória. A SAARPSCO foi criada em 2008 pela Guarda Costeira norte-americana, em parceria com diversas nações africanas e do Sul da Ásia, com o objetivo principal de combater a pirataria e promover a segurança marítima e dos portos.

No âmbito regional, uma das principais plataformas de atuação seichelense é a Comissão do Oceano Índico (COI). Criada em 1982 por Maurício, Madagascar e Seicheles, com a adesão da França e de Comores em 1986, a COI tem como objetivo a cooperação político-diplomática e

econômico-comercial, o desenvolvimento sustentável em um contexto de globalização bem como o fortalecimento da identidade cultural regional. Originalmente, a Organização buscava a promoção do comércio e do turismo, mas, nos últimos anos, tem priorizado a preservação dos recursos marinhos e o manejo dos recursos pesqueiros. Além disso, o organismo regional tem tido atuação relevante na promoção da conectividade aérea e marítima entre os países, o que representa importante catalisador para o crescimento do turismo e do comércio na região.

Após alguns anos afastado da União Africana (UA), por razões orçamentárias, o país tem trabalhado para aproximar-se mais da Organização. Em 2010, Seicheles conseguiu colocar em dia as contribuições financeiras à UA, e, em 2012, abriu uma Embaixada em Adis Abeba. Nos últimos anos, o país tem participado das Cúpulas da União Africana, cuja última edição foi realizada em janeiro de 2015. No âmbito da UA, o discurso seichelense é igualmente voltado para os interesses dos países insulares, como a segurança do espaço marítimo, a promoção de conexões por meio dos oceanos e a exploração, de forma sustentável, dos recursos marinhos.

No âmbito multilateral, cumpre ressaltar que Seicheles aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), em abril de 2015, após vinte anos de negociações, em um dos processos mais longos da história da Organização. Seicheles solicitou sua condição de membro em 31 de maio de 1995, mas o assunto ficou praticamente parado até 2008, devido à limitada capacidade e experiência do país em matéria de negociações comerciais. Além disso, os custos de acesso e de preparação dos empresários locais para competir no mercado global eram considerados proibitivos. Entretanto, a partir de 2008, o Governo seichelense obteve avanços significativos na identificação das mudanças legais e nas adaptações internas necessárias. Os avanços, a partir de então, levaram à acesso de Seicheles à OMC em 26 de abril de 2015.

Ainda no âmbito multilateral, Seicheles defende, a exemplo do Brasil, reformas na governança de alguns organismos internacionais, com vistas a garantir que aquelas instituições reflitam os princípios de inclusão, parceria e igualdade. O país entende que a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas é essencial para refletir as novas realidades do século XXI. Como membro da União Africana, o país apoia, contudo, o Consenso de Elzuwini, adotado em 2005 pela Organização, o qual propõe pelo menos dois assentos permanentes para a África no CSNU.

Seicheles tem buscado fortalecer as relações bilaterais com parceiros tradicionais e com potências emergentes. Apenas oito países possuem Embaixada residente em Vitória (Índia, França, Reino Unido, Rússia, China, Cuba, Sri Lanka e Líbia). Seicheles, por sua vez, tem representação diplomática em onze países, quais sejam: Bélgica, China, Etiópia, França, Índia, África do Sul, Sri Lanka, Suíça, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido e Estados Unidos.

A Índia é um dos principais parceiros de Seicheles. Marco recente do relacionamento bilateral foi a visita do Primeiro Ministro da Índia, Narendra Modi, a Vitória, no início de 2015. Os dois países têm posições convergentes em diversos assuntos. Seicheles apoia o pleito indiano para um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e o apoio do Governo indiano aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento no foros internacionais é reconhecido pelo Governo de Seicheles. Com potencial de incrementar o turismo e o intercâmbio comercial, convém ressaltar a inauguração, em dezembro de 2014, de um voo direto da Air Seychelles entre Vitória e Mumbai.

A China também é um importante parceiro de cooperação de Seicheles. O Governo chinês financiou a construção de projetos de desenvolvimento no arquipélago e vem prestando sistematicamente cooperação em áreas como capacitação, agricultura, pesca e saúde. Além disso, a China é um importante parceiro no combate à pirataria no Oceano Índico.

Os Emirados Árabes Unidos (EAU) constituem, atualmente, um dos principais parceiros comerciais e uma das principais fonte de investimento no país. Desde 2008, os EAU têm investido em setores variados, como habitação, energia e saúde. É digno de registro, igualmente, a política de aproximação com a África do Sul, país com o qual Seicheles busca manter relacionamento estratégico e essencial em termos do comércio exterior do arquipélago.

O relacionamento com os Estados Unidos também é relevante, principalmente por causa do papel central dos norte-americanos na luta contra a pirataria no Oceano Índico. Por fim, cumpre notar que os países europeus são importantes parceiros econômico-comerciais de Seicheles, com destaque para França e Reino Unido.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Seicheles é uma das vinte menores economias do mundo. Apesar disso, possui a maior renda per capita da África e o terceiro melhor índice de IDH do continente. Estima-se que, em 2014, o PIB seichelense tenha sido da ordem de US\$1,42 bilhão, com crescimento de 2,94% em relação a 2013. O país alcançou a maior parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, principalmente aqueles relacionados a educação, saúde, erradicação da pobreza e meio ambiente. Fortemente baseada no setor terciário, a economia seichelense é caracterizada pela grande dependência das atividades de turismo e de pesca e pela vulnerabilidade às mudanças no cenário econômico internacional.

O setor de turismo, um dos principais motores da economia seichelense, representa 25% do PIB do país e gera cerca de 10 mil empregos diretos (23% da mão-de-obra seichelense). Em 2014, o número de visitantes bateu recorde histórico, com 232 mil turistas (mais do que o dobro da população do país). Alemanha, França, Itália, Rússia, Emirados Árabes, China e Reino Unido, foram, nessa ordem, os principais emissores de turistas para o arquipélago em 2014. A origem dos visitantes reflete a fragilidade do setor em relação a fatores exógenos, especialmente em relação à continuidade da crise na zona do euro. Os turistas europeus, além de representarem 66% dos visitantes, são os que trazem maior retorno financeiro ao país, tanto no que diz respeito ao tempo de estadia, como em relação ao dinheiro gasto. O Governo tem buscado diversificar a origem dos visitantes, por meio da inauguração de novas linhas aéreas para Ásia, Oriente Médio e África. Esse esforço de diversificação deverá provocar o aumento de visitantes de países não tradicionais em 2015.

O setor pesqueiro é igualmente importante para o país. A pesca gera mais divisas do que o turismo (cerca de 30% do PIB), mas absorve menos mão-de-obra (cerca de 15% do total). O grande mercado consumidor do pescado seichelense também é a Europa.

Em 2008, Seicheles entrou em “default”, como consequência da crise econômica global, que gerou drástica redução do número de turistas, principalmente daqueles provenientes da Europa. O crescimento do PIB de 10,4%, em 2007, foi abruptamente interrompido, contraindo-se em -2,14%, em 2008, e -1,1%, em 2009. Em novembro de 2008, o país assinou um acordo de Stand-By com o FMI, que garantiu o acesso a US\$26,1 milhões de dólares. Em

2009, o país assinou outro acordo com o Fundo (o Extended Fund Facility), para apoiar o programa econômico do governo entre 2010-2012. Como contrapartida, Seicheles iniciou um programa de reforma econômica, com a adoção do câmbio flutuante, a eliminação das restrições comerciais e a implementação de políticas fiscais e monetárias contracionistas, com o objetivo de gerar superávit primário, para equilibrar as contas do país. Além disso, o país comprometeu-se a reduzir o endividamento interno e externo a 50% do PIB até 2018.

Essas medidas geraram resultados positivos, principalmente a estabilização da rúpia seichelense, a queda da inflação e a recuperação do crescimento econômico. A inflação, que chegou a 37% em 2008, reduziu-se para 1,4% em 2014. A média do crescimento econômico, entre 2010 e 2013, foi de 6,5% ao ano. A dívida pública que, em 2008, correspondia a, aproximadamente, 102,5% do PIB, hoje representa 51,3%. Nesse quesito, espera-se que o país alcance a meta acordada em 2008 antes do prazo. As reservas internacionais brutas também cresceram substancialmente, alcançando, em dezembro de 2014, US\$ 464 milhões, o que equivale a 4,1 meses de importações. No que concerne à política fiscal, o país obteve superávit primário de 2,5% do PIB em 2014, como consequência da política de corte de gastos públicos.

Apesar da política fiscal contracionista, o país continuará investindo em infraestrutura e em programas sociais. O Governo manteve acesso à saúde e à educação pública para toda a população. Novas escolas primárias e secundárias, bem como clínicas e postos de saúde, foram construídos nas principais ilhas do arquipélago. Com a ajuda de capital árabe, grandes projetos habitacionais foram desenvolvidos, oferecendo habitação de qualidade e a baixo custo para as populações carentes ou afetadas por desastres naturais. Em 2015, os programas sociais terão custo estimado em US\$ 39,5 milhões, aumento de 8% em relação a 2014. Ademais, o Governo de Seicheles planeja alocar US\$ 86 milhões em projetos de investimento, a maior parte (US\$ 23 milhões) em projetos de moradia popular e de desenvolvimento comunitário.

Em fevereiro de 2015, Seicheles assinou um acordo com o Clube de Paris e a África do Sul para a recompra de US\$30 milhões da dívida do país, com um desconto de 5%, o qual será convertido em um fundo de mitigação da mudança climática e proteção marítima. A elegibilidade de Seicheles para um programa de recompra, com taxas menores do que as praticadas no mercado, reflete a solidez das reformas econômicas implementadas no país desde 2008.

Em abril de 2015, após dezenove anos de negociações, Seicheles tornou-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Espera-se que a acessão do país à OMC contribua para a diversificação das exportações, torne o marco regulatório econômico do país mais transparente e previsível e fortaleça a capacidade técnica das instituições que possuem vínculo direto e indireto com o comércio, em especial as pequenas e médias empresas. De interesse do Brasil, cabe ressaltar o período de transição de oito anos para a proteção dos produtores domésticos de aves. Durante os primeiros três anos, as tarifas de importação desses produtos permanecerão nos atuais 45%, começando a ser reduzidas a partir de 2018 até atingirem 25% em 2023. Nos últimos dois anos, as exportações brasileiras de carnes de aves e derivados para Seicheles estiveram na faixa dos US\$ 4 milhões, representando um terço das vendas brasileiras para aquele país.

Comércio bilateral e investimentos

O comércio bilateral entre o Brasil e Seicheles cresceu quase dezessete vezes entre 2005 e 2014, passando de US\$ 750 mil, para US\$ 12,570 milhões de 2005 a 2014. De 2013 a 2014, o intercâmbio registrou, todavia, diminuição de 32,3%. Essa retração deu-se pela diminuição das exportações (-34,3%), que historicamente representaram quase a totalidade do comércio entre os dois países. O saldo comercial, portanto, sempre foi favorável ao Brasil, exceto no ano de 2008 (déficit de US\$ 1,9 milhão).

Os produtos mais exportados do Brasil para Seicheles, no ano de 2014, foram: peixe congelado, carnes de frango, carne bovina e carne suína. Os principais produtos adquiridos pelo Brasil de Seicheles, em 2014, foram: instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia (71,9% do total geral), produtos químicos, e máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos.

Embora não haja registro de investimentos brasileiros em Seicheles, o governo seichelense tem manifestado interesse em contar com a atuação de empresas brasileiras nos setores de energia e de infraestrutura. Em 2013 realizou-se missão empresarial brasileira a Seicheles, na qual participaram representantes da Petrobrás, Queiroz Galvão e Green Best Solutions (GBS). O Governo de Seicheles também manifestou interesse na compra de aeronaves da Embraer.

ANEXOS

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1756	Início da ocupação de Seicheles pelos franceses.
1814	O controle do arquipélago passa a ser exercido pelos ingleses.
1902	Administração colonial de Seicheles é separada da administração das ilhas Maurício.
1948	Realização das primeiras eleições locais.
1964	Criação do Partido da Unidade do Povo de Seicheles (SPUP) e do Partido Democrático de Seicheles (SDP).
1976	Seicheles se torna independente e passa a ser governada por uma coalizão, com James Mancham (SDP) como Presidente e France-Albert René (SPUP) como Primeiro-Ministro.
1977	Apoiadores de René organizam um golpe contra o Presidente. René assume a Presidência.
1979	René outorga nova Constituição, transformando Seicheles em um Estado unipartidário.
1991	Emenda constitucional restaura a democracia pluripartidária.
1993	Aprovada a nova Constituição de Seicheles. Realizam-se as primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias, com vitória de René e de seu Partido.
1998	René é reeleito.
2001	Presidente René é reeleito para 3º mandato, com 54% dos votos, vencendo o candidato da oposição, Wavel Ramkalawan (SNP).
2004	Presidente René renuncia à presidência, e é substituído pelo ex-Vice-Presidente James Michel.
2006	Presidente Michel vence as eleições presidenciais, derrotando Wavel Ramkalawan.
2008	Em consequência da crise financeira global, Seicheles entra em “default”.
2009	FMI concede 26,1 milhões de dólares para a recuperação da economia seichelense.
2011	Presidente Michel é reeleito, vencendo novamente Ramkalawan.
2011	Partido oposicionista SNP, de Ramkalawan, boicota as eleições legislativas. Único deputado da oposição passa a ser David Pierre, do PDP.
2014	Criação, pelo Presidente Michel, do Foro Consultivo Nacional (FCN), com vistas a dialogar com a sociedade civil.
2015	Seicheles adere à Organização Mundial do Comércio.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas.
2014	Visita ao Brasil do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Barry Fleure.

ATOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO (D.O.U.)
Acordo de Cooperação Educacional entre o Brasil e a Seicheles	16/09/2008		Em promulgação
Acordo entre o Governo da República federativa do Brasil e o Governo da república de Seicheles sobre Isenção Parcial de Vistos	13/12/2011		Em ratificação

DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos de Seicheles

Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	6,04%	6,62%	2,94%	3,53%	3,76%
PIB nominal (US\$ bilhões)	1,13	1,41	1,42	1,38	1,47
PIB nominal "per capita" (US\$)	12.352	15.187	15.115	14.500	15.282
PIB PPP (US\$ bilhões)	2,13	2,30	2,41	2,51	2,65
PIB PPP "per capita" (US\$)	23.182	24.801	25.607	26.443	27.532
População (milhões de habitantes)	0,092	0,093	0,094	0,095	0,096
Desemprego (%)	3,71	3,33	2,98	2,68	2,68
Inflação (%)	5,80%	3,42%	0,52%	5,01%	3,10%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-0,29	-0,22	-0,32	-0,27	-0,27
Câmbio (SRs / US\$)	13,70	12,06	12,75	n.d.	n.d.

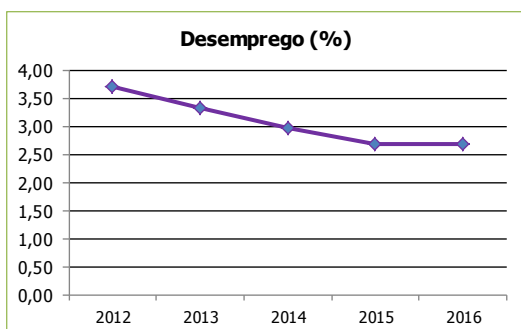
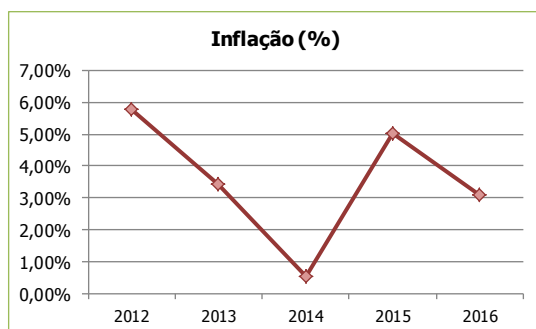
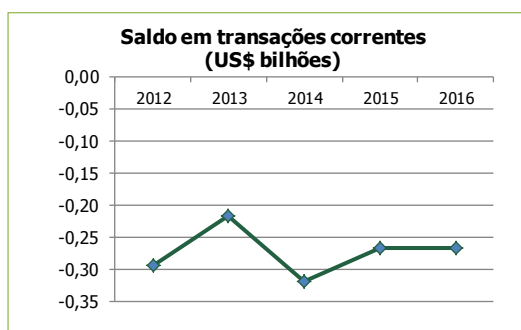
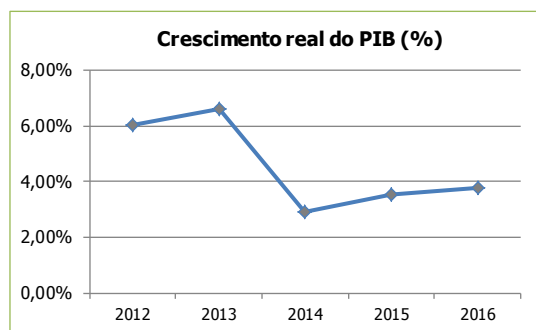
Origem do PIB (2014 estimativa)

Agricultura	3,0%
Indústria	14,0%
Serviços	83,1%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, April 2015.

n.d. Dados não disponíveis.

(1) Estimativas FMI e EIU.



Evolução do Comércio Exterior de Seicheles⁽¹⁾
US\$ milhões

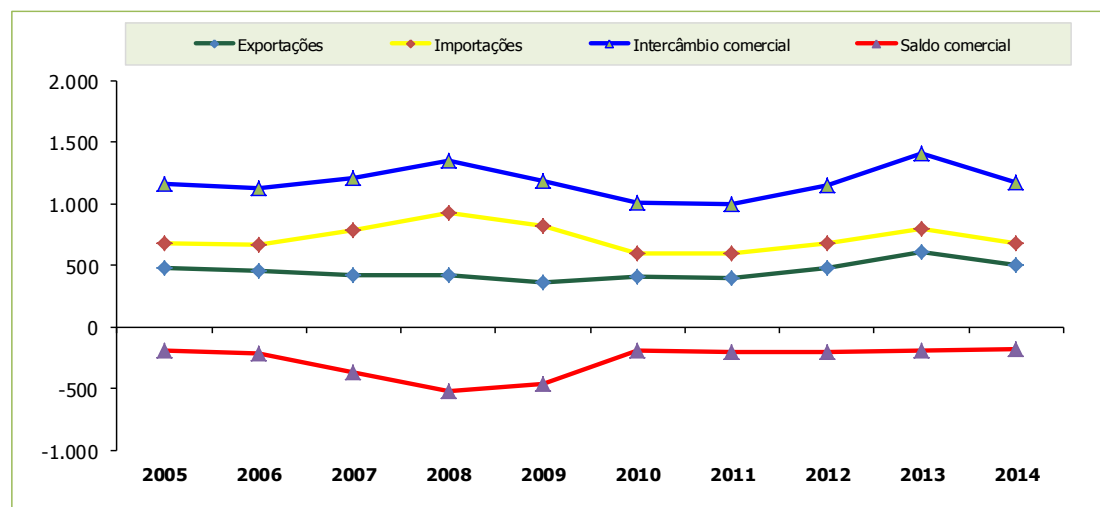
Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	486	17,5%	680	84,7%	1.166	49,1%	-194
2006	457	-6,0%	668	-1,8%	1.124	-3,5%	-211
2007	422	-7,6%	789	18,1%	1.210	7,7%	-367
2008	421	-0,1%	934	18,5%	1.356	12,0%	-513
2009	367	-12,9%	824	-11,9%	1.191	-12,2%	-457
2010	410	-0,9%	600	63,1%	1.010	29,2%	-191
2011	398	-2,9%	596	-0,8%	993	-1,6%	-198
2012	478	20,3%	679	13,9%	1.157	16,4%	-200
2013	611	27,7%	799	17,8%	1.410	21,9%	-189
2014 ⁽²⁾	504	-17,4%	676	-15,4%	1.181	-16,3%	-172
Var. % 2005-2014	3,8%	---	-0,5%	---	1,3%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



Direção das Exportações de Seicheles
US\$ milhões

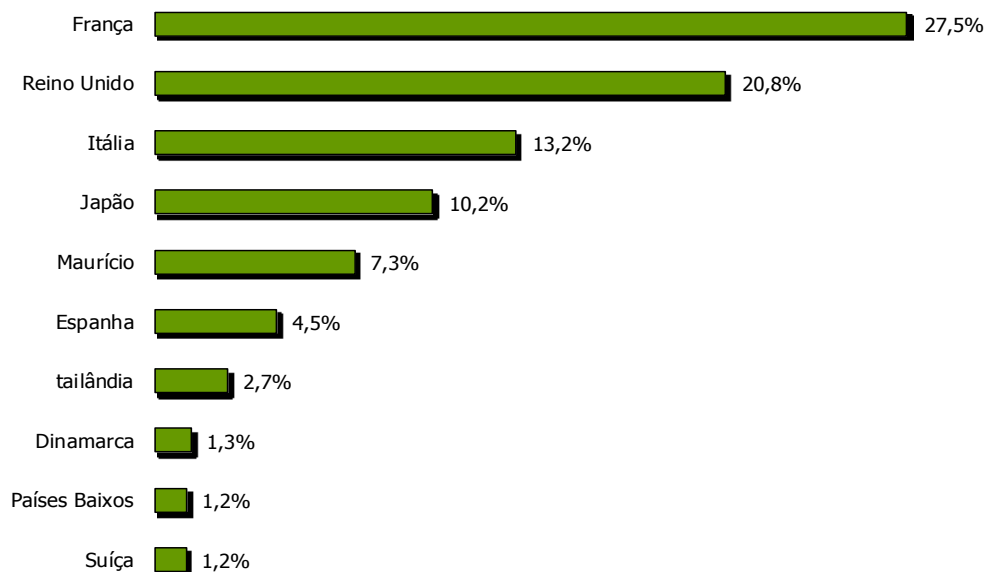
Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
França	139	27,5%
Reino Unido	105	20,8%
Itália	67	13,2%
Japão	51	10,2%
Maurício	37	7,3%
Espanha	23	4,5%
tailândia	14	2,7%
Dinamarca	6,8	1,3%
Países Baixos	6,0	1,2%
Suíça	5,9	1,2%
...		
Brasil (33ª posição)	0,5	0,1%
Subtotal	454	89,9%
Outros países	51	10,1%
Total	504	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

10 principais destinos das exportações



Origem das Importações de Seicheles
US\$ milhões

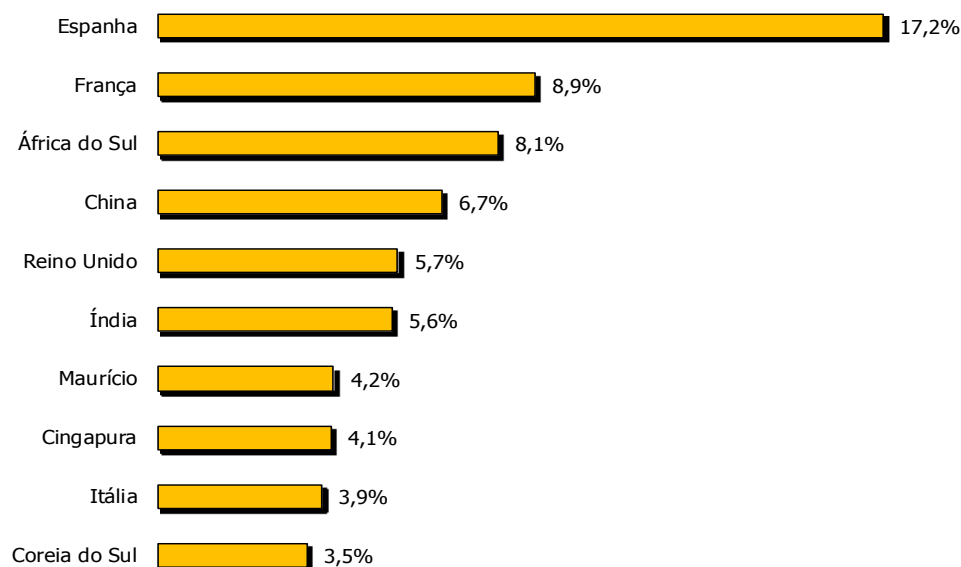
Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Espanha	116,2	17,2%
França	60,5	8,9%
África do Sul	54,6	8,1%
China	45,6	6,7%
Reino Unido	38,5	5,7%
Índia	37,5	5,6%
Maurício	28,3	4,2%
Cingapura	27,8	4,1%
Itália	26,3	3,9%
Coreia do Sul	24,0	3,5%
...		
Brasil (16ª posição)	12,1	1,8%
Subtotal	471	69,7%
Outros países	205	30,3%
Total	676	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

10 principais origens das importações



Composição das exportações de Seicheles

US\$ milhões

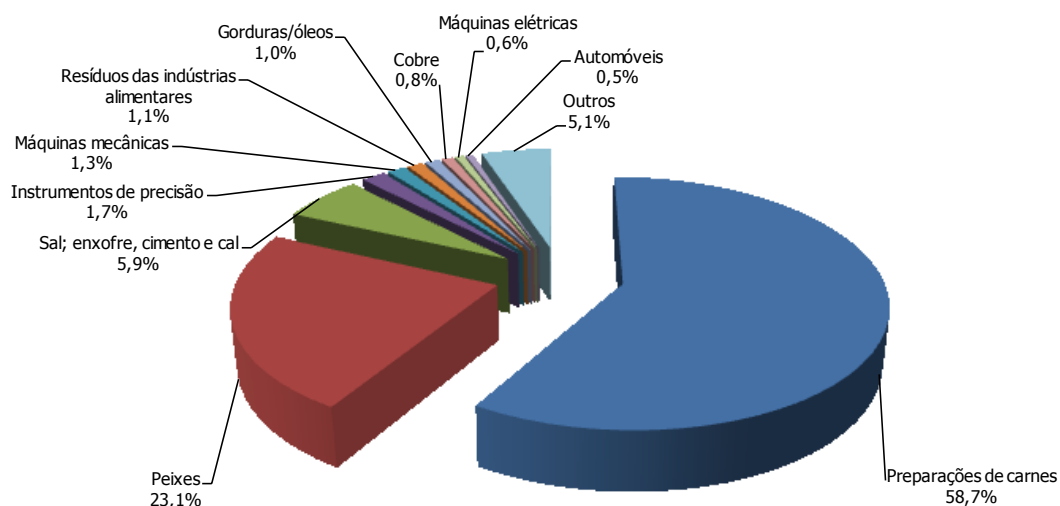
Descrição	2 0 1 3 ⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Preparações de carnes	358,2	58,7%
Peixes	141,1	23,1%
Sal; enxofre, cimento e cal	36,2	5,9%
Instrumentos de precisão	10,6	1,7%
Máquinas mecânicas	8,0	1,3%
Resíduos das indústrias alimentares	6,8	1,1%
Gorduras/óleos	6,3	1,0%
Cobre	5,1	0,8%
Máquinas elétricas	3,9	0,6%
Automóveis	3,1	0,5%
Subtotal	579	94,9%
Outros	31	5,1%
Total	611	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

10 principais grupos de produtos exportados



Composição das importações de Seicheles
US\$ milhões

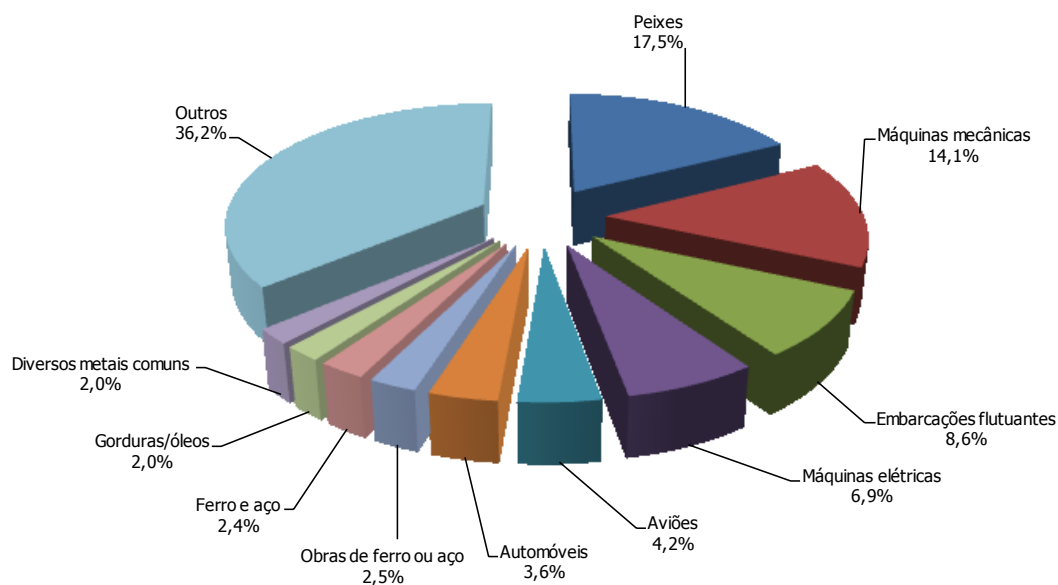
Descrição	2 0 1 3⁽¹⁾⁽²⁾	Part.% no total
Peixes	140,0	17,5%
Máquinas mecânicas	112,6	14,1%
Embarcações flutuantes	68,7	8,6%
Máquinas elétricas	55,5	6,9%
Aviões	33,8	4,2%
Automóveis	28,7	3,6%
Obras de ferro ou aço	19,9	2,5%
Ferro e aço	19,4	2,4%
Gorduras/óleos	15,9	2,0%
Diversos metais comuns	15,7	2,0%
Subtotal	510	63,8%
Outros	289	36,2%
Total	799	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(2) Última posição disponível em 17/04/2015.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Seicheles

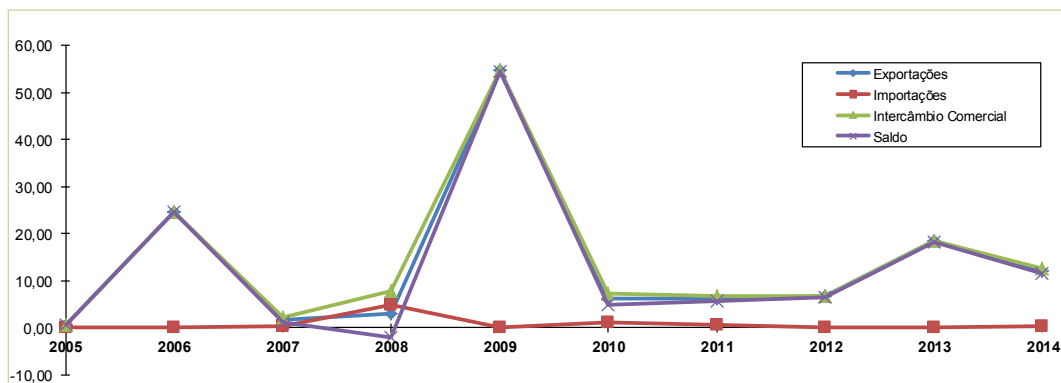
US\$ milhões, fob

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	0,75	151,2%	0,00%	0,001	-75,8%	0,00%	0,75	146,5%	0,00%	0,74
2006	24,60	(+)	0,02%	0,09	(+)	0,00%	24,69	(+)	0,01%	24,50
2007	1,71	-93,1%	0,00%	0,46	398,2%	0,00%	2,17	-91,2%	0,00%	1,24
2008	2,95	73,2%	0,00%	4,86	949,0%	0,00%	7,82	260,4%	0,00%	-1,91
2009	54,68	(+)	0,04%	0,11	-97,7%	0,00%	54,79	600,8%	0,02%	54,57
2010	6,16	-88,7%	0,00%	1,19	987,9%	0,00%	7,35	-86,6%	0,00%	4,97
2011	6,33	2,8%	0,00%	0,52	-56,1%	0,00%	6,86	-6,8%	0,00%	5,81
2012	6,68	5,5%	0,00%	0,07	-87,3%	0,00%	6,75	-1,6%	0,00%	6,62
2013	18,43	175,8%	0,01%	0,14	114,3%	0,00%	18,57	175,2%	0,00%	18,29
2014	12,12	-34,3%	0,01%	0,46	220,4%	0,00%	12,57	-32,3%	0,00%	11,66
2015 (jan-mar)	1,25	-69,5%	0,00%	0,06	25,4%	0,00%	1,31	-68,4%	0,00%	1,19
Var. % 2005-2014	1524,1%	---	---	30408,8%	---	---	1582,0%	---	---	n.c.

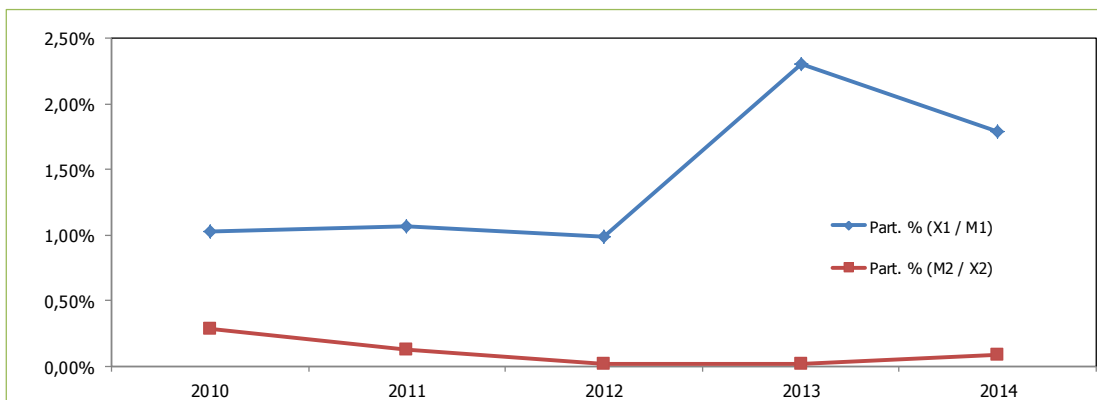
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



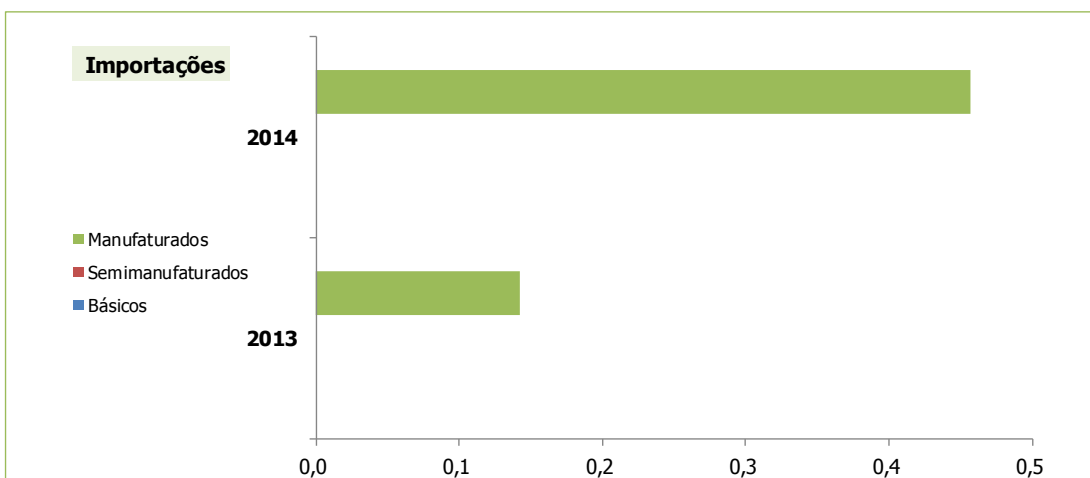
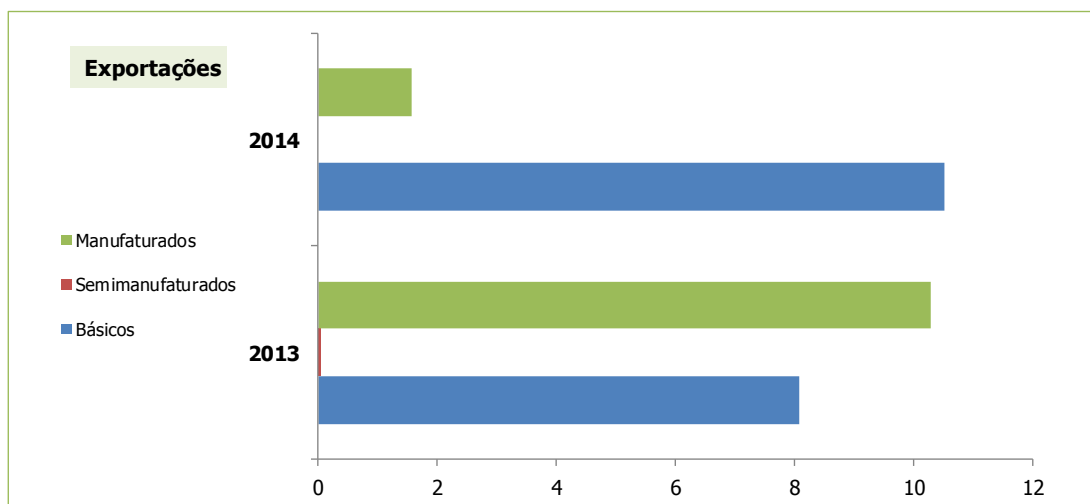
Part. % do Brasil no Comércio de Seicheles ⁽¹⁾ US\$ milhões						
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para Seicheles (X1)	6,2	6,3	6,7	18,4	12,1	96,6%
Importações totais de Seicheles (M1)	600	596	679	799	676	12,6%
Part. % (X1 / M1)	1,03%	1,06%	0,98%	2,31%	1,79%	74,6%
Importações do Brasil originárias de Seicheles (M2)	1,19	0,52	0,07	0,14	0,46	-61,6%
Exportações totais de Seicheles (X2)	410	398	478	611	504	23,1%
Part. % (M2 / X2)	0,29%	0,13%	0,01%	0,02%	0,09%	-68,8%
<i>Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.</i> <i>(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.</i>						



Exportações e importações brasileiras por fator agregado

US\$ milhões

Comparativo 2014 com 2013



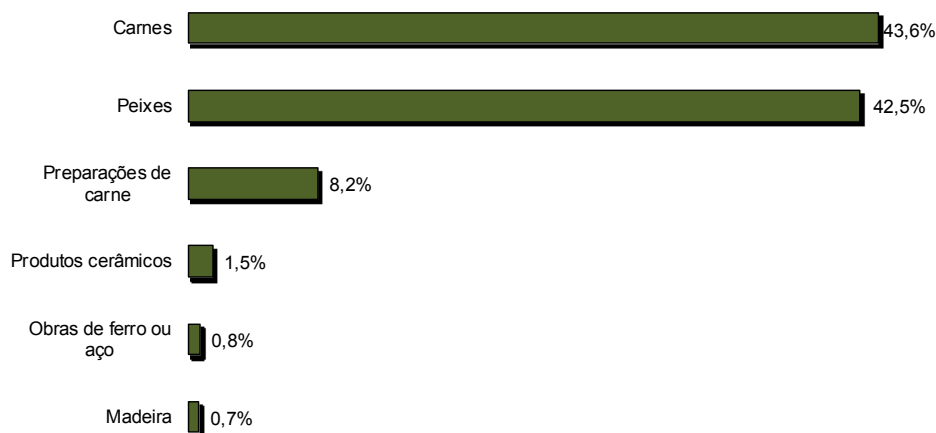
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Composição das exportações brasileiras para Seicheles
US\$ milhões, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Carnes	4,15	62,1%	5,42	29,4%	5,29	43,6%
Peixes	0,00	0,0%	0,91	4,9%	5,15	42,5%
Preparações de carne	0,83	12,4%	0,96	5,2%	0,99	8,2%
Produtos cerâmicos	0,12	1,8%	0,18	1,0%	0,19	1,5%
Obras de ferro ou aço	0,07	1,1%	0,10	0,5%	0,09	0,8%
Madeira	0,07	1,1%	0,02	0,1%	0,08	0,7%
Subtotal	5,24	78,4%	7,58	41,1%	11,79	97,3%
Outros produtos	1,44	21,6%	10,85	58,9%	0,33	2,7%
Total	6,68	100,0%	18,43	100,0%	12,12	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014

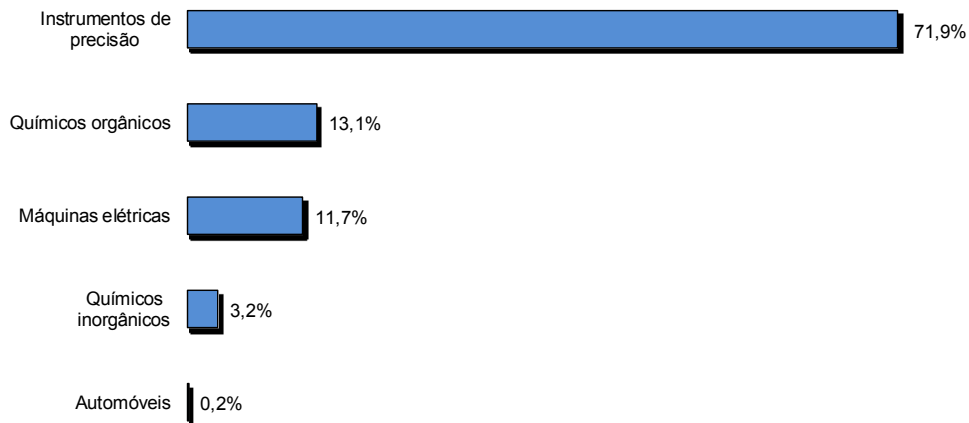


Composição das importações brasileiras originárias de Seicheles
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Instrumentos de precisão	60	89,8%	119	83,6%	328	71,9%
Químicos orgânicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	60	13,1%
Máquinas elétricas	6,2	9,4%	21	14,8%	53	11,7%
Químicos inorgânicos	0,0	0,0%	0,0	0,0%	15	3,2%
Automóveis	0,0	0,0%	0,8	0,5%	0,8	0,2%
Subtotal	66	99,2%	141	98,9%	457	100,0%
Outros produtos	1	0,8%	2	1,1%	0	0,0%
Total	67	100,0%	143	100,0%	457	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)

US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Carnes	824	20,1%	906	72,4%	Carnes 906,0
Preparações de carne	124	3,0%	232	18,6%	Preparações de carne 232,5
Produtos cerâmicos	31	0,8%	50	4,0%	Produtos cerâmicos 49,9
Diversos metais comuns	0	0,0%	16	1,3%	Diversos metais comuns 16,4
Subtotal	979	23,8%	1.205	96,3%	
Outros produtos	3.126	76,2%	46	3,7%	
Total	4.105	100,0%	1.251	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações					
Instrumentos de precisão	14	27,1%	29	46,7%	Instrumentos de precisão 29,4
Químicos orgânicos	20	39,5%	20	31,7%	Químicos orgânicos 19,9
Máquinas elétricas	17	33,4%	11	18,2%	Máquinas elétricas 11,5
Ferramentas	0	0,0%	2	2,7%	Ferramentas 1,7
Subtotal	50	100,0%	62	99,3%	
Outros produtos	0	0,0%	0	0,7%	
Total	50	100,0%	63	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Aviso nº 482 - C. Civil.

Em 16 de outubro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALFONSO IGLESIAS PUENTE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República das Seicheles.

Atenciosamente,

JAQUES WAGNER
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

**(À COMISSÃO DE RELAÇÕES
EXTERIORES E DEFESA NACIONAL)**